

# Juventude

FORMAÇÃO e VALORES

81  
2f

N.Cham. 379.81 D162f

Autor: Damasceno, Maria Nobre

Título: Formação da juventude e valores

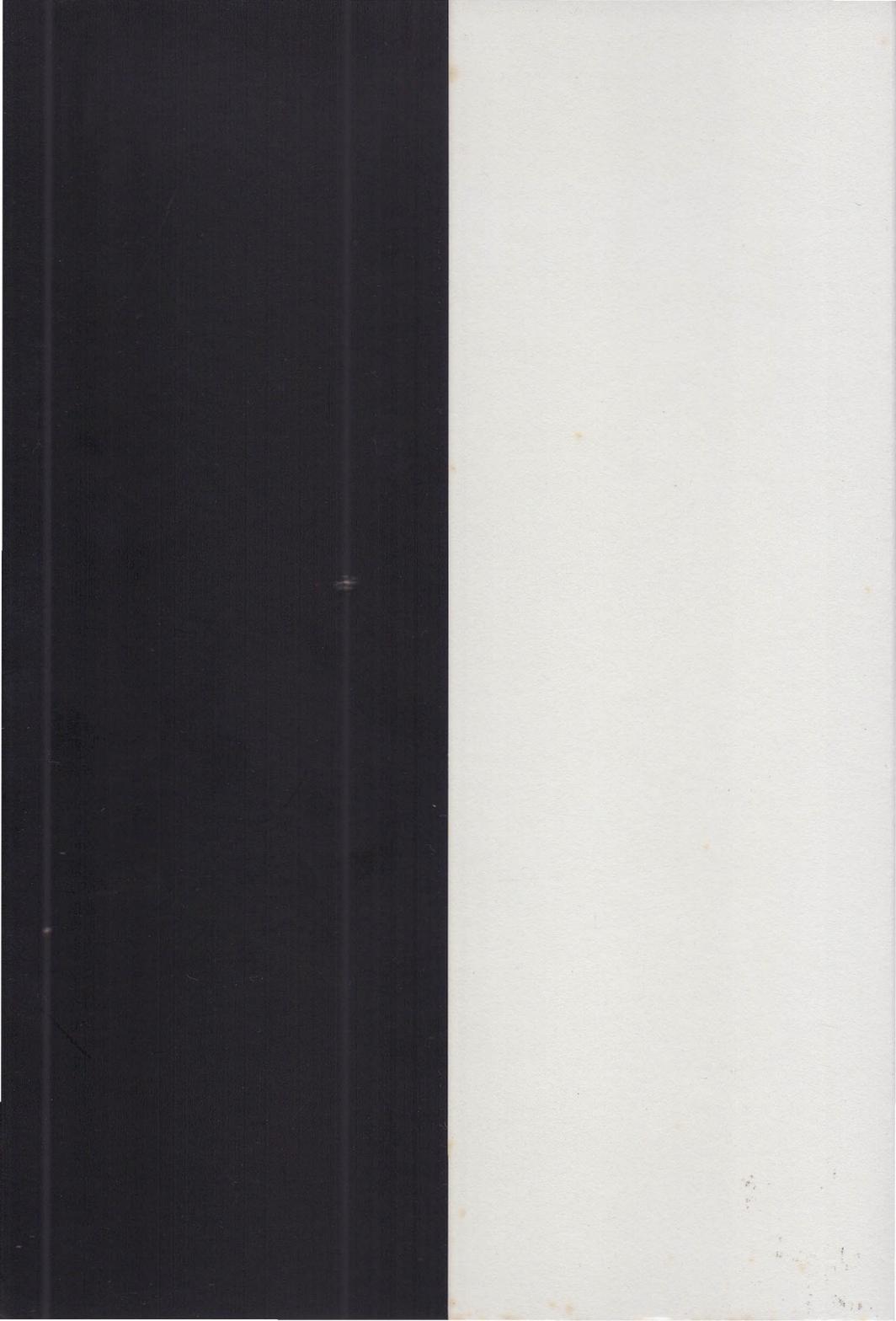


14187257

Ac. 157950

BCCE

Maria Nobre Damasceno | Esdras Barbosa Nobre



# FORMAÇÃO DA JUVENTUDE E VALORES

Ac. 157950  
R. 14187257/15  
26 / 08 / 15

Maria Nobre Damasceno →

Prof. absente

FACED

Fundamentos e

Temas Esp.

PERGAMUM  
BCCE/UFC

de Educação.

## FORMAÇÃO DA JUVENTUDE E VALORES

379.81

D1627



EXPRESSÃO  
GRÁFICA  
EDITORIA

Fortaleza - Ceará

2013

2013 © Maria Nobre Damasceno

Revisão

Vianney Mesquita

Diagramação e Capa

Léo de Oliveira

Finalização

Carlos D. Von L. Minini

Impressão e Acabamento

Expressão Gráfica e Editora

*Dados Internacionais  
de Catalogação na Publicação*

---

D155f Damasceno, Maria Nobre  
Formação da Juventude e Valores / Maria Nobre Damasceno. –  
Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.  
140 p.  
ISBN: 978-85-420-0203-4  
1. Formação de jovens 2. Educação de jovens 3. Valores I. Título  
CDD 379.81

---

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>1 A família e a formação dos jovens</b> .....	9
1.1 O estudo: concepção e prática investigativa .....	9
1.2 A família como instância socioeducativa formadora da juventude .....	23
1.3 O esboço de um perfil das famílias pesquisadas .....	30
1.3.1 Situação socioeconômica das famílias .....	30
1.3.2 A situação socioeducacional e cultural das famílias .....	36
<b>2 A formação da juventude e os valores</b> .....	43
2.1 A elaboração de valores .....	43
2.2. Os jovens e a prática de valores.....	50
- O valor da amizade. ....	51
- A sociabilidade juvenil como valor.....	53
- Atitudes de solidariedade, valor primordial.....	60
- O trabalho enquanto valor social.....	64
- O trabalho é a sobrevivência, aprender a ser responsável, ser disciplinado .....	64
- Algumas conclusões .....	71

<b>3 Gestão Pública e Educação: socialização mediante a prática socioesportiva. ....</b>	<b>75</b>
3.1. O estudo - uma experiência socioesportiva .....	75
3.2 A socialização de criança e jovens mediante a prática socioesportiva .....	79
- O processo de socialização de crianças e jovens.....	79
- Prática esportiva e socialização de crianças e jovens análise de experiência. ....	89
<b>4 Pedagogia para a Educação dos Jovens Rurais. reflexões e sugestões.....</b>	<b>95</b>
4.1 Educação no campo, com suporte nos estudos realizados ...	95
4.2 Elementos para uma pedagogia adequada ao ensino para os jovens do meio rural .....	100
- Reflexões acerca dos fundamentos dessa pedagogia.....	100
- Orientações pedagógicas e metodológicas para o ensino da juventude rural.....	105
- Sugestões de uma educadora aos colegas que trabalham nas escolas rurais.....	108
4.3 O desenvolvimento socioeconômico e as tendências na educação do jovem rural.....	111
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>117</b>
<b>Anexo: Formação da Juventude e Valores.....</b>	<b>127</b>

## APRESENTAÇÃO

O livro, como anuncia o título – “Formação da juventude e valores”, tem como foco principal, a formação dos jovens. Foram privilegiados os seguintes aspectos: o papel formador da família e das organizações juvenis, o significado social e socialização da juventude, constituição da identidade juvenil e valores.

### Maria Nobre Damasceno

A contribuição da autora é feita em três capítulos, cuja pesquisa, tem como base um projeto mais amplo, que estuda diferentes visões acerca das instâncias socioeducativas, que participam da formação da juventude, no campo e na cidade. O estudo procura compreender a socialização, os saberes, como esses sujeitos entendem e/ou elaboram e vivenciam os valores sociais; com ênfase especial na família nas organizações juvenis. Considerando, ainda, as transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, e, discutindo os impactos das mudanças na família, na formação da juventude e em seus valores.

Tendo em vista, os eixos principais da ação formadora investigados, a família e os grupos sociais juvenis, seu contributo na constituição de valores, o ensaio, ressalta também, os valores realçados pelos jovens como *amizade, solidariedade, sociabilidade, participação social, o valor do trabalho.*

Com destaque, portanto, para o entendimento das relações juvenis, haja vista, ser um fator fundamental na constituição da identidade e dos valores dos atores pesquisados. Assim, o resultado da pesquisa evidencia que, os jovens buscam nas organizações juvenis, na parceria entre pares, a necessária cumplicidade para suas vivências cotidianas e, reafirmam ser este um espaço de sociabilidade, de encontro, de fortalecimento da identidade.

### **Esdras Barbosa Nobre**

O texto exhibe um estudo que aborda a socialização de crianças e jovens, por meio da prática socioesportiva, tendo como instrumento uma experiência com o surfe. Para tanto, busca suporte teórico, tanto na compreensão do processo de socialização, quanto, na tematização social da juventude oferecido pelas vertentes - “geracional” e “classista”.

O autor, foca especialmente a temática da ludicidade, entendendo que essa se faz principalmente, na alegria de estarem juntos. O grupo desenvolve mediante a prática socioesportiva do surfe o sentimento de pertinência de inclusão social; e, estimula outros jovens para o agrupamento, para a conversa, para dizer “não às drogas” e resgatar a sua autoestima e cidadania. Por fim, destaca a relevância da participação no processo de ‘inserção social’ vivido pelos sujeitos envolvidos.

Com base na experiência é reiterada a necessidade da realização de práticas socioesportivas, alicerçada em propostas pedagógicas capazes, tanto de problematizar o lugar social do esporte, como de fortalecer seu papel como vetor para estabelecer-se uma sociedade justa e igualitária.

## 1 A FAMÍLIA E A FORMAÇÃO DOS JOVENS

Maria Nobre Damasceno

### 1.1 O estudo: concepção e prática investigativa

O texto é fruto de uma investigação focada no tema Família, Juventude e Valores<sup>1</sup> que procura compreender a ação formadora exercida pela família e pelos grupos juvenis, especialmente por meio das práticas educativas desenvolvidas junto aos jovens, com o intuito de verificar o contributo dessa formação na constituição destes enquanto sujeitos, especialmente no que concerne à elaboração de valores sociais.

Na atualidade, observa-se a necessidade cada vez maior de que instituições como família e os grupos sociais de convivência exerçam o seu papel de formadores, na consideração de que cabe essas instâncias socioeducativas uma função importante na sedimentação dos valores sociais.

É preciso ter clareza quanto ao papel das práticas educativas, na constituição do sujeito, notadamente daquela exercida

---

1. O texto resulta de pesquisa apoiada pelo CNPq, coordenada por Maria Nobre Damasceno. Outros participantes da equipe (professores doutores, doutorandos e mestrands do Programa de Pós-graduação em Educação da UFC) desenvolvem projetos focando a ação de outras instâncias formadoras, como escola, ONGs, movimentos sociais etc.

pela família, haja vista ser esta o primeiro e principal *locus* da socialização dos seres humanos, mesmo que, ao longo da vida, outras instâncias venham a influenciar de forma significativa, como é o caso da escola, da religião, do trabalho etc. A relevância maior decorre do fato de que o ambiente familiar tem impacto profundo no que se refere à autoconfiança das novas gerações, pois o envolvimento dos pais influencia na autoimagem do educando, nas relações sociais e, ainda, na linguagem, na formação de conceitos, habilidades motoras e de soluções de problemas. Convém ressaltar que a nova geração não recebe dos pais apenas a herança biológica, mas também os valores sociais e culturais por elas assimilados. Portanto, os modelos de comportamento que lhes são oferecidos têm grande significado para sua formação.

Por outro lado, a participação em organizações sociais juvenis favorece a reelaboração de sua consciência individual e coletiva. Sob tal aspecto, é relevante a contribuição de autores que abordam a consciência de grupos sociais, ou ainda da falta de unidade na própria consciência, haja vista que, embora a sociedade represente em si uma unidade e seu desenvolvimento possa ser homogêneo, a consciência do homem, especialmente daquele nascido em meio onde predominam as relações sociais capitalistas pode apresentar falta de unidade ou consciência fragmentária (LUKÁCS, 1974, GRAMSCI, 1978, PARANHOS, 1976, DAMASCENO, 1990, dentre outros).

Nesse meio e nessas experiências, entre outras, são formados os jovens como pessoas concretos, expressões de um gênero, raça, lugar e papéis sociais, de escalas de valores, de padrões de normalidade. Assim, apesar da aparência de homogeneidade, expressam a diversidade cultural: uma mesma linguagem pode expressar múltiplas falas. Dessa forma, a educação e seus processos devem ser compreendidos como transpostos aos muros escolares e vão se ancorar nas relações sociais.

O estudo, entre outras contribuições, aprofunda a compreensão acerca das formas de manifestações valorativas da juventude<sup>2</sup> internalizadas mediante as ações e relações desenvolvidas por jovens oriundos de meios sociais diferentes, considerando-os como atores sociais e sujeitos produtores de cultura. A óptica de abordagem adotada privilegia a educação como prática social, que trabalha a dialeticidade das relações intergeracionais, entendendo-os enquanto sujeitos coletivos, com ações, motivações, lutas, conflitos e seus saberes.

A reflexão busca compreender esse movimento mediante a captação e o entendimento do seu significado político-pedagógico, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Noutros termos, o ensaio procura verificar como a práxis educativa, que tipos de pedagogia e de *saber* são reelaborado ou criados pela *prática social* no processo de formação da juventude. Para as instâncias que trabalham com a perspectiva da educação emancipatória, esta relação torna-se ainda mais intensa, porquanto, à proporção que estuda criticamente com os jovens seus saberes, sua conduta, em que problematiza a realidade concreta que os envolve, o educador desenvolve mais agudamente a consciência da contradição, o que o capacita a novas possibilidades de intervenção educativa.

Como não poderia deixar de ser, essa concepção radica à educação um intento transformador, concebendo-a como um *projeto político* capaz de pensar as relações entre os diferentes grupos sociais. Trata-se de uma educação orientada para os fins e não

---

2. A pesquisa abrange dois meios sociais: a periferia urbana da Região Metropolitana de Fortaleza e assentamentos rurais do interior do Ceará; trabalhou-se com cerca de 80 jovens e suas famílias. No que concerne ao perfil das famílias este relato trata mais diretamente da periferia urbana de Fortaleza, ao passo que, outro componente do grupo coube a tarefa de analisar a situação das famílias dos assentamentos rurais.

para os meios, requerendo que a ação pedagógica seja realizada a partir do homem e da mulher, situados num contexto social concreto. A proposta de uma *pedagogia da autonomia*, fundamental para a formação da juventude, encontra suas bases em Freire (1998) e Gramsci (1978), dentro outros.

De acordo com a perspectiva gramsciana, o processo formativo exige por parte do educando grande esforço e um trabalho disciplinado e metódico, tornando-se necessário que este adquira certos hábitos de exatidão, diligência de concentração psíquica; a formação requer o desenvolvimento das capacidades de autonomia e autodireção. Do exposto, não se deve deduzir que o autor advoga a “disciplinação” pura e simples e a coerção autoritária; desta óptica, a *disciplina* é entendida como consciência daquilo que vem do exterior. É uma *atitude interna* que visa a conduzir à autonomia da personalidade. Somente nestas bases, as atividades dos jovens adquirem sentidos e se expressam de forma criativa.

Vale destacar o fato de que o cotidiano dos grupos juvenis é constituído por um corpo vivo de relações entre seus integrantes. Estas são simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Interessa penetrar este emaranhado de interações para ver seu conteúdo, a multiplicidade e a diversidade de relacionamentos que se desenvolvem entre as pessoas e entender as trocas que realizam entre si. Enfim, descobrir como *aprendem e ensinam* no movimento da vida social, neste universo vasto e rico para a produção da cultura e a elaboração da sociabilidade. Foram privilegiadas, por conseguinte, os diversos olhares dos agentes sociais envolvidos (na formação da juventude em diferentes meios sociais).

Desse modo, foi feito um esforço consciente para apreender e compreender como as múltiplas ações e relações destes agentes socializam os jovens. Segundo a concepção adotada, identificar tais elementos implica situar os atores sociais, observando o seu

contexto, ações e relações, de modo a compreender seu discurso, sua racionalidade, suas justificativas e motivos que orientam suas práticas, os elementos de que eles compartilham com os seus pares ou sua comunidade, tendo, portanto, uma dimensão social. Esse prisma de análise encontra suporte em Habermas (1988) e na abordagem da etnometodologia que norteia a observação e entendimento da vida cotidiana (Coulon, 1995).

Nesta parte do trabalho, busca-se *conhecer e analisar* as ações formadoras no âmbito da juventude, realizadas pela família e pelas organizações juvenis, com práticas voltadas para a educação juvenil, apreendendo e discutindo os elementos significativos desse processo formativo, sobretudo no que concerne às atitudes e sistema de valores desenvolvidos; *compreender* como tais instâncias reforçam ou negam os valores como algo fundamental à formação do(a)s jovens e a base para a formação de sua liberdade e autonomia dentro da sociedade, porquanto, a passagem da heteronomia para a autonomia é o ponto crucial da formação da pessoa.

O objeto do estudo, portanto, consiste em compreender como as instâncias socioeducativas (especialmente a família e as organizações juvenis) desenvolvem *ações formadoras*, e como estão enfrentando os desafios e os conflitos de formar sujeitos cuja ação esteja fundamentada em valores, como amizade, sociabilidade, solidariedade, valor atribuído ao trabalho e percepções sobre gênero.

Inferese dessas reflexões, que se torna urgente privilegiar as interações mediatizadas pelo agir comunicativo, realizadas por grupos sociais específicos, cujas relações são ainda predominantemente primárias entre os quais sobressaem grupos comunitários, famílias e organizações juvenis.

Os estudos abarcando a problemática da pesquisa foram balizados por Abramo (1997), Acosta (2005), Aquino (1996), Bourdieu (1998), Bruschini (1990), Canevacci (1982), De La Taille (2004), Freire (1998), Forquin (1993), Geertz (1978), Ginzburg (1985), Gramsci (1978), Guareschi (2003), Habermas (1988), Longarezi (2001), Macedo (1996), Minuchin (1990), Pais Machado (1996), Piaget (1994), Rubio (2000), Stanhope (1999), Spósito (1994), Vgotsky (1984) e outros, a fim de possibilitar a compreensão das ações formadoras, privilegiando diferentes perspectivas.

Quem pesquisa a realidade humana enfrenta hoje um processo de reflexão e de crítica, que atinge o cerne da própria produção do conhecimento e seu fim na sociedade. No âmbito da investigação social, firma-se a tendência histórica, tendo como uma de suas vertentes o modelo dialético, que, por situar-se no plano da realidade e no plano histórico, procura apreender e trabalhar a trama de relações contraditórias que forma o tecido social, objetivando atingir a essência do mundo real, a gênese e a transformação deste. Esta ferramenta possibilita revelar a gênese e a natureza dos fenômenos estudados, evitando a fragmentação da realidade. Noutros termos, a correta utilização deste paradigma permite problematizar a realidade, levando em conta as relações sociais e os movimentos da sociedade para interpretá-los à luz das contribuições teóricas, enfim, realizar um esforço sistemático e crítico com o propósito de ir além da aparência da realidade.

É preciso deixar claro que demarcamos, neste estudo, uma das perspectivas da dialética, enquanto paradigma ontometodológico, que busca a relação entre o objeto teórico (constituído no âmbito de determinada ciência), o método utilizado e o objeto real do estudo. A trajetória metodológica parte do concreto (empírico), passa pelo abstrato (teoria), para chegar ao concreto

-pensado. Tarefa como esta exige do investigador um esforço de apreensão, análise e síntese do objeto estudado. A tarefa fundamental da investigação é precisamente esta - desocultar a estrutura da realidade, atingir a essência do fato estudado.

Para tanto, o pesquisador necessita usar os instrumentos teórico-metodológicos adequados. Significa que se trata do emprego de uma abordagem, a qual, na elaboração do conhecimento, contribua para a integração entre a realidade específica e a totalidade investigada. Isto porque, pensar dialeticamente implica a tentativa de compreensão total da realidade, operando com o movimento que vai do todo às partes, e destas ao todo, pois um elemento adquire significado quando inserido no conjunto que lhe dá coerência. Este percurso consiste em ir do fato empírico (imediato) para a visão conceitual (mediata) e vice-versa, indicando que, do ponto de vista da lógica, há um circuito de relações que envolvendo duas metades complementares e contraditórias: numa das pontas, o semicírculo indutivo, que termina pela produção da abstração; no outro, a atividade operatória, que desce da abstração e vai até a realidade particular (semicírculo dedutivo), exprimindo no seu conjunto uma ação transformadora e unitária do ato do conhecimento.

Tal processo torna possível apanhar e trabalhar as múltiplas e contraditórias facetas da realidade investigada, tendo em vista que a dialética, como lógica do movimento, pode explicar as contradições presentes na realidade social. Esta reflexão indica que a realidade pode ser pesquisada de formas diversas, sob diferentes aspectos e níveis, desde que, naturalmente, empreguemos as ferramentas apropriadas para descobrir suas relações essenciais e sejamos capazes de historicizar o objeto investigado.

A produção do conhecimento, realizado desde a perspectiva crítica, revela a existência de pelo menos dois caminhos para

a concretização das pesquisas. O primeiro procura estabelecer explicações abrangentes sobre a realidade social, realizando estudos macrosociais. O outro privilegia a investigação de realidades específicas (microsociais), buscando entender a natureza, e as relações de determinados fenômenos, em suas articulações com o todo que lhe dá coerência. A importância dos elementos fundamentais da vida real - o estudo das situações concretas como base para a formulação de uma ciência do homem - adquire relevância com o pioneirismo das investigações de Marx e Engels, que nos ensinam: “não se parte do que os outros dizem, imaginam ou pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação, e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso, parte-se dos homens, da sua atividade real” (1971:28).

Os pesquisadores, preocupados com o estudo de realidade apontam para a necessidade de explicações microsociais no intuito de fazer avançar o conhecimento das questões concretas. Daí a grande relevância do fato de que procuramos manter coerência com o caminho metodológico escolhido, nas pesquisas de campo que realizamos focando a juventude e suas famílias. Fazer pois, um grande esforço com vista a traduzir as categorias de análise em categorias que permitam a observação empírica da realidade que pretendemos investigar, que chamamos de categorias concretas, temáticas ou de estudo. O ponto inicial desta discussão encontra-se no pensamento de Goldmann, quando este analisa a dialeticidade entre a parte e o todo, mostrando que um elemento (a parte) adquire significado dentro do conjunto (o todo) que lhe dá coerência (GOLDMANN, 1979). As contribuições dos autores permitiram adquirir maior clareza sobre a importância das explicações obtidas ao nível do cotidiano para o entendimento das questões estudadas na prática da pesquisa, uma vez que é

na esfera do cotidiano, da vida real, onde se manifestam as ações dos sujeitos e adquire concretude o rico tecido dos movimentos sociais e da práxis educativa, objeto da investigação.

O ensinamento de Goldmann (ob. cit.) todavia, nos alerta, desde o início, para a necessidade de se buscar o significado desta realidade imediata como suporte na imersão na realidade mediata, quer dizer, procurar as múltiplas determinações da parte estudada, na sua articulação histórica com a totalidade, que se obtém com base em análise fundada em categorias simples (na acepção de Marx), considerando não ser possível conhecer a totalidade social sem conhecer o cotidiano, do mesmo modo que é impossível conhecer a vida cotidiana sem o conhecimento crítico da sociedade, onde esta se insere (LEFEBVRE, 1991). Este autor nos diz ainda que o ponto de partida reside em examinar as representações dos atores, no seu que fazer. Dissecando os fatores que as produzem. É oportuno considerar que o cotidiano do ator social é implicado pela lógica societária antagonista que dissemina ideologias e valores necessários à perpetuação da ordem dominante. Dessa forma, faz-se necessário apreender as particularidades operativas da óptica dominante na disseminação de seus valores e de seus mecanismos e estratégias de dominação, na relação do todo com as partes.

Uma de nossas tarefas metodológicas consistiu em articular as duas dimensões da realidade (os níveis macro e microssocial), traduzindo as *categorias de análise* (entendidas como conceitos básicos que norteiam o estudo) em *categorias temáticas* que possibilitam um contato direto com a realidade empírica investigada, ou seja, extrair categorias oriundas da vida real dos agentes, no caso, os jovens investigados e suas famílias (categorias concretas), capazes de se articularem de forma coerente com as categorias de análise derivadas da teoria que embasa a pesquisa.

O ponto de partida consistiu em considerar a juventude como *categoria social* (conceito básico que norteia o estudo)<sup>3</sup>, abordando-a, sob o duplo enfoque que privilegia simultaneamente a unidade e a diversidade desta enquanto elaboração social (MACHADO PAIS, 1996).

Estudar as práticas dos atores sociais, particularmente a da juventude, requer do pesquisador uma atitude que valorize a comunicação entre os polos - investigador e investigado - objetivando captar e interpretar a compreensão que estes têm acerca de sua realidade. Isto significa aprender como eles vivem, pensam e trabalham, as lutas que empreendem; as formas de expressões culturais próprias do grupo (quer no campo, quer na periferia urbana); desvelando, assim, sua mentalidade, suas direções perspectivas.

O cotidiano dos grupos juvenis é constituído por um corpo vivo de relações entre seus integrantes. Estas são simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Interessa penetrar este emaranhado de interações para ver seu conteúdo, a multiplicidade e a diversidade de relacionamentos que se desenvolvem entre as pessoas, entender as trocas que realizam entre si (envolvendo, estudo, lazer, trabalho, serviços, significados, ações solidárias, saberes).

Dessa tentativa de compreender as ações e relações realizadas pelos agentes, como parte e totalidade do real, derivam os procedimentos metodológicos usados na investigação, o papel do pesquisador, as formas de inserção e participação dos sujeitos investigados, bem como as análises e as conclusões do estudo.

A visão exposta auxilia na apreensão e entendimento do real. É contudo, oportuno, sublinhar a ideia de que a própria

---

3. A população pesquisada abrange tanto adolescentes (14 a 17 anos), quanto jovens (17 a 25 anos). Neste estudo, a categoria jovem designa estes dois conjuntos etários, de forma agregada.

realidade concreta e viva da investigação impõe a adoção de procedimentos distintos nas diversas situações que expressos ao investigador. Isto torna possível captar o movimento dos sujeitos pesquisados em distintas situações, fornecendo elementos para uma análise seguramente mais aproximada da realidade, onde se produz e reproduz a subsistência e os saberes.

Considerando a complexidade das relações estudadas demandamos um caminho apropriado para penetrar o emaranhado mundo dos jovens e de seu ambiente.

A pesquisa de campo compreendeu duas fases principais. Uma envolveu a aplicação de questionário com vistas a colher dados para traçar um perfil das famílias e dos jovens das áreas investigadas. Os aspectos cobertos enfatizaram a situação socioeconômica da família, especialmente a condição da moradia e a renda familiar; e, ainda, a situação referente à educação, à cultura e aos valores.

A outra foi desenvolvida com organizações sociais juvenis (grupos formais e informais), quando foram colhidas informações de cunho qualitativo mediante o emprego de procedimentos que consideraram o papel formador da família e das organizações sociais juvenis, trabalhadas especialmente com grupos focais, privilegiando-se as ações e relações da juventude com vistas à constituição de valores, tomando como referência as categorias temáticas - *amizade, solidariedade, sociabilidade, o valor do trabalho para os jovens, além das questões de gênero*. Referidas informações foram obtidas com o emprego de múltiplos procedimentos metodológicos, descritos a seguir.

Com origem nessa óptica descobrimos a necessidade e a importância dos procedimentos projetivos em pesquisa, ou seja, técnicas de captação de informações atuantes de forma reflexiva, possibilitando que os sujeitos se projetem como num espelho e revelem os significados de fatos e situações que, via de regra, são

ocultados quando se usam outras técnicas, como observação, entrevista etc. Isso ocorre porque os procedimentos projetivos (especificados a seguir) permitem penetrar a subjetividade dos atores sociais, e as descobertas não resultam apenas em discurso muitas vezes vazio, mas também no significado da própria prática.

Na escolha deste caminho, recebemos a influência de várias vertentes teóricas e de áreas diversas do conhecimento (Psicologia, Antropologia, Sociologia). No caso específico das técnicas projetivas duas experiências foram fundamentais para a caminhada aqui relatada - a do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, e o Psicodrama, de Jacob Moreno.

O psicodrama foi definido por Moreno (1973, p.17) como *a ciência que explora a verdade por métodos dramáticos*. A palavra drama vem do grego e significa ação ou algo que acontece, mostrando que o berço do psicodrama se encontra no próprio teatro.

Para Moreno, a existência humana comporta-se de modo similar a um drama, representado por múltiplos atores, cujo enredo é para eles inconsciente. Desse modo, o elemento dramático emerge da subjetividade do ator, da razão por que, é repleto de significados que aparecem como se fossem oriundos de uma realidade exterior. Na verdade, a noção de inconsciente refere-se ao inconsciente comum (coletivo). Assim, o protagonista, expressa o inconsciente social como reservatório da memória histórica do grupo, que de algum modo sintetiza as tradições de várias gerações. No caso dos jovens, essa dimensão aparece de maneira muito intensa quando são estudados temas como família, sexualidade, por exemplo.

Na experiência do Teatro do Oprimido, de Boal<sup>4</sup>, o grande

---

4. O "Teatro do Oprimido" surgiu da experiência de Augusto Boal e mais seis atores. Desde 1971, o método foi se expandindo, tanto geograficamente como nas áreas de atuação. A experiência chegou a 50 países e se desdobrou

valor reside na utilização do teatro como instrumento pedagógico e, especialmente, no modo de ser realizado, que enfatiza a espontaneidade, com vistas a possibilitar ao ator improvisar, criar conteúdos, mas, principalmente, desenvolver uma rica dramaticidade - noutros termos, exteriorizar o inconsciente.

Ao trabalhar com as técnicas projetivas (quer no caso do teatro, do filme ou do vídeoclip), procuramos tirar partido da riqueza de seu caráter semiótico, buscamos estudar os significados/sentidos apresentados por estas linguagens. Com base nesta técnica, podemos verificar, junto aos grupos de jovens, seus discursos, a explicitação de suas ideias sobre a temática estudada motivados pelo filme/teatro, na análise do cotidiano vivido por esses sujeitos.

A introjeção dos papéis de personagens numa fusão com a realidade abre possibilidades para a discussão desejada em nosso trabalho. Ao *discutir* o conteúdo do filme ou da peça teatral, os jovens não se expõem diretamente, mas de modo indireto, porquanto utilizamos os recursos (personagens e situações) para exporem suas idéias sem constrangimento. Deste modo, o recurso do filme/teatro passa a ser um indutor do problema, não um mero extrato da realidade que se poderia constatar, mas também, um elemento discursivo que tanto induz o telespectador para o questionamento como problematiza a realidade; a ficção e a realidade se mesclam no momento em que os sujeitos trazem suas falas para traduzirem seus conceitos e sentimentos. Tais linguagens por sua riqueza semiologia, por sua incontestável capacidade de

---

em teatro-jornal (colagem de reportagens), teatro-invisível (enquete em locais públicos sem o público saber que era encenação), teatro imagem (uso somente da linguagem corporal), teatro-fórum (a plateia altera a cena) e teatro arco-íris do desejo (técnicas psicoterapêuticas) Folha de São Paulo, Caderno Ilustrado, 10/03/2001.

veicular informação e por seu elevado grau de autonomia relativa em comparação à verbal (importância das imagens, da montagem etc.), são, sem dúvida, entre todas as linguagens, no sentido figurado, uma das que melhor se prestam ao confronto com a linguagem propriamente dita (METZ, 1973: 44).

Ora, identificar tais elementos implica situar o ator social estudado no seu contexto, de modo a compreender seu discurso, sua racionalidade, as justificativas e motivos de ação - elementos que ele compartilha com seus pares ou sua comunidade, expressando, portanto, uma dimensão social. Tal perspectiva encontra suporte metodológico apropriado na Etnometodologia, que, além de orientar a observação e compreensão da vida cotidiana, dos saberes, das culturas de experiência que a constituem, fundamenta-se numa concepção de sociedade, como algo em processo de elaboração onde os atores constroem sua existência social em contexto de interação. Esta concepção atende à nossa compreensão da cultura da experiência vivida como produto da integração de um sujeito que elabora e constrói sua identidade e sua sociabilidade e tem como objetivo *a busca empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, construir suas ações cotidianas: comunicar, tomar decisões, raciocinar* (COULON, 1995:17). Esta abordagem é usada na fase de aprofundamento das informações, quando se buscam as razões, os fundamentos que embasam as ações dos sujeitos investigados; para tanto, foi usado um conjunto de procedimentos -as “técnicas projetivas” – surgidas da necessidade de adotar procedimentos metodológicos capazes de levar os jovens a expressarem o que pensam e sentem, de uma forma indireta, projetando-se em situações de outros jovens (personagens)<sup>5</sup>.

---

5. Para o detalhamento e emprego dos procedimentos, consultar *O caminho se faz ao caminhar* (Damasceno & Sales, 2005).

## **1.2 A família como instância socioeducativa formadora da juventude**

Inicialmente é desenvolvida uma reflexão acerca da família, objetivando compreender como esta instituição se construiu e evoluiu historicamente. Portanto, nesta parte do relato, são desenvolvidas algumas reflexões sobre a família na qualidade de instância formadora.

Em primeiro lugar é relevante destacar o fato de que a família não é uma instituição natural, e sim uma instituição social historicamente determinada pelas circunstâncias. Portanto, cabe superar a aparência de naturalidade da família, entendida como uma criação social e histórica que assume configurações diversificadas, em decorrência de fatores econômicos, sociais e culturais.

De saída, é importante entender a família como um grupo social concreto, composto por indivíduos ligados por laços de sangue, adoção ou aliança, aceitos socialmente, e organizado em núcleo de reprodução biológica e/ou social (procriação, consumo). Assim, a família representa um grupo social primário, que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. Trata-se de um grupo de pessoas, ligadas por descendência com procedência em um ancestral comum, unida por múltiplos laços capazes de manter os membros, moral, material e reciprocamente, durante uma vida no curso das gerações.

Ao definir família, muitos autores a entendem como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos seus membros, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera mediado por padrões transacionais. A família, como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo no plano social e cultural, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990).

A família assume estrutura característica. Por estrutura, entende-se, “uma forma de organização ou disposição de um número de componentes que se inter-relacionam de maneira específica e recorrente” (WHALEY e WONG, 1989, p. 21). Deste modo, a estrutura familiar compõe-se de um conjunto de indivíduos providos de condições e em posições socialmente reconhecidas, e com uma interação regular e recorrente, também ela, socialmente aprovada. A família pode então, assumir uma estrutura *nuclear*<sup>6</sup> ou *conjugal*, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. A estrutura nuclear tem uma grande capacidade de adaptação, reformulando a sua constituição, quando necessário. Resta reconhecer por outro lado, os tipos de família que estão surgindo e ocupando seus espaços como as famílias homoafetivas (agora reconhecida legalmente), além de arranjos familiares como àquelas que não têm filhos, bem com, as que são recompostas, por via de novas uniões e/ou casamentos.

Quanto ao tipo de relações pessoais próprias de uma família, os estudiosos do tema referem três tipos de relação, a de aliança (casal), a de filiação (pais e filhos) e a de consanguinidade (irmãos). É nesta vinculação de parentesco, de pessoas que se vinculam pelo casamento ou por uniões sexuais, que são gerados os filhos.

O conceito de família, ao ser abordado, evoca, obrigatoriamente, os conceitos de papéis e funções. Em todas as famílias, independentemente da sociedade, cada membro ocupa determinada posição ou tem certo estatuto, como, por exemplo, marido, mulher, filho ou irmão, sendo orientados por papéis. Estes representam as expectativas de comportamento e direitos que

---

6. Convém ressaltar que existem outras configurações de famílias, como a monoparental, a ampliada ou consanguínea.

estão associados a uma dada família ou grupo social (STANHOPE, 1999).

Assim sendo, e começando pelos adultos na família, os seus papéis variam muito, devendo ser considerados como característicos os seguintes: a socialização da criança, relacionado com as atividades contribuintes para o desenvolvimento das capacidades mentais e sociais da criança; os cuidados às crianças, tanto físicos como emocionais, perspectivando o seu desenvolvimento saudável; o papel de suporte familiar, que inclui a produção e/ ou obtenção de bens e serviços necessários à família; o papel de encarregados dos assuntos domésticos, onde estão incluídos os serviços domésticos, que visam ao prazer e ao conforto dos membros da família; a função da família de manutenção das relações familiares, relacionados com a manutenção do contacto com parentes e implicando a ajuda em situações de crise.

Relativamente aos papéis dos irmãos, estes são promotores e receptores, em simultâneo, do processo de socialização na família, ajudando a estabelecer e manter as normas, promovendo o desenvolvimento da cultura familiar. "Contribuem para a formação da identidade uns dos outros servindo de defensores e protectores, interpretando o mundo exterior, ensinando sobre equidade, formando alianças, discutindo, negociando e ajustando mutuamente os comportamentos uns dos outros" (IDEM: 502). Há a salientar, relativamente aos papéis atribuídos, que será ideal existir alguma flexibilidade, assim como a possibilidade de troca ocasional desses mesmos papéis, quando, por exemplo, um dos membros não possa desempenhar o seu.

Como os papéis, as funções estão igualmente implícitas nas famílias, como já referido. As famílias como agregações sociais, ao longo dos tempos, assumem ou renunciam funções de proteção e socialização dos seus membros, como resposta às necessidades

da sociedade de pertença Nesta perspectiva, as funções da família regem-se por dois objetivos, sendo um de nível interno, como a proteção psicossocial dos membros, e o outro externo, como a acomodação a uma cultura e sua transmissão. A família deve, então, responder às mudanças externas e internas, de modo a atender às novas circunstâncias, sem, no entanto, perder a continuidade, proporcionando sempre um esquema de referência para os seus membros (MINUCHIN, 1990). Existe, conseqüentemente, uma dupla responsabilidade - de dar resposta às necessidades, quer dos seus membros, quer da sociedade (STANHOPE, 1999).

Os estudiosos identificaram como funções familiares, as seguintes: *“geradora de afecto”*, entre os membros da família; *“proporcionadora de segurança e aceitação pessoal”*, promovendo um desenvolvimento pessoal natural; *“proporcionadora de satisfação e sentimento de utilidade”*, através das actividades que satisfazem os membros da família; *“asseguradora da continuidade das relações”*, proporcionando relações duradouras entre os familiares; *“proporcionadora de estabilidade e socialização”*, assegurando a continuidade da cultura da sociedade correspondente; *“impositora da autoridade e do sentimento do que é correcto”*, relacionado com a aprendizagem das regras e normas, direitos e obrigações características das sociedades humanas. Transpondo estas funções, Stanhope (1999) acrescenta ainda uma função relativa à saúde, na medida, em que a família protege a saúde dos seus membros, dando apoio e resposta às necessidades básicas em situações de doença. “A família, como uma unidade, desenvolve um sistema de valores, crenças e atitudes face à saúde e doença que são expressas e demonstradas através dos comportamentos de saúde-doença dos seus membros (estado de saúde da família)” (IDEM; p. 503).

Os pesquisadores que abordam o tema desde a perspectiva psicológica são unânimes em realçar a noção de que a família tem

como função primordial a protecção, tendo sobretudo, com potencialidades para dar apoio emocional a fim de resolver problemas e conflitos, podendo formar uma barreira defensiva contra agressões externas, cabe reforçar a ideia de que a família ajuda a manter a saúde física e mental da pessoa, por constituir o maior recurso natural para lidar com situações potenciadoras de stress associadas à vida na comunidade.

Relativamente à *criança*, sua necessidade mais básica remete-se à figura materna, que a alimenta, protege e ensina, assim como cria um apego individual seguro, contribuindo para um bom desenvolvimento da família e, conseqüentemente, para acertada condução da criança. A família é, então, para a criança, um grupo significativo de pessoas, de apoio, como os pais, os pais adotivos, os tutores, os irmãos, entre outros. Assim, a criança assume um lugar relevante na unidade familiar, onde se sente segura. Na contextura da socialização, a família assume, igualmente, um papel muito importante, porquanto é ela que vai formar e apoiar o comportamento e o sentido de identidade da criança. Ao crescerem juntas, família e criança, promovem a acomodação da família às necessidades da criança, delimitando áreas de autonomia, que a criança experiencia como separação.

A família tem, ainda, um papel essencial para com a criança, que é o da afetividade. Tal como já referido, sua importância é primordial pois considera o alimento afetivo tão imprescindível como os nutrientes orgânicos, haja vista que a ausência do afeto de um adulto, pode contribuir para que a criança não desenvolva a sua capacidade de confiar e de se relacionar com o outro. Importa reter a ideia de que a família constitui o primeiro e o mais importante grupo social de toda a pessoa, bem como o seu quadro de referência, que se estabelece mediante as relações e identificações que a criança criou ao longo de sua formação.

De outra parte, é preciso considerar que essa visão de família embora tenha uma grande força histórica vem se modificando substancialmente, na atualidade nem sempre essa família “ideal” apóia, abriga e acolhe seus membros, sendo relevante chamar a atenção para o fato de que essa instância, como parte da sociedade civil repleta de conflitos, e, portanto, também preta de contradições.

Trata-se, por conseguinte, de uma instituição social que tem se transformado através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e socioculturais do contexto em que se encontram inseridas. É um espaço continuamente renovado e reconstruído. O conceito de próximo encontra-se realizado mais do que em outro espaço social qualquer, e deve ser visto como um espaço político de natureza criativa e inspiradora. Assim, a família deverá ser encarada como um todo que integra contextos mais vastos, como a comunidade em que se insere, um “sistema de membros interdependentes que possuem dois atributos: comunidade dentro da família e interação com outros membros” (STANHOPE, 1999, p. 492).

Observável é o fato de que, embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único, ou seja, concomitante aos estilos dominantes de cada época. Além disso, o surgimento de uma tendência não eliminava imediatamente a outra. Prova disto está no fato de que, no início do século, foi possível identificar a presença do homem patriarca, da mulher “rainha do lar” e da mulher trabalhadora. Assim, não podemos falar de família, mas de famílias, para que possamos tentar cobrir a diversidade de relações e das normas de convivência na sociedade.

A relação dos sujeitos com as regras, princípios e valores, elementos constituintes da moral, é expressa como algo deveras

relevante para o convívio coletivo. Há consenso na ideia de que cabe à família um importante papel nesse contexto; naturalmente, esta não é a única responsável.

No processo formativo realizado no seio da família toda ordem ou repreensão deve vir acompanhada da explicação de sua razão de ser, em geral, baseada na conseqüência dos atos (responsabilidade) e na consideração do outro. Por exemplo: se você mentir, ninguém mais vai acreditar em você; se não fizer a tarefa, não conseguirá acompanhar as atividades em sala de aula.

Esta perspectiva se apoia na ação comunicativa, de Habermas (1988), com base na qual os limites são trabalhados, sustentando-os em explicações. Consoante os especialistas, este tipo de formação é o que mais contribui para a promoção da autonomia moral, pois não se abstém de colocar limites, nem silencia sobre o que é permitido ou proibido. Seu grande diferencial é o de trazer a dimensão racional (baseada na razão comunicativa), considerando a razão de ser das regras e princípios, trabalhando a ideia de que a moral possui fundamentos racionais que podem ser avaliados à luz da racionalidade interativa.

Importa reafirmar que a família é um lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se estrutura. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se gravam as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1988).

Deve ser acrescentado o fato de que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulta. A família foi, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas (GOKHALE, 1980).

### 1.3 O esboço de um perfil das famílias pesquisadas

#### 1.3.1 Situação socioeconômica das famílias

Nesta parte do trabalho discutem-se os resultados empíricos obtidos mediante a aplicação de um questionário com vistas a colher dados para traçar um perfil das famílias das áreas investigadas. Os aspectos privilegiados enfatizam a situação socioeconômica da família, especialmente a condição da moradia e da renda familiar (os resultados estão organizados em tabelas e gráficos, em anexo). As informações são complementadas com opiniões dos jovens acerca da família, coletadas por via de grupos focais.

No que diz respeito à situação socioeconômica da família buscamos informações concernentes à moradia, privilegiando os aspectos humanos, ou seja, a tipologia das pessoas que residem e as condições do imóvel.

Os resultados exibidos nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, bem como os gráficos 01, 02, 03 e 04 (em anexo), oferecem elementos que permitem traçar um perfil das condições de moradia da população das áreas estudadas.

A maioria afirma que mora em casa própria, embora o tipo de residência seja muito simples e as condições sanitárias precárias. Por seu turno, uma minoria da população tem acesso à água

tratada (enxanada) e a área não dispõe de esgotamento sanitário, o que predispõe a toda sorte de doenças, cabendo ressaltar que alguns imóveis sequer têm fossa séptica. Na verdade, parte das moradias não é constituída por imóveis pertencentes à família nuclear, e sim aglomerado de pequenas casas pequenas, mas em cada uma delas moram uma família, formando no conjunto, uma espécie de cortiço<sup>7</sup> (no mesmo lote), onde coabitam pessoas de uma mesma “clã” familiar, composta por várias gerações.

Com efeito, no tocante ao item saneamento básico, a situação em Fortaleza também é preocupante, haja vista que, embora a cidade tenha cerca dois milhões e meio de habitantes, ainda tem um longo caminho a percorrer para se inserir entre as capitais mais desenvolvidas do País. A cobertura de esgotamento sanitário da Capital do Ceará é hoje de apenas 50,56%. Especialistas em Saúde Pública alertam para o fato de que, a destinação incorreta de resíduos e dejetos torna a população vulnerável às diversas doenças, sobretudo as de veiculação hídrica, como as infecções gripais e gastrointestinais.

A situação detectada na capital do Ceará aproxima-se daquela encontrada em âmbito nacional. De acordo estudo da Fundação Getúlio Vargas, apenas 49,44% da população brasileira tem acesso ao saneamento básico (NERI, 2009).

De conformidade com as informações coletadas, constatamos que a média de pessoas por família situa-se em torno de quatro pessoas por domicílio - o casal e dois filhos<sup>8</sup>, posto que a maioria tem apenas um (31,40%) ou dois (31,40%) filhos. Isto

---

7. De acordo com o Dicionário AURELIO, cortiço é uma habitação coletiva das classes pobres.

8. Dados do IBGE sobre estrutura familiar constatou que as famílias monoparentais, compostas por apenas um dos pais e filhos, cresceram de 7,8% do total para 14,4%, nos últimos quinze anos.

significa dizer que 63% das famílias têm até dois filhos. Convém destacar que no âmbito nacional, esta redução foi ainda mais acentuada. Acompanhando os dados fornecidos pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, verifica-se que a família brasileira vem perdendo integrante a cada avaliação, pois anteriormente, era composta por 4,5 pessoas em média (1980), passou para 3,7 (1992), e, nos últimos vinte anos essas taxas reduziram consideravelmente, haja vista que, atingiu 1,95 filhos por família (2011). Isso no Brasil como um todo.

O histórico declínio das taxas de fecundidade é reflexo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como: aumento da urbanização, maior participação de mulheres no mercado de trabalho, elevação da escolaridade, disseminação cada vez maior dos métodos anticoncepcionais, entre outras mudanças. É importante destacar que a taxa de fecundidade vem sofrendo um processo de redução bastante acentuado em todos os grupos sociais (Tabela 1.5).

Como se pode observar, houve redução significativa no número de habitantes por família, se considerarmos os antigos padrões quantitativos do universo familiar, motivado pelas precárias condições socioeconômicas atuais que não evidenciam nem espaço físico, nem condições de subsistência compatíveis com um número de componentes maior. Tal fato também é reforçado pela inexistência de agregados à família, o que era comumente encontrado nos grupos familiares tradicionais.

Cabe realçar também que, focando a população das áreas pesquisadas quanto à faixa etária, observa-se que esta se concentra em torno de dois segmentos principais – os jovens (entre 15 e 25 anos) representam 40% da população, enquanto os adultos (entre 26 a 55 anos) abrangem 33% do grupo estudado.

O exame da situação das pessoas que possuem rendimento nas famílias (tabela 7 e gráfico 5, em anexo) revela em primeiro

lugar que o tipo de ocupação predominante se vincula ao trabalho temporário, como vigilante, mecânico, eletricista, servente em obras da construção civil, motorista. Uma parte é composta por mulheres que atuam como diaristas, costureiras, bordadeiras, empregadas domésticas, produzem artesanato; além de aposentaria e ganhos advindos dos programas de transferência de renda, especialmente a bolsa família, que atinge parte significativa da população reconhecidamente de baixa renda.

A análise do valor dos rendimentos percebidos (tabela 9 e gráfico 6) mostra em suas linhas gerais um quadro preocupante, tendo em vista que 54,90% das famílias percebem rendimento entre R\$ 351,00 e R\$ 700, 00. O mais grave é que cerca de 10% possuem rendimento abaixo de R\$ 350,00. Tal situação torna-se ainda mais inquietante se for levado em conta que 62,74% das famílias possuem um número maior de pessoas contribuindo financeiramente, evidenciando ainda mais a exploração da mão de obra a que são submetidos seus membros (cf. tabela 8).

Comparando as informações obtidas junto ao grupo investigado com os estudos de abrangência nacional, a situação apresenta-se diferente. De acordo com as pesquisas do IBGE (2008) o rendimento médio mensal por domicílio atingiu R\$ 1.968, observando-se um ganho de 2,8%. Vale ressaltar que a elevação ocorreu principalmente nas classes com rendimentos mais baixos. De outra parte, é conveniente destacar que a despesa média da família brasileira é de R\$ 1.778,03 ao mês. O Sudeste é onde se gasta mais (R\$ 2.163,09 ou 21,66% acima da média nacional) e o Nordeste é onde se gasta menos (R\$ 1.134,44 ou 36,20% abaixo da média). Entre as unidades da Federação, os maiores valores foram do Distrito Federal (R\$ 3.195,21), Rio de Janeiro (R\$ 2.343,45) e São Paulo (R\$ 2.337,17). Com valores mais baixos, aparecem Maranhão (R\$ 842,66), Paraíba (R\$ 904,24) e Piauí (R\$ 975,67).

R/14187257

PERGAMUM  
BCCE/UFV

Outro aspecto relevante que procuramos analisar foi o tipo de consumo das famílias (tabela 10 e gráfico 7). Notamos uma situação dentro das expectativas, qual seja, os bens de consumo são aqueles considerados básicos: televisor 100%; geladeira 88%; som (principalmente rádio) 78,43% e telefone, inclusive aparelho celular, 78,43%. Enquanto isso, os bens culturais, como livros, jornais e revistas, praticamente inexistem, assim como computador pois apenas cerca de 2,00% das famílias já o possuem.

Como se pode concluir, o quadro mostra uma situação de-  
veras interessante no que concerne ao consumo de bens duráveis (televisor, geladeira, aparelho de som, telefone celular etc.). Dentro os fatores que explicam este tipo de consumo, há dois que devem ser mencionados – o aumento da massa salarial da população de baixa renda nos últimos anos e o efeito dos programas de transferência de renda, especialmente a bolsa família. Com efeito, estudos focando o Programa Bolsa Família no consumo das famílias mostram o impacto positivo deste mecanismo de transferência de renda no incremento do consumo de bens duráveis, devendo ser considerado também fator segurança, haja vista que o fato irem receber o benefício facilita e possibilita a compra a crédito e o endividamento. Conforme estudo a injeção de recursos do aludido Programa tem um efeito multiplicador mais nas economias locais, à medida em que a pobreza do município é maior. O reflexo disso foi o aumento do consumo de bens duráveis entre as famílias muito pobres que recebem a bolsa família. Com o passar do tempo, as famílias ganharam de segurança que vão receber o benefício e, assim, puderam destinar parte de sua renda para a compra, a prazo, de eletrodomésticos (MARQUES, 2008).

As pesquisas do IBGE (IBID) mostram que, em quase todos os grupos de rendimento, o valor médio das despesas é maior do que o valor do rendimento. Apenas o grupo acima de R\$

3.000 gasta, em média, menos do que recebe. Uma comparação entre os dois extremos dos grupos de rendimento familiar mensal revela as desigualdades no consumo, no País. A faixa de mais baixo rendimento (até R\$ 400) representa 16,38% das famílias, e na faixa mais alta (mais de R\$ 6.000), 5,08%, de forma geral, em valores absolutos, os gastos aumentam conforme a renda, em todos os grupos de despesa. Em termos percentuais, é possível perceber as diferenças nos padrões de consumo.

Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará por intermédio do CETREDE, utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, revela a grave concentração da renda e das condições de vida da população do Ceará, de Fortaleza e especialmente da região estudada. Convém ressaltar que a pobreza é entendida como relação historicamente determinada entre os grupos sociais, na qual um segmento significativo da população está privado dos meios que viabilizam atingir níveis adequados de bem-estar social. Para que esta situação seja alterada, fazem-se necessárias mudanças nas relações sociais, considerando que esta deve ser compreendida como um processo de exclusão e não apenas como ausência de rendimento.

A situação de pobreza traz impacto sobre a satisfação das necessidades humanas básicas, como serviços de saúde, educação, saneamento, transporte público, entre outros. Complementando as informações sobre a situação da moradia, a equipe de pesquisa procurou saber quais os serviços públicos cujo funcionamento apresentava condições piores ou melhores, segundo a opinião dos usuários. O resultado mostra que os piores são: transporte público, pavimentação das vias, saneamento básico e esgoto e segurança. Outros serviços foram avaliados como funcionando razoavelmente bem no meio social pesquisado: água e luz, coleta de lixo, posto de saúde, escola.

### 1.3.2 A situação socioeducacional e cultural das famílias

Nesta parte do estudo, consideramos à situação referente à educação, à cultura e aos valores. A análise foca em primeiro lugar a educação escolar, envolvendo os seguintes aspectos: frequência escolar dos filhos, motivos pelos quais faltam à escola, escolaridade da mãe e do pai, tipo de escola onde os filhos cursaram o ensino fundamental (os resultados estão organizados em tabelas e gráficos, em anexo).

Ao ouvir os pais sobre a frequência escolar dos filhos (tabelas 11 e 12, gráfico 8 e quadro 2) constata-se a metade aproximadamente afirma que os filhos às vezes faltam à escola, mas, ao procurarmos saber as razões da falta, a maioria (71,70%) relata que a falta é motivada por doença. Nas conversas ou entrevistas, descobrimos que as doenças mais comuns relatadas são gripes, diarreias, dores de cabeça. Ora, tais enfermidades são típicas de áreas com problemas graves de saneamento básico, caso da região estudada, como ficou patenteado na discussão sobre as condições de moradia.

O nível de escolarização dos pais é outro fator interferente na educação escolar das crianças e jovens, dificultando o acompanhamento educacional, notadamente das tarefas escolares. No caso em estudo (tabela 13, gráfico 9), constatamos: a escolaridade da mãe é ligeiramente superior à do pai, pois enquanto 15% dos pais se declaram analfabetos, apenas 5% das mães afirmam estar nesta condição. A mulher também possui situação melhor quanto aos anos de escolaridade, enquanto a mediana dos pais situa-se no primeiro grau incompleto (27, 45%), o máximo de escolaridade referida é o ensino médio incompleto, atingido por apenas 5%, as mães avançaram mais, pois 15,69% possuem o ensino médio completo e 2% obtiveram formação superior. Convém ressaltar o fato de os filhos terem mais oportunidade de avançar

nos estudos do que os pais, pois, 4,2% dos jovens estão cursando a universidade. Cabe destacar, ainda, que 85% da escolaridade, está foi realizada totalmente na escola pública (tabelas 14 e 15).

Ao investigarmos os assuntos das conversas em família, por ordem de frequência (quadro 3) encontramos o seguinte: violência, religião, família, futuro dos filhos/escolha da profissão. Por conseguinte, além do problema da segurança, as pessoas da área têm a questão da família, a preocupação com os filhos e as perspectivas de emprego como centro das discussões.

Na tentativa de aprofundar um pouco mais as relações familiares buscamos averiguar os valores praticados na família. Exibimos a seguir uma síntese dos resultados por ordem de importância (quadro 5): respeito dos pais e mais velhos, amizade na família e vizinhança, ajuda ao próximo, formação religiosa de crianças e jovens, luta contra o preconceito, cuidado com o meio ambiente, consciência dos direitos e deveres. Como pode ser observado são valores deveras relevantes e necessários para a convivência em sociedade.

De acordo com os pais, de um modo geral, os filhos têm bom comportamento - ordinariamente ajudam nas tarefas de casa (24%), têm bom aproveitamento nos estudos (22%), chegam à casa no horário combinado com os pais (23%), quando estão em casa assistem a televisão (14%), ou ouvem música (10%).

No percurso da investigação, houve o cuidado de complementar as informações obtidas do questionário e entrevistas sobre as relações familiares com outras de ordem qualitativa, conseguidas mediante a discussão grupal (técnicas projetivas), junto ao grupo de jovens da comunidade, ou seja, como eles enxergam as famílias em seu meio. Passamos então, a reproduzir algumas falas dos jovens acerca do tema.

Ao iniciar a discussão, questionamos (usando situações problemas), qual o tipo de família mais comum no meio social investigado.

“Bem, a gente chegou uma conclusão, um consenso de que na nossa comunidade existem três tipos de convivência, na comunidade num total de 100% - 80% a gente engloba numa convivência familiar onde ainda há diálogo, uma família onde os pais compreendem os filhos, fala sobre a situação dos filhos, fala sobre drogas, embora tenha às vezes uma “bringuinha”, pequenos problemas, alguns conflitos entre os pais, e entre os irmãos, mas sempre se entendem”.

Outra parte, cerca de 20%, afirma – “a gente engloba como aquela família que já tem problemas sérios no relacionamento. A gente procurou entender porque hoje isso ta acontecendo, a gente viu que o pai, às vezes, chega bêbado, a mãe precisa trabalhar fora para ajudar a sustentar a família, os irmãos vivem brigando, não há diálogo. Então, muitos deles, caem nessa vida das drogas, prostituição, alcoolismo, porque é negada a oportunidade de diálogo”.

A maioria dos jovens ressalta que são famílias normais, ou seja, aquelas onde predomina o diálogo - “em casa a gente conversa, lógico tem alguns conflitos, se não tem com a mãe tem com o pai, tem com os irmãos, diz assim, não fale mais comigo e nunca mais; no outro dia tão amigo de novo”.

O conteúdo do discurso obtido mediante a discussão grupal confirma as opiniões expressas em respostas dadas ao questionário. Trata-se de um meio social onde a maioria das famílias ainda mantém um relacionamento razoável e boa parte dos jovens desenvolve uma convivência sadia.

Cabe ainda enfatizar que a preparação para o desempenho de papeis, visando a uma correta integração no tecido social, exige o reconhecimento da necessidade da convivência grupal,

conducente ao exercício da solidariedade e ao reconhecimento da diferença do “outro”. Em nossas pesquisas, temos ressaltado a realidade de que os jovens podem contribuir para a valorização grupal. Com efeito, as novas tecnologias da educação podem ajudar a fortalecer os laços de convivialidade nas práticas socioeducativas, cuja base se encontra na socialização realizada pela família. É preciso deixar claro, contudo, que a padronização em parte deriva da cultura mais ampla, mas também é influenciada por culturas específicas oriundas do grupo social, etário, étnico, religioso, a que o indivíduo pertence.

A socialização é o processo pelo qual alguém aprende os modos duma determinada sociedade ou grupo social, a fim de funcionar dentro dele; refere-se à aprendizagem dos modos de qualquer grupo social. Assim, “a socialização inclui aprendizagem, apreensão de padrões e sentimentos próprios de uma sociedade”. (ELKIN, 1968:14).

Uma dimensão que a pesquisa julgou relevante averiguar como instrumento de socialização refere-se às atividades recreativas, esportivas e culturais, em virtude da importância assumida por tais práticas na formação de crianças e jovens.

De conformidade com as informações coletadas junto às famílias e aos jovens, as atividades comumente realizadas estão sintetizadas nas tabelas 16 e 17, no gráfico 10 e no quadro 5 (anexo). O exame deduz que na sua maioria, as práticas vivenciadas são mais apropriadas para as crianças, enquanto aos jovens a ênfase recai sobre assistir a televisão (96,00%) jogar bola (16,13%), jogar videogame (12,90%), além de outras atividades, com destaque para o uso da internet.

Os dados obtidos confirmam resultados de outras pesquisas que mostram a carência de espaço para a concretização de práticas recreativas, esportivas e culturais em nossas periferias e,

especialmente, revelam a presença incipiente de políticas públicas nessas áreas.

Vale destacar que, até as primeiras décadas do século XX, a rua era identificada, principalmente, como lugar destinado ao homem e que também servia para diversão e lazer (DA MATTA 1985, p. 46). Ainda hoje ouvimos expressões “vá para o olho da rua!”, “já para a rua!”, “estou ou fiquei na rua da amargura” (DA MATTA, *ibidem*). Constatamos nas falas juvenis, é que a rua ganhou um novo enfoque, marcado pela conotação de moradia, autonomia, liberdade e lazer. O espaço da rua constitui-se palco de uma nova dinâmica social. Os jovens, sobretudo os residentes na periferia, se apropriam especialmente das localizações mais centrais, como as praças e ruas principais, para marcarem presença no cenário social, significando ser essa uma maneira de identificação como grupo social, diferente do “mundo da casa”. (SPÓSITO, 1994).

Uma das dificuldades observada atualmente para o uso do espaço da rua reside no crescimento da violência. Verifica-se que, como a rua é também um lugar de perigo e conflitos, manter os jovens em casa ou em espaços apropriados para as práticas de atividades recreativas, esportivas e culturais significa uma prevenção contra a violência e o uso de drogas, o envolvimento com tráfico e outros possíveis contratempos.

Para a criança e jovem das periferias urbanas, entretanto, conforme os dados demonstram, a rua ainda constitui o principal espaço para se expressarem na qualidade de categoria social. Como exemplo, temos a praça, que ainda representa o local onde os jovens podem namorar, dançar, praticar algum esporte, conversar e reunir o grupo para a troca de idéias. Ainda de acordo com Da Matta (IBIDEM), *a praça abre um território especial, uma região teoricamente do “povo”*. O espaço da rua fornece afirmação

da cultura juvenil e possibilidades de lazer, e o jovem também assume uma forma de ocupar o tempo e não ficar ocioso, e assim não se envolver com coisas indevidas, conforme a fala de um de nossos jovens:

Eu acho que o jovem gosta de brincar, de se divertir aqui tem muito pouco isso, não tem lazer, não tem praça, as atividades precisam ser mais abertas, o pouco que tem é restrito a quem joga bola, se não tem lazer e não tem como ocupar o tempo coisa boa não vai fazer (Gr. Periferia).

Os jovens manifestaram preocupação em vivenciar atividades culturais, como teatro, música, dança, mas ressaltam: *não condizem com a nossa realidade*, eles falam das dificuldades de espaço e dinheiro. Nessa perspectiva, o lazer está relacionado à condição social, reforça as diferenças sociais, daí a necessidade e a urgência da criação de espaços para os jovens da periferia.

Resta claro no discurso a noção de que o lazer se restringe ao futebol, pois há o reconhecimento de que o esporte é um meio importante para atrair os jovens, favorecendo a maior integração na comunidade, possibilitando afastarem-se das drogas.

O futebol é algo presente nos sonhos dos jovens. A prática deste esporte é possível ao jovem da periferia, porque tem um custo baixo e pode constituir uma grande oportunidade de vencer na vida mediante o talento. Denunciam a ausência de políticas públicas e reivindicam novos espaços, que forneçam oportunidades para aprender a fazer algo, aprender algo como tocar um instrumento, por exemplo. Portanto, torna-se necessário criar outras opções para assegurar a democratização das práticas de esporte, recreação e cultura.

Convém destacar, o fato de que é no esporte e na cultura onde o jovem tem maiores possibilidades de integração, de se divertir no encontro com os amigos. É no contexto desses dois tipos de atividades porém, que eles vivenciam as diferenças sociais, no que diz respeito à prática de determinados esportes e das atividades culturais.

## 2 A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE E OS VALORES

Maria Nobre Damasceno

### 2.1 A elaboração de valores

Nesta parte do trabalho, adotamos os suportes de Habermas (1988), que propõe a categoria de mundo vivido, orientado pela racionalidade interativa ou ação comunicativa; de Thompson (1981) contribuindo com no conceito de experiência; e, ainda, de Wills (1991), ao desenvolver a noção de produção cultural subordinada, importante para entender a cultura de resistência dos jovens, constituída com base nas práticas cotidianas destes sujeitos.

O jovem na sociedade atual vive uma trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana. Seja no plano pessoal, ou como agente social, esta tem a mesma força das relações desenvolvidas no âmbito do trabalho, podendo organizar a vida laboral.

Buscamos averiguar o modo como os jovens explicam os valores interiorizados na cultura vivida no seu cotidiano, focalizando as ações e as relações sociais que desenvolvem entre seus pares, com origem de duas perspectivas básicas: a do agir comunicativo, que se pauta pelo entendimento e se preocupa com a interação, a cooperação e as ações solidárias; e a do ação estratégica, marcada, pela manipulação, a violência física e, principalmente, simbólica.

O texto, portanto, orienta-se para o entendimento dos valores que dão suporte à sociabilidade dos jovens, expressa no contexto familiar e social, envolvendo principalmente a vivência familiar, o local onde moram, as organizações juvenis (grupos formais e informais), priorizando as ações e relações entre pares e não pares.

Concordando com Lefebvre (1991), dizemos que o exame do espaço-tempo da juventude nos revela formas e conteúdos de relações sociais, tendo clareza de que tais relações refletem, reproduzem e recriam diversos tipos de relações na sociedade mais ampla. Neste conjunto complexo, incluem-se relações de classe, gênero, etnia, a dinâmica das gerações e dos grupos. Neste ambiente, os jovens expressam elementos fundantes de seus valores e de sua cultura, que podem ser “entendidos como produto da sociabilidade juvenil, reveladora de forma peculiar de apropriação do espaço”. (SPÓSITO, 1994, p.167).

Deste fato decorre uma das premissas deste ensaio - o reconhecimento de que o espaço-tempo juvenil constitui-se num ambiente rico em interações, no qual ocorre um fervilhamento de ações e relações, principalmente entre os próprios jovens, caracterizadas como “relações entre pares e não pares”, manifestações da sua cultura da experiência vivida, de sua convivialidade. A investigação tem como um dos seus focos as ações e relações que se desenvolvem nos grupos formais e informais considerando as trocas de experiências.

Segundo a óptica de análise adotada, “o tempo da formação”, cumpre um importante papel do ponto de vista educativo, que, em última instância, é o principal objetivo da educação; posto que possibilita momentos ricos de trocas, de criação de relações, de fortalecimento das amizades, dos laços de solidariedade, das paqueras; enfim, quebra a rigidez e contribui para criar um

clima de leveza no grupo. Tal explicitação encontra suporte na elaboração de Giroux “a concepção de voz”, que, neste caso, significa tanto uma tradição partilhada como uma forma específica do discurso. Trata-se de uma tradição que deve ser organizada em torno de temas como solidariedade, luta e fortalecimento, a fim de fornecer as condições para que as especificidades da “voz” do jovem ganhe maior força emancipatória” (GIROUX, 1986, p.101).

Nessa reflexão focada na formação da juventude, notadamente no plano dos valores sociais, julgamos oportuno destacar dois aspectos relevantes: primeiro, trata-se de um ambiente rico em fenômenos relacionais, que, dependendo do modo como ocorrem, pode apresentar um clima amistoso ou conflituoso entre seus componentes; segundo, é preciso intuir que cada grupo tem características singulares, tendo em vista que o modo como se formou, se voluntariamente ou com orientação de agentes externos.

Nos grupos formalizados, os educadores procuram levar o jovem a compreender, a aceitar e valorizar a participação do colega, mostrando ser dessa forma que há progresso, enfim, estimulando o diálogo, as trocas de ideias, visando ao amadurecimento do grupo, para que, por via da amizade, possa haver um progresso mútuo, reforçando as experiências da comunidade, como enfatiza um participante - “eu sempre acho que através do diálogo o jovem fica mais consciente”.

A reflexão desenvolvida aponta em primeiro lugar para os valores no plano social, entendendo-os como um conjunto de princípios ou regras de conduta, necessários à convivência social. De acordo com La Taille (2004), nessa reflexão, devemos nos questionar o modo de agir, o que implica direitos e deveres imprescindíveis para uma convivência social adequada ou uma “vida boa”.

Os valores podem ser definidos como princípios orientadores da vida que têm uma relativa centralidade na estrutura da personalidade e que, de certa forma, atuam como mediadores da ação. Por outro lado, é relevante realçar a formulação dos valores: estes, mais do que uma escolha se apresentam - como uma construção constante e acompanham toda a vida das pessoas. Em relação aos jovens, isto significa que mais do que definir quais são os seus valores, considerando-os fixos, imutáveis, importa compreender o modo como elaboram os seus valores, isto é, com arrimo em fontes, em que referências e em que contextos.

Partimos da perspectiva de que a formulação e a legitimação desses valores devem ser feitas essencialmente pela família, pois os comportamentos e ideias aí praticados servem de referência para crianças e adolescentes. Torna-se urgente refletir na educação que está sendo oferecida às crianças e jovens, o meio familiar em que elas estão interagindo, a escola, os amigos, a televisão etc. Não é apenas um ou outro fator isolado (família, traços de personalidade, escola, amigos etc.) mas o conjunto deles que contribui nesse processo; é a interação do sujeito com esses fatores (meio), pois vai, aos poucos, estabelecendo seus valores morais. A moralidade, portanto, é elaborada, não vem pronta. Uma criança aprende o que vive e se torna o que experimenta.

Piaget nos mostra que o sujeito tem papel ativo no estabelecimento dos valores, das normas de conduta. Há uma interação, isto é, um caminho de ida e volta, com o indivíduo atuando sobre o meio e o meio sobre ele, e não simplesmente a internalização pura desse ambiente. A pessoa é ativa na construção de seu desenvolvimento.

Tais valores não são transmitidos diretamente, pois não se pode ensinar um sujeito a ser honesto, justo ou a respeitar o outro, com sermões, histórias ou “lições de moral”. A criança

irá construir sua moralidade (sentimentos, crenças, juízos, respeito ao outro etc.) com suporte em interação com as inúmeras e cotidianas experiências que tem com as pessoas e situações. A formulação de valores necessita de que o indivíduo tenha a possibilidade de interagir com situações em que a honestidade, justiça ou o respeito estão presentes de fato. É necessária a existência de normas ao nos relacionar com os outros. O importante, não são as normas em si, mas as razões pelas quais seguimos. É comum, nas situações em que a criança mente, agride, furta, desrespeita, não compartilha algo ou é mal educada, que o adulto a ensine acerca da importância de não cometer tais atos. A questão é como o adulto o faz. Para a criança cumprir normas, é preciso empregar procedimentos coerentes. É necessário associar a regra moral às consequências do não cumprimento desta, explicando à criança que está mentindo o por que não se pode acreditar no que ela está dizendo e que, na relação entre as pessoas, quando uma delas começa a dizer coisas não verdadeiras, ou que o outro vai deixar de confiar nela. Deste modo, a criança vai aprendendo sobre a necessidade de existirem normas que gerenciem as relações entre as pessoas, legitimando-as.

O que favorece o desenvolvimento da autonomia moral são as relações estabelecidas pela criança no ambiente em que vive se as relações são autoritárias ou cooperativas. Autonomia não é o mesmo que individualismo, ou liberdade para fazer o que queremos, significa coordenar os diferentes fatores relevantes, para decidir agir da melhor maneira para todos os envolvidos, levando em consideração, ao tomar decisões, os direitos, o ponto de vista do outro. Quer dizer, não pode haver moralidade ou sociabilidade quando se leva em conta apenas o próprio ponto de vista. Quando uma pessoa considera os pontos de vista das outras, não está mais livre para mentir, quebrar promessas e ser leviano.

A elaboração de valores concernentes ao *respeito ao próximo* tanto, no que concerne à criança quanto ao jovem, deve ocorrer em primeiro lugar no espaço familiar, pois as novas gerações precisam vivenciar isso, primeiramente a pessoa sendo tratada com respeito, isto é, perceber que suas idéias, sentimentos e opiniões sejam valorizados. É relevante também que aprendam a levar em conta os sentimentos e ideias dos outros. Vale destacar, ainda, que à pessoa a quem a criança e o jovem respeitam e admiram tem um enorme peso na construção de seus valores de seu comportamento, pois eles a imitarão.

Piaget mostra que a criança nasce na anomia, isto é, há uma ausência total de regras, leis. O bebê não sabe o que deve ou não ser feito, muito menos as regras da sociedade. Mais tarde, ao interagir basicamente com a família, a criança começa a perceber a si mesma e aos outros, notando também haver coisas que podem ou não ser feitas, se tornando heterônoma, ou seja, governada e dirigida pelos adultos. Na heteronomia, a criança já sabe que há coisas certas e erradas, mas os adultos é que as definem, isto é, as regras emanam dos mais velhos, naturalmente governada pelos outros, considerando que o certo é obedecer, que o papai (ou outro adulto qualquer que respeite) é aquele que sabe mais, o mais inteligente. E, devido a isso ela necessita das regras e referências dos mais velhos, para sentir-se protegida, segura, amada, e aprender a escolher e priorizar suas vontades. Elas precisam desses limites estabelecidos claramente quando pequenas, para que, mais tarde, possam aos poucos, constituir suas próprias regras, fazer acordos, aprender a negociar e fazer contratos. De La Taille (2004), explica que, no início, a origem da moralidade está na relação da criança com seus pais. As crianças temem a perda do amor, da proteção, da confiança das pessoas que a amam.

Em suma, os pais que deixam os filhos fazerem o que querem, estão fugindo de suas responsabilidades, sendo omissos, podendo gerar adultos inseguros, que têm dificuldades de lidar com frustrações, instáveis emocionalmente, impulsivos, voluntariosos, que perdem a capacidade de gratidão ou de modéstia (como se o que os pais fazem por eles fosse uma obrigação), não possuem respeito pelos outros, demonstram dificuldades em assumir responsabilidades e também exibem a perda do sentido do valor à vida (o que pode resultar em envolvimento com álcool, drogas e atitudes violentas e agressivas). O ambiente educacional pode ser democrático, com direitos e deveres. As regras são necessárias para o convívio social, pois ninguém é livre para fazer o que quer. Desde cedo, a criança precisa ir aprendendo as normas de convivência: ser educado, saber como se comportar nas diferentes situações, usar expressões de cortesia, saber aguardar sua vez, não bater ou agredir, tratar os outros como gostaria de ser tratado etc. A educação democrática é aquela em que os pais dialogam, incentivam as crianças a expressarem suas opiniões sobre alguns aspectos que as afetam e demonstram um maior equilíbrio entre os limites direitos e deveres, tentando chegar a um consenso do que é melhor para todos.

Portanto, é preciso compreender que a disciplina é o ponto para o qual convergem a autoridade e a liberdade. A criança disciplinada não é aquela treinada para obedecer, mas sim a que sabe o porquê de agir ou não de determinada maneira de acordo com a situação, pautando suas ações em valores morais, independentemente da presença ou não do adulto. Para tanto, é preciso que a criança e o jovem tenham a oportunidade de participar da elaboração das regras, que possam discutir e estabelecer relações. De La Taille (ob. cit) afirma que o sujeito deve legitimar as regras morais que garantam a ele e ao outro o respeito de si.

## 2.2. Os jovens e a prática de valores

A forma de organização e desenvolvimento da pesquisa tem como eixo principal a ação formadora da família de dos grupos sociais juvenis na constituição de valores e o papel dessas instâncias na formação de sujeitos, e se desdobra nas categorias temáticas: *amizade, solidariedade, exercício da cidadania, participação social, o valor do trabalho para os jovens*. Conforme esclarecemos na descrição da metodologia da investigação, os dados aqui apresentados são frutos da pesquisa de campo realizada junto às organizações juvenis, tanto da periferia urbana quanto de assentamentos rurais.

Preliminarmente à discussão dos valores no segmento juvenil, é importante chamar atenção, mais vez, para as mudanças significativas que ocorrem na passagem da infância para a juventude: além das transformações físicas iniciadas na puberdade, o jovem passa a conhecer novas capacidades ao nível do seu raciocínio e a sentir cada vez mais a importância da sua interação com o outro e principalmente a necessidade da convivência grupal, do apoio do grupo em suas decisões. É preciso considerar também que ao contrário da criança, centrada na relação consigo e com os adultos mais próximos, o jovem observa à sua volta e começa a ver quem poderá ser e a fazer escolhas, iniciando o processo de decisão autônoma que se consolidará na idade adulta. A juventude caracteriza-se por esta capacidade de abstração, consolidada pouco a pouco, e que permite a reflexão sobre questões relativas aos valores, pela primeira vez uma análise um pouco fora dos interesses imediatos do sujeito.

Desse modo, como passamos a demonstrar, o grupo de amigos da escola ou da vizinhança, bem como das organizações juvenis, passam a ter grande importância na consolidação dos

valores dos jovens. A família, contudo, continua a ser essencial e vai permitir (ou não) um ambiente de apoio afetivo que possibilite a síntese das diversas influências recebidas e contribua para que o adolescente seja capaz de pensar por si e estar atento ao outro, ao seu lado. Os jovens de hoje têm valores, tanto mais sólidos quanto mais os adultos e os grupos de iguais os ajudarem a promover mediante as práticas educativas e a convivência grupal. Os valores juvenis estão muitas vezes relacionados com as necessidades de desenvolvimento, como é o caso das afirmações juvenis sobre a liberdade, a autonomia e a amizade, mas encontramos entre os jovens valores como a solidariedade, a lealdade, a sinceridade, dentre outros.

#### *- O valor da amizade.*

Durante a etapa de pesquisa de campo, procuraremos trabalhar com os jovens usando técnicas de dinâmica de grupo, dramatização e teatro-debate, visando a obter as razões e motivos que explicam fatos, condutas e atitudes observadas - principalmente relacionadas com os temas ajuda aos amigos e a postura fase aos problemas que afetam os jovens na atualidade. As opiniões foram categorizadas em formas de ajuda, amizade e solidariedade.

Logo nas primeiras observações, notamos uma tendência à cooperação entre os jovens (tanto do meio rural quanto do urbano), em que àqueles que com melhor domínio sobre um assunto procuram auxiliar os pares. Tal constatação está em concordância com estudos realizados junto aos jovens de grupos populares urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde não se evidencia o primado do individualismo moderno, como ocorre nas sociedades industriais mais avançadas (ZALUAR, 1985, SPÓSITO, 1994).

Julgamos este um importante valor em qualquer prática educativa. Constatou-se que esse companheirismo contém alguns aspectos diferentes, em função das mudanças de ordem psicológica e cultural que ocorrem entre os adolescentes e jovens, lembradas anteriormente. Os próprios investigados lembram que no início da adolescência - “as meninas são mais unidas, os meninos são mais desunidos, eles gostam mais de arengar”. (Gr Assentamento).

Procedendo à análise de conteúdo do discurso dos jovens que se posicionaram favoráveis à colaboração com os pais, identificamos alguns tipos principais de motivos que justificam a atitude de ajuda. Estas razões são as seguintes: trocas entre colegas; reconhecem que alguns precisam ser ajudados; amizade e afinidade; gostam de ajudar, sentem prazer; contribuem para o crescimento da pessoa.

O primeiro argumento para que essa cooperação se efetive decorre da necessidade das trocas entre eles, conforme expressa a opinião: “quando um ajuda o outro ele aprende mais, e também, caso venha ter dificuldade aquele colega, ou um outro vai se lembrar e ajudar ele também. É a gente tem que ajudar para ser ajudado.”.

Por parte da juventude, há clareza no que diz respeito àqueles amigos que estão em dificuldade para vencer as exigências do cotidiano e devem receber a ajuda - se o cara tem amigo, vai pedir ajuda ao amigo dele, e ele se for amigo mesmo, ajuda. (Gr Periferia).

Sobressai, portanto, como justificativa, a amizade, prevalecendo a ideia de que, se o amigo precisa, deve ser ajudado - “ajudo porque somos amigos, estamos no mesmo barco, a gente deve se ajudar!”. Eles assinalam que essa colaboração pode auxiliar na escolha das companhias, “porque se ele fica na gandaia, no meio dos outros, e estes são má influência, ele vai se prejudicar”.

Dentre as razões apresentadas existe àquelas que defendem ser a ajuda um ato altruísta, portanto, trata-se de uma ação desinteressada realizada pelo prazer de colaborar - eu ajudo porque me sinto bem, eu gosto de ajudar, mesmo que seja um cara que faz bagunça, mas tem que ser ajudado, é com muito prazer que ajuda os outros.

Por outro lado, percebem que, mediante a ajuda mútua, os que têm dificuldades podem crescer intelectualmente, e como pessoa, porque ele está recebendo o apoio do outro e quer se interessar mais. Enxergam que este incentivo é fundamental como elemento educativo - porque a gente dando uma força ele vai ter mais responsabilidade, mais interesse. É muito importante porque ele vai aprendendo a ajudar os outros.

#### *- A sociabilidade juvenil como valor.*

Quando demandamos a contribuição dos valores, condutas e atitudes dos jovens, no que concerne à ajuda aos amigos, percebemos que estas se realizam principalmente mediante as ações solidárias que expressam colaboração e companheirismo.

Portanto, faz-se necessária a reflexão de uma perspectiva crítica, cujo pressuposto basilar é a valorização da vida, sobretudo por via da dimensão pessoal-afetiva; do reconhecimento de valores pessoais, sociais e espirituais; do resgate da autoestima onde, o amor, o diálogo e a formação do espírito crítico do ser humano conduzem à liberdade com responsabilidade. Tal abordagem procura ver o jovem pelo processo de educação do ser humano integral, a fim de que suas tomadas de decisões pessoais e sociais sejam fruto de uma atitude assumida na qual a essência maior seja amar a vida. A ação educativa aqui é "entendida como um agir com os outros, ao modo de uma ação comunicativa, baseada

na colaboração e cooperação entre as partes envolvidas” (BOUFLEUER, 1997:80)

Convém ter claro o sentido de que, de um modo geral, o adolescente e o jovem, ao contrário da criança, são irresistivelmente impelidos para a vivência grupal. Isto ocorre, basicamente, por duas razões - por um lado, ele se encontra em luta contra a influência que considera “retrógrada” do meio familiar e, por outro, a busca pela autonomia - daí a necessidade de o jovem procurar apoio no grupo.

Dessa forma, a participação em organizações sociais juvenis e a função formativa que ocorre neste espaço-tempo se revelam de fundamental importância para os jovens, tendo em vista que é, ao nível do grupo social, que os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, o que produz uma cultura própria. É neste espaço de iguais que os jovens percebem as relações em que estão imersos, se apropriam dos significados que se lhes oferecem e os reelaboram, sob a limitação das condições dadas, formando, assim, sua consciência individual e coletiva.

A procura pela liberdade/autonomia, nesse período crítico de transição entre a infância e a idade adulta, constitui necessidade essencial, traduzida frequentemente no espírito de oposição ou de revolta. Portanto, nesta circunstância, tende o adolescente a investir no grupo e a se expressar por meio deste. Na realidade, subjacente ao grupo, protegido pela agressividade e ou solidariedade dos companheiros, o adolescente elabora penosamente sua autonomia.

Conforme elaboração de Fau (1968) isso ocorre em todos os domínios:

*A autonomia intelectual de início, pois deve libertar-se inteiramente de seu realismo infantil e aprender a julgar as coisas e as pessoas por critérios objetivos; autonomia moral em seguida, desde que deve, agora, julgar o bem e o mal diante de seu tribunal interior, apenas diante de si, sem temer um castigo nem esperar uma recompensa; autonomia afetiva afinal, uma vez que deve, paralelamente à sua evolução sexual, orientar sua afetividade para o futuro, libertando-a por completo dos laços familiares da infância. Se é verdade que a existência do homem é inteiramente consagrada à construção dessa autonomia, que não será concluída até seu último dia, é verdade também que é durante a adolescência que ele realizará sua essência. É na procura de sua autonomia interior, independente das circunstâncias, que o adolescente percebe a necessidade imperiosa de se agregar a um grupo. O adolescente pede ao grupo para ajudá-lo a atingir sua autonomia (p. 44).*

Desse modo, é válido concluir que, ao menos sob o ponto de vista pedagógico, a convivialidade grupal é elemento necessário na formação dos jovens, um fato fundamental, condição *sine qua non* no desenvolvimento da personalidade, e principalmente, da sociabilidade juvenil. O que se observa no cotidiano de muitas práticas educativas é o esforço para negação dessa rica diversidade. Afinal, só se terá que codificar uma diversidade necessária. Portanto, quer no plano pedagógico, como na esfera extrapedagógica, a sociabilidade da juventude, embora fragmentária e limitativa, responde à exigência fundamental da individualização e da autonomia.

É preciso ter claro, também, o fato de que a ação dos grupos extraescolares se fará sentir na evolução da personalidade do adolescente, não resultará no mesmo adulto, tenha ele vivido só ou com o apoio de um grupo. Afinal, e desde antes da adolescência, o acabamento da personalidade é suficiente para permitir pensar o mundo exterior e, em conseqüência, adaptar-se sozinho a ele. Essa adaptação sem dúvida, é difícil, porém a experiência prova que esta é básica para o amadurecimento da personalidade.

Há fundamento, portanto, em dizer que o grupo de adolescentes, da perspectiva pedagógica, constitui necessidade no processo de construção da sociabilidade do jovem.

Por fim, o grupo de jovens mostra a última característica verdadeiramente específica: representa a expressão “norma” da agressividade e ou da solidariedade do jovem, pois, se a conduta individualista é característica na criança, no adolescente predomina a procura pela vivência grupal. Tal convivência é essencial para absorver a agressividade individual e o crescimento de seus membros, assim, as ações grupais, por seu dinamismo constitui elemento basilar na socialização da juventude.

Esta reflexão pretendeu mostrar a necessidade crucial de mudança na atitude dos educadores, pois, conforme se constata nas pesquisas, a prática pedagógica, neste caso se caracteriza “como um agir sobre os outros, ao modo de uma ação estratégica de influência e de manipulação” (BOUFLEUER, 1997, p.80). Por esta conduta, alguns tendem a negar a subjetividade dos educandos e suas potencialidades, tornando as aulas monótonas, sem criatividade e desinteressantes.

É no grupo que os jovens se identificam uns com os outros, por intermédio de suas igualdades e diferenças - as novas formas de sociabilidade que se gestam entre os jovens, moradores dos bairros periféricos das grandes cidades, nascem principalmente da socialização do mundo da rua (...) onde desenvolvem relações de amizade e lazer. (SPÓSITO, 1993, p.161). Tal perspectiva aparece de forma clara na falas a seguir: então a pastoral da juventude está trazendo atividades, justamente para orientar este pessoal que passa o dia em casa assistindo televisão, enfim que passam o dia “sem fazer nada”. (GR Periferia1), ponto de vista reforçado por outro grupo – “Lazer! É mais aqui quando eu tô com

o pessoal; eu acho assim, quando tem seminário do movimento, pra mim eu acho lazer”. (GR Periferia).

A convivência grupal é tão importante que os jovens preenchem seus tempos em favor do grupo, realizam reuniões, seminários, oficinas de dança, teatro, ensaios de bandas etc. Através destes eventos, se apropriam do espaço, pois, no tempo coletivo estruturam seu cotidiano e compartilham reivindicações por melhores opções de lazer - no esporte, na religião, na música, na dança e na arte. Enfim, nos grupos preenchem a maior parte do seu tempo, dedicando-se às atividades destes, onde estabelecem horários para reuniões, debates, seminários, ensaios, estudos bíblicos.

Outro contexto importante na constituição e convivialidade dos grupos juvenis, especialmente do sexo masculino, é representado pela rua, cabendo lembrar que, até as primeiras décadas do século XX, a rua era identificada, principalmente, como lugar destinado ao homem, que deveria sair para trazer o sustento, o tradicional provedor do lar; também servindo para diversão e lazer. Ao contrário, para a mulher, eram determinados o espaço da casa, os salões, as salas de visita, a cozinha. Como menciona Da Matta - “o interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário” (IBIDEM).

Portanto, a casa tinha o sentido de espaço sagrado e normativo, enquanto a rua era o lugar de arruaça. Muitas vezes, ouvimos expressões dramáticas, como enfatiza Da Matta, “vá para o olho da rua!”, “já pra a rua!”, “estou ou fiquei na rua da amargura” São metáforas e símbolos em que a casa é contrastada com a rua. É porque vivemos de fato “entre” e na “passagem” de um grupo social para o outro que podemos sentir o tempo como algo concreto e a transformação do espaço como um elemento socialmente importante (DA MATTA, 1985, p.46) Resta, constatado, desta

maneira, que os espaços e tempos estão passíveis de mudanças.

Constatamos, relacionando com as falas juvenis, é que a rua ganhou outro enfoque, marcado pela conotação de moradia, autonomia, liberdade e lazer. O espaço da rua constitui palco de nova dinâmica social, pois os jovens, sobretudo os residentes na periferia, se apropriam, especialmente, das localizações mais centrais, como as praças e ruas principais, para marcarem presença no cenário social. Isto significa, uma maneira de identificação como um grupo social, diferente do “mundo da casa”.

Conforme elaboração de Spósito - *parte do tempo livre entre a escola e o trabalho é gasta em uma área nas ruas que se torna o “pedaço”*. (1994, p.169). Este revela uma apropriação peculiar do espaço urbano diferente do mundo da casa.

Na verdade, rua e casa se reproduzem, visto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se “*casa*”, ou seu “*ponto*”. (DA MATTA, 1965, p.61) Com isso, podemos fazer uma nítida relação com os sujeitos investigados, pois encontramos um grupo de RAP que utiliza o espaço da casa de um deles para os encontros, reuniões e ensaios. Inclusive fomos recebidas nesse espaço, com a autorização da família, que por vezes também participou das discussões promovidas na ocasião.

Verificamos que, como a rua, atualmente, é também um lugar de perigo, conflitos e violência, manter os jovens em casa significa uma prevenção contra possíveis contratempos, aliás muito frequentes. Portanto, a rua tanto pode se transformar em “*casa*”, quando os grupos assim o determinam, como a casa também pode ser apropriada com as conotações de rua. É notável, no entanto, o fato de que a rua constitui o principal meio de se expressarem feitos categoria social. Como exemplo, temos a

praça, que ainda representa o espaço onde os jovens podem namorar, dançar, praticar algum esporte, conversar e reunir o grupo trocarem ideias.

O espaço da rua fornece afirmação da cultura juvenil e possibilidades de lazer, onde se tem espaço livre, o que não pode ser encontrado nas instituições particulares. O lazer, também, assume forma de ocuparem o tempo e de não estarem ociosos, e assim não se envolvem com coisas indevidas, como drogas, o que se expressa nesta fala:

*Eu acho que o jovem gosta de brincar, de se divertir e aqui tem muito pouco isso, ele tem a necessidade de ter isso aqui, e hoje não tem lazer... não tem praça. O único canto pro futebol, que era pra molecada brincar, foi privado. Resumindo a gente não tem lazer. A partir do momento que uma área não tem lazer a rapaziada tem que se ocupar com outra coisa. Porque se não tem lazer e não tem como tu ocupar teu tempo, conseqüentemente... Coisa boa é que não vai fazer. O lazer hoje é mais a gente curtir um rap. Ficar em casa ouvindo rap ou mesmo dançar a noite. (GR Periferia).*

Assim, a rua se inscreve na sociabilidade urbana – “as instituições que recobrem as formas de sociabilidade juvenil, de sua mudança e crise, adquirem um relevo fundamental às dimensões socializadoras do mundo da rua”. (SPÓSITO, 1993, p.166).

Os jovens manifestaram preocupação em aprender atividades culturais como teatro, músicas e dança, mas ressaltam: *que condizem com a nossa realidade*. Eles falam das dificuldades de espaço e de dinheiro para colocar todos esses elementos a disposição dos jovens. Nessa perspectiva, o lazer está relacionado a condição social, pois falam das diferenças sociais e da necessidade de oportunidades de desenvolver capacidades e da falta de espaços para o jovem da periferia.... *a quadra da praça é um único espaço e tem horários e atividades bem definidos que precisam ser abertos à discussão. Resumindo o que falta é a motivação, depois o espaço e evidentemente, o dinheiro para colocar a*

*disposição estas atividades ao jovem da comunidade. (GR Periferia).*

*- Atitudes de solidariedade, valor primordial*

Quando procuramos apreender os sonhos juvenis em termos de realização coletiva, eles destacaram a *luta por uma sociedade mais justa e igualitária*. A beleza da utopia juvenil aparece de forma clara, pura, bem delineada, completa, rica em profundidade e em detalhes, na fala a seguir: *o meu sonho é gravar o disco dos malucos aqui vender e ter dinheiro para gente ajudar outros grupos de rua e criar uma economia solidária na periferia, independente do sistema. Botar uma borracharia para botar os malucos que não tem mais como voltar para escola para “trampar”, botar um lavador de carro pros doido que não tem mais espaço na escola, tentar levar o dinheiro de uma forma digna e honesta. O meu sonho é esse é tentar terminar meus estudos por que eu sei que só o rap não vai servir. Mas, se for só pelo sonho, se não tiver tempo de estudar deixa quieto. Todo mundo tem um sonho né cara, eu faço rap não é só por causa da música, não é só por causa do boné, da calça larga, do tênis. É muito mais do que isso sabe como é que é? Eu sou um cara pobre e hoje eu tô aqui, meu sonho é viver bem, todo mundo quer viver bem viver com amor, com a família, com os parceiros. (Gr Periferia).*

Convém realçar que essa utopia é repleta e tem respaldo na *solidariedade*. Uma parcela considerável põe em relevo a ocasião de que, se o jovem quer um país melhor, não deve olhar somente para si, e sim, para aquelas pessoas que, precisam de ajuda. E reafirmam: *é ajudando uns aos outros que a gente pode construir um país melhor e podemos mostrar também para aqueles que governam nosso país que aquelas pessoas que passam fome, dormem na rua, que não tem afeto de ninguém, que não tem um olhar amigo de ninguém, eles também podem ajudar essas pessoas. (Gr Assentamento).*

Outros reforçam a opinião de que a luta por um *mundo melhor*, requer que os jovens reflitam sobre o que querem realizar

- *mais paz, mais amor e respeito, um mundo sem drogas, construir uma vida mais humana, mais digna.* O sonho de uma vida digna não é apenas dos jovens e sim de todas as pessoas, *pois quando ajudamos os que precisam é como se um pouco desse sonho estivesse começando a se realizar*, o ser humano sente prazer em ajudar. Ao ajudarmos alguém, estamos contribuindo para começar a se realizar a vida digna, porque ninguém merece está passar fome, vir ao mundo para viver sofrendo, principalmente uma criança: *machuca ver uma criança passar fome.* Então, quando colaboramos, seja dando alimento, oferecendo carinho, contribuímos para que esse sonho se realize.

Uma descoberta interessante obtida nesta investigação que, embora não seja totalmente original muito nos surpreendeu, diz respeito à clareza de que os jovens “pós-modernos” estão buscando outros caminhos para fazer política. O contato com as organizações juvenis (grupos religiosos e culturais), especialmente com o Movimento Hip Hop e atividades ligadas às igrejas, mostra que os integrantes destes agrupamentos procuram estudar, possuem informações acerca da política e preocupam-se com a adequação destas à realidade cotidiana. É o que evidencia a fala a seguir: *os caras ainda tão perguntado se o socialismo exista na periferia? O socialismo não é igualdade, solidariedade e justiça? A gente aqui procura construir movimentos com esses valores, não é ficar falando que tem que ser assim, tem que ser assado, tem que descer para a ação.* (Gr Periferia).

Nesta moldura cuja marca maior é a solidariedade, é possível compreender melhor a participação de nossos sujeitos em organizações sociais juvenis. Em relação a esse engajamento, embora não seja compartilhado pela maioria, julgamos altamente relevante constatar que cerca de um terço dos jovens estejam envolvidos em grupos juvenis formais que se reúnem e realizam atividades regulares. Essa participação é qualificada do seguin-

te modo: grupos sociais e religiosos (23,5%); grupos culturais (41%), dentro desta categoria, destacando-se música (35,5%), teatro (18%), bandas (15%). Fica evidente, portanto, que a experiência mais positiva de sociabilidade ocorre naqueles ambientes onde há estímulo à participação, notadamente nos agrupamentos tipicamente juvenis.

Os dados da pesquisa permitem concluir que a alardeada passividade dos jovens ocorre apenas na aparência, depende da forma como os estudos enfocam a questão, pois, embora a participação direta em partido político e no movimento estudantil seja reduzida, os jovens investigados estão descobrindo formas de fazer política haja vista que mais de um terço (31,6%) participa regularmente de organizações sociais juvenis. Além da busca dos ideais e utopias juvenis o significado dessa participação grupal expressa necessidade de fazer amigos (67,3%); sentir-se bem (61%); divertir-se (52,7%); sentir-se útil (44,2%).

A maioria (78,7%) considera a amizade altamente importante. Por ordem de relevância, destacam que amigo é fundamental em sua vida para: bater papos, trocar ideias, desabafar, compartilhar as horas de alegria e de tristeza, dar conselhos, ajudar no crescimento, aprendizagem, para sentir bem, ser feliz, sair, divertir-se, ajuda a acabar com a solidão, dar apoio.

Também ressaltam as características de um amigo - em primeiro plano, aparecem qualidades como sinceridade, fidelidade, companheirismo, compreensão, lealdade, confiança e ser verdadeiro. O sentido da amizade ocupa posição tão central no cotidiano de nossos atores, que estes, ao opinarem sobre o que mais gostam no lugar onde moram, aparecem em primeiro lugar os amigos (64,7%), vindo a seguir a solidariedade entre as pessoas (31,8%).

Tais resultados, a nosso ver, evidenciam que os jovens, ao seu modo, estão reagindo ao processo que Guatarri (1996) chama

de “modelização”. O autor considera que há uma produção da subjetividade ampla em escala mundial, de base capitalística, que se caracteriza pela produção serializada a que são submetidos as pessoas, desde a mais tenra idade. Vale destacar a ideia de que o sistema capitalista produz não apenas o controle das relações sociais, mas também a produção da subjetividade, o que significa uma “modelização” nos modos de percepção, sensibilidade, linguagem, memória, relações sociais.

Outra importante contribuição nesta linha de análise é fornecida por Dubet (1994), que opera a noção de *experiência social*, cujos estudos privilegiam o resgate da individualidade e da identidade do sujeito, revelando que o agente constrói a sociedade no cotidiano, não sendo apenas um indivíduo que realiza o sistema.

O autor em pauta enfatiza que os estudos contemporâneos mostram como as ações do indivíduo não são reduzidas às exigências do mundo sistêmico; na verdade, estes atuam como atores que fazem a sociedade nas trocas cotidianas, nas práticas de linguagem, no apelo à identidade; conserva-se “uma distância subjetiva entre o ator e o sistema”. (DUBET, 1994:14). Tal entendimento significa uma superação da concepção fundada na racionalidade instrumental. Reaver a individualidade e a identidade no entendimento da ação ao mesmo tempo, que preserva a autenticidade da experiência subjetiva e dos saberes que a sustentam, mantém o elo com o coletivo e o social. A ação é vista como conhecimento, interação, linguagem e estratégia, cabe destacar que na noção de experiência social, os atores devem gerenciar ao mesmo tempo muitas lógicas e racionalidades de ação num sistema social marcado por diversas lógicas. Não havendo razão única e fundamental como referência de conduta, a experiência social “gera necessariamente uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância de si mesmos” (DUBET, 1994, p.92).

- *O trabalho enquanto valor social.*

Neste item a discussão é focada no trabalho como valor. Entendemos relevante essa reflexão, em virtude da importância dessa temática na sociabilidade contemporânea.

No tocante ao *valor do trabalho* para os jovens, se investigamos como estes percebem e explicam *suas relações com mundo do trabalho*.

Passamos a analisar as percepções dos jovens sobre o *trabalho* enquanto um *valor*. As opiniões dos investigados estão organizadas por ordem de importância e foram obtidas mediante o emprego dos vários procedimentos metodológicos descritos em passagem anterior deste texto.

- *O trabalho é a sobrevivência, aprender a ser responsável, ser disciplinado*

Para os sujeitos investigados, a atividade laborativa é vista principalmente como meio para garantir a *sobrevivência*, instrumento necessário e útil para adquirir a disciplina exigida para a adaptação ao mundo do trabalho. Na opinião dos jovens, *o trabalho é muito importante, mas quem trabalha sabe como sofre, sabe o tanto que passa. Eu já trabalhei, eu vendia jornal, e muitas vezes era humilhado* (Gr. Periferia2). Outro destaca o argumento de que não gosta de trabalhar precisa ter um trabalho, porque precisa garantir a sobrevivência - *as pessoas que não gostam têm que trabalhar para poder conseguir vestimenta, calçado, alimentação, quem se esforça mais para trabalhar hoje em dia são os pais de família, tem que garantir o sustento da família* (Gr Assentamento).

A dimensão da disciplina, da submissão às normas requeridas pelo sistema produtivo, é reforçada nas falas a seguir: *o trabalho é importante porque o jovem começa a trabalhar para poder comprar sua*

*vestimenta e com isso ele vai se formando, se formar em vários trabalhos, porque se ele sair daquele trabalho ele só sabe fazer aquilo e procura outro (Gr Periferia). Já outro ressalta a responsabilidade como base da disciplina - responsabilidade essa palavra é muito importante porque a pessoa tem que ter responsabilidade desde quando adolescente, porque não é só ir para o emprego, você tem que trabalhar, se esforçar cada dia pelo seu dinheirinho, e quem sabe vai crescendo. (Gr Periferia).*

A estreita ligação entre a disciplina e o processo formativo propiciado pela prática cotidiana da atividade laborativa é posta em destaque - *é importante trabalhar com o objetivo de aprender, obtendo conhecimento, porque se ele for pensar só em comprar coisas... não vai crescer, não vai crescer nada na vida, tem que imaginar (Gr Periferia).*

Seguramente o aspecto mais realçado é mesmo a relação visceral entre trabalho e sobrevivência, a satisfação das necessidades humanas básicas, como comer, vestir, morar etc. *Ah! eu tenho vontade de trabalhar para possuir as coisas, vivo tão humilhada, se eu pedir um real para o meu marido ele me pergunta para o que é. E eu trabalhando, pegando no meu dinheiro, eu compro roupa, calçado para mim e meu filho, sem ter que me humilhar. (Gr Periferia).*

Assim, ao lado da luta pela sobrevivência, é forte a noção de que, pelo trabalho eles vão aprendendo a ter responsabilidade - *vendo os outros trabalhando, aí começa a perceber, a importância de formar uma família, ser uma pessoa digna e não ficar roubando por aí, como muitos fazem por influência dos outros, usando drogas. (Gr Assentamento).*

Estas falas indicam pelo menos duas dimensões suficientemente importantes para o jovens no que diz respeito ao mundo do trabalho: a primeira relaciona o trabalho como sobrevivência, pois, para conseguir o sustento (comida, moradia, lazer), há clareza de que o jovem tem de buscar alguma colocação no mercado de trabalho, que está cada vez mais difícil; a outra enfatiza a carga

moral e ética, ou seja, o trabalho é percebido como elemento formador da personalidade, pois, quem trabalha é sério e também responsável, e aquele não pertencente a esse grupo está à margem e não é digno de respeito.

Outro aspecto importante a ser é reportado à forma como o valor ao trabalho foi incorporado ao pensamento dos jovens. Isto ocorreu, fundamentalmente, no convívio familiar, quer dizer, trata-se de uma introjeção realizada no âmbito do grupo familiar e de vizinhança, possuidor de experiência de trabalho inteiramente voltada para a satisfação da sobrevivência.

Com efeito, os depoimentos dos sujeitos da pesquisa estão em concordância com a situação do jovem no contexto mais abrangente da sociedade brasileira, porquanto os estudos constata-ram que, com exceção de um pequeno segmento de mão de obra mais qualificada e mais valorizada, e, conseqüentemente, com maior garantia de emprego, uma ampla maioria de trabalhadores tem uma trajetória de trabalho regida pela insegurança, pela instabilidade, pela precariedade nos vínculos que estabelecem com o trabalho.

Questionados acerca da profissão que queriam seguir, os pesquisados destacaram em primeiro plano que gostam da área de Informática e a seguir, da área social (relacionada à forma de tratar com as pessoas). Eles realçam a ideia de que gostariam de fazer um curso profissionalizante, pela necessidade de conseguir o emprego, e que o curso de Informática possibilita a obtenção de um emprego digno, *um trabalho melhor pra nós, isso no futuro nos dará bons lucros*. (Gr Periferia).

Alguns jovens do meio urbano, destacam a possibilidade dos microempreendimentos como forma de realização profissional, conforme depoimento: *quem sabe no futuro ser dono da sua própria*

*empresa, mesmo pequena, mas vai aumentando, vai crescendo, nem todo mundo nasce grande, de pouco você vai aumentando e vai se formando as estruturas da sua vida. (Gr Periferia).*

Procuramos, então, aprofundar, buscando saber o entendimento que os jovens possuem acerca do cooperativismo. O aprendizado aparece na fala a seguir: *uma cooperativa é um grupo de pessoas que se juntam e formam uma pequena empresa, uma padaria, onde o lucro não é só para um é para todos. Com o lucro eles compram matéria-prima do pão e o que sobra reparte com eles, divide igual para cada um. (Gr Periferia).*

Em linhas gerais, a compreensão expressa por parte dos jovens sobre o cooperativismo é bastante técnica e apropriada. Eles explicam que tiveram a ideia de formar um grupo para montar uma cooperativa. Chegaram, inclusive, a delimitar área de atuação. Tratava-se de uma cooperativa de informática para trabalhar com digitação de textos. Só que, conforme destacam, ficaram de formar um grupo, mas não levaram o plano adiante. A razão principal que eles alegaram foi a seguinte: *era preciso um pouco de dinheiro e muita determinação, porque começar uma coisa e não levar à frente; numa cooperativa além da determinação, da confiança, precisa também a vontade de trabalhar (Gr. Periferia).*

Dando continuidade no grupo focal passamos a discutir a questão – se dependesse de vocês, o que escolheriam: ter um emprego formal ou trabalhar por conta própria, ter a própria empresa?

Uma parte preferiria ter a própria empresa – *o meu sonho mesmo é ser dono de empresa, poderia ser pequena, e o trabalho não é só importante por isso não... o trabalho é conhecer as outras pessoas, outras áreas de empresa. Você vai passando aquilo que sabe e aprendendo o que não sabe. (Gr Periferia).* Outro reforça – *eu preferia ter a minha empresa, porque trabalhar na empresa de outra pessoa você não tira muito lucro, porque desde o início que você foi de acordo, você ganha mais na sua empresinha. (Gr Periferia).*

Vale lembrar que estas formas disseminadas na sociedade contemporânea, enquanto mergulhada em uma crise de sociabilidade sem precedentes, e no aprofundamento das contradições inerentes a um modelo de acumulação destrutivo, se apoiam nas supostas saídas de superação da crise dentro do próprio sistema, fazendo ressurgir antigas formas de acumulação, já analisadas por Marx e Engels (1971).

Uma parcela dos sujeitos estudados, especialmente àqueles ligados aos assentamentos, também faz referência à *Economia solidária*, destacando o papel desta como estratégia de atuação dos segmentos menos privilegiados. Têm clareza de que a sociedade capitalista situa o trabalho acima do capital, tornando-se necessário fazer predominar a solidariedade sobre o individualismo e o ser humano por sobre os produtos e os fatores materiais.

Consideramos que os microempreendimentos realizados sob o enfoque da Economia solidária constituem um importante meio para o desenvolvimento da cooperação e da formação de comunidades. Os jovens enfatizam que as experiências de Economia solidária são importante, porque contribuem para a *organização dos assentados e a geração de renda para a população, precisamente na camada dos mais pobres*. (Gr Assentamento).

Convém deixar claro que estas experiências de organização da econômica popular surgentes nos grupos “mais pobres e excluídos constituem apenas um início extremamente precário e fraco, mas real, de formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posições centrais” (RAZETO, 1998). Nesta óptica, o trabalho ocupa papel central, posto que, este é o único fator disponível, já que os outros fatores - meios materiais, tecnologias, capacidades de gestão, financiamentos - via de regra, são escassos. O fundamental é reconhecer a importância desta estratégia na reversão do empobrecimento e da própria situação do trabalho

e realçar que esta se realiza mediante, a ação das organizações populares, onde a gestão coletiva e a participação da comunidade ocupa lugar primordial.

Cabe ressaltar que a economia “globalizada” atual não é solidária, tampouco tem o trabalho como objetivo central. Ao contrário, analisando-a, percebe-se claramente o predomínio e, a centralidade do capital. O trabalho encontra-se em situação subordinada e periférica; pois é uma organização social onde predominam os interesses privados individuais, relegando para plano secundário tanto os sujeitos quanto relações de cooperação e solidariedade.

Um dos resultados desta organização da economia popular é expresso na quantidade e variedade de atividades econômicas, por meio das quais numerosos setores excluídos têm desenvolvem iniciativas pessoais, familiares, associativas e comunitárias as quais têm gerado uma economia bastante variada, e muitas vezes criativas, que possibilita à uma parcela da população satisfazer suas necessidades e abrir caminhos na vida. Desta perspectiva, os sujeitos da economia, ou seja, os trabalhadores, crescem e enriquecem, não apenas no plano material, pois os vínculos que os unem são alicerçados na reciprocidade, na ação interativa, na solidariedade. O enriquecimento do trabalho é condição para que este recupere o seu papel central, requer relações de cooperação, a valorização da experiência, enfim, o mundo vivido, no qual reside um dos pilares da Economia solidária.

Insistimos acerca de que significado tem o trabalho para os jovens, a eles, questionando quais dessas opções preferem: trabalhar em algo de que gostem e ganhando menos, aquilo de que não gostam, auferindo melhor.

As respostas mostram que, em relação a este ponto, não há consenso. As falas mais freqüentes foram - *eu preciso ganhar melhor, quero trabalhar para poder dar o sustento da família* (Gr Periferia); *se a gente está*

*trabalhando tem que lutar para segurar o emprego. Se você escorregar já dá a vaga para outro, o dono vê que você não está querendo nada com o emprego. (Gr Periferia). Eu escolheria a que eu gosto, mas, um pai de família tem que escolher a outra... pra poder sustentar os filhos. (Gr Periferia).*

Outros destacaram que o trabalho pode ajudar a construir um país melhor, fazer um Brasil melhor, porque os jovens de hoje são o futuro do Brasil amanhã (Gr Assentamento); ressaltam que se não for feita alguma coisa para mudar a situação, o "Brasil amanhã" não vai ser muito bom, porque tem muitos jovens na rua se prostituindo, usando drogas (Gr Periferia). Eles acham que muitas pessoas falam de exclusão, condenam a discriminação, mas, no dia a dia, excluem as pessoas, as prostitutas, os desempregados; há muita discriminação contra as crianças e os jovens que estão na rua. Há uma parte bastante realista que avalia - do jeito que a concorrência é grande no emprego fica difícil escolher o que é bom ou ruim; depende da necessidade (Gr Assentamento).

Aparece com clareza uma dimensão cara aos jovens de todos os grupos sociais - a noção de independência financeira como condição para a autonomia em relação aos adultos e à família - *eu acho que mesmo que a pessoa não precisasse de dinheiro, acho que ela deveria trabalhar, pois se a pessoa não trabalha é como um computador desligado, não serve de nada. (Gr Assentamento). Outro acrescenta - se eu fosse de uma família de classe média, eu não ia só viver em função dos meus pais, tinha que trabalhar para que no futuro; porque eles não iam viver para sempre. (Gr Periferia).*

Ao insistirmos mais uma vez sobre qual trabalho escolheriam - o de que gostassem mais e ganhassem menos ou aquele que pagasse mais, mas do qual não gostassem tanto. As respostas reforçaram as opiniões emitidas antes, mas deixaram claro, mesmos com alguns rodeios, que a escolha recairia naquele emprego, que pagasse melhor.

É perceptível nos discursos desses sujeitos a constituição de um mundo “ideal” onde eles possam fazer as próprias escolhas, contudo, eles não se deixam enredar pela armadilha do discurso, ignorando a dependência do imediato, ou seja, pressionados pela busca do imediato, os jovens vislumbram que a “escolha” não tem condições de recair sobre um trabalho que tenha mais relação com suas aspirações, e sim com a possibilidade de ganhar um pouco mais para satisfazer suas necessidades imediatas.

Por todas essas razões, consideram que o desemprego se encontra na raiz da exclusão econômica e social dos jovens, *porque gera muitos problemas, tais como: conflitos familiares, prostituição, criminalidade, drogas, fome.* (Gr Periferia). Daí decorre a necessidade de continuar os estudos para acompanhar a modernização e a tecnologia, senão a marginalidade se tornará ainda mais dramática.

#### *- Algumas conclusões*

Para rematar esta parte, cumpre ressaltar que o *locus* do estudo centrou-se na formação do jovem no campo e na cidade, tentando compreender sua socialização, seus saberes, como esses sujeitos entendem e/ou vivenciam os valores sociais; enfim, desvendar o que é real ou simbólico no processo formativo e de constituição da identidade desses sujeitos, com ênfase na contribuição dos valores concretizados mediante a ação formadora da família e dos grupos sociais juvenis.

No que concerne ao estudo da formação da juventude, especialmente os valores sociais, houve a preocupação de focar dois aspectos principais - por um lado, o ambiente rico em fenômenos relacionais; por outro, julgamos oportuno considerar que cada grupo tem características singulares.

Vale enfatizar o fato de que o cotidiano dos grupos de jovens é constituído por um corpo vivo de relações entre seus integrantes, simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Penetrar esse rico tecido social requereu a utilização de múltiplos procedimentos de pesquisa, com destaque para as técnicas projetivas, como dramatização e teatro debate.

Os resultados deixam claro que, apesar dos limites impostos pela socialização oriunda do mundo sistêmico, o jovem, constitui de fato um ator social, que no seu cotidiano, não apenas reelabora os saberes, adquiridos na prática familiar e social, mas também contribui na formação da sociedade, haja vista que buscam a mudança social, expressa com a crítica, na contestação, na transgressão, mas também na criação e, sobretudo, na vivência de novos padrões democráticos.

Considerando os eixos principais da ação formadora, a família e os grupos sociais juvenis, bem como, seu contributo na constituição de valores, o ensaio privilegiou ainda, o papel dos jovens sobre *amizade, solidariedade, sociabilidade, participação social, o valor do trabalho para os jovens*.

Um aspecto que deve ser realçado diz respeito à preocupação verificada durante o processo formativo em condenar qualquer forma de discriminação. Ao longo da pesquisa, restou evidenciado que, os formadores trabalharam tentando conscientizar os jovens para enfrentar a discriminação.

Ao focar o trabalho, a problemática do desemprego aparece como um pesadelo, turvando os sonhos e a esperança da juventude acerca da suas perspectivas. A maioria dos sujeitos da pesquisa é da opinião de que o desemprego constitui sua maior preocupação. Explicam que, para eles, o trabalho é fundamental, pois fazem parte de um grupo social composto por pobres e pertencem a famílias que precisam da ajuda dos filhos. Esclarecem,

ainda, que devido à situação de pobreza, em invés de o jovem continuar na escola, tem que deixar de estudar para ajudar a família.

Em suma, o resultado da pesquisa evidencia que, os jovens buscam nas organizações juvenis, na parceria entre pares, a necessária cumplicidade para suas vivências cotidianas e, reafirmam ser este um espaço de sociabilidade, de encontro, de fortalecimento da identidade e dos valores sociais.

Por fim, recorremos ao pensamento socrático, trazido até nós por Platão, na sua famosa Apologia a Sócrates. Numa passagem célebre este grande mestre da Antiguidade, aponta as virtudes fundamentais e necessárias para a formação dos jovens em sua época, opinião que nos parece ainda bem atual. De acordo com sua visão de filósofo educador o que deve caracterizar a juventude é a modéstia, o pudor, o amor, a moderação, a dedicação, a diligência, a justiça, a educação, o trabalho. Decerto, são estas as virtudes (alicerçadas em valores) que devem formar o caráter da juventude; naturalmente complementadas com outros valores como liberdade e autonomia, que os jovens de hoje tanto almejam.

### **3 GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO: SOCIALIZAÇÃO MEDIANTE A PRÁTICA SOCIOESPORTIVA<sup>9</sup>.**

Esdras Barbosa Nobre

#### **3.1. O estudo - uma experiência socioesportiva<sup>10</sup>**

O texto empreende uma incursão pelos estudos que abordam a temática. Com o propósito de ilustrar este trabalho, é apresentada uma prática socioesportiva que utiliza o surfe com elemento de socialização de crianças e jovens. Para tanto, foi escolhida a comunidade da Abreulândia, uma praia da periferia de Fortaleza, cabendo destacar que o projeto que dá suporte está apoiado pelo Programa Segundo Tempo Estadual, inspirado em programa homônimo do Governo Federal.

O projeto insere-se no esforço de resgatar o desenvolvimento do surfe cearense que, nos últimos anos, se destaca no cenário esportivo nacional e mundial como um grande celeiro

---

9. Uma visão ampliada deste estudo, foi divulgada como monografia do Curso de Pós-graduação em Gestão e Marketing Esportivo, da FANOR.

10. Algumas falas e dados sobre a situação da juventude em Fortaleza foram extraídos do Relatório da Pesquisa: Juventude, Sociedade e Cultura -1999/2001; Projeto Integrado, apoio CNPq, coordenado pela Dra. Maria Nobre Damasceno. O autor do texto participou da referida investigação.

de atletas. Este fato é comprovado pelos muitos campeões, com títulos nordestinos, brasileiros e mundiais. Apesar de o surfe ser uma modalidade individual, muitos destes títulos decorrem de um trabalho árduo e, muitas vezes não valorizado, realizado de forma coletiva.

A experiência em estudo é constituída por uma prática socioesportiva, tendo como característica principal a utilização do esporte com fins sociais. Esta abordagem surgiu no momento em que aparecem diversos problemas de nossa sociedade, como crescimento da criminalidade e da violência. Deve ser ressaltado o de que tal problemática atinge como vítimas principais os jovens, expondo o grupo ao que é denominado situação de risco social.

O foco do trabalho reside no relato das ações que têm crianças e jovens como protagonistas, parceiros na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação de propostas. Na visão de Spósito, “trata-se de compor novos desenhos que constituam de fato os jovens como sujeitos capazes de expressar as ações, e participar dessas ações, que, antes de tudo, dizem respeito a eles mesmos” (2008, p. 73).

Desse modo, o Programa Segundo Tempo (PST) do Governo Federal, criado em 2003, serviu como modelo para desenvolvimento de um programa similar pelo Governo do Ceará, com o objetivo de integrar a pessoa à sociedade por intermédio da prática esportiva e de atividades complementares no turno oposto ao das aulas da escola. O Programa tem como público-alvo crianças e adolescentes dos 07 aos 17anos, expostos a um meio social que ofereça risco para seu desenvolvimento pleno como cidadão. A meta do projeto é proporcionar ao indivíduo a possibilidade de atingir um desenvolvimento de valores sociais, melhoria das capacidades físicas e motoras, integração social,

além de afastar a criança e o adolescente das drogas, prostituição, criminalidade e outros riscos sociais provenientes do meio em que eles vivem.

O Programa Segundo Tempo, no Ceará, constitui uma iniciativa conjunta do Ministério do Esporte e da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará, objetivando democratizar o acesso à prática esportiva nos estabelecimentos de ensino formal e não formal, efetivando o preceito constitucional que define o esporte como direito do cidadão.

O referido programa é concretizado mediante parceria com associações e entidades comunitárias e oferece atividades esportivas no contraturno escolar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes residentes em comunidades carentes do nosso Estado. Por conseguinte, com apoio do referido Programa estadual, um grupo ligado ao surfe na praia da Abreulândia, na periferia de Fortaleza, em parceria com a Associação de Moradores da Comunidade, passou a desenvolver a experiência ora relatada.

Trata-se de um trabalho coletivo, constituído por uma cadeia, da qual são membros, desde o simples praticante do esporte (o surfista de final de semana), àquele competidor que vai pela sua vizinhança atrás de apoio para competir, passando pelas associações de surfe locais, pelos empresários que apoiam o esporte, a Federação como entidade que arregimenta e representa o esporte junto à Confederação que nos representa junto ao COB. Não esquecemos o Poder Executivo que tem seu papel, como gestor maior do esporte no Estado na SESPORTE, a qual desde sua criação desenvolve políticas públicas voltadas ao apoio do desportista, passando pelos projetos sociais, parcerias com a Federação,

até os que estão na elite do surfe mundial, por meio de seu amplo compromisso com o desporto local.

Este esporte, que se mostra tão forte em nosso Estado é constituído, em sua maioria, por parcerias forjadas pela dedicação e amor pelo surfe. Imagina-se tudo isso fosse canalizado e realizado de forma efetiva, quantos talentos teriam virados fenômenos! E quantos não precisavam ir buscar oportunidades em outros estados da nossa Federação, para obter o devido reconhecimento!

O estudo emprega a modalidade de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso descritivo. A forma descritiva tem como objetivo a detalhar as características de determinada população, experiência ou um grupo social, focando temas como valores, opiniões, atitudes, crenças. Este tipo de pesquisa é habitualmente apontado como apropriado ao estudo de situações sociais e a atuação prática de grupos.

O estudo teve como foco principal a experiência da escolinha de surfe da Praia de Abreulândia, no Bairro da Sabiaguaba, em Fortaleza. Vale realçar, ainda, o fato de que, na experiência em análise, o público-alvo é constituído por crianças e jovens estudantes, na faixa etária entre 8 a 17 anos, residentes em comunidades litorâneas e em situação de vulnerabilidade social.

Além das crianças e jovens envolvidos, a experiência contou com a participação de um professor formado em Educação Física de um instrutor e das famílias dos participantes.

Os procedimentos e instrumentos utilizados com vistas ao resgate da experiência foram a observação participante, a entrevista, registro em caderno de campo e análise documental.

A discussão dos dados consistiu na organização e análise dos temas levantados nas observações e entrevistas. A adesão dos participantes foi voluntária e expressa pelos responsáveis.

### 3.2 A socialização de criança e jovens mediante a prática socioesportiva

#### *- O processo de socialização de crianças e jovens*

Várias hipóteses tentam explicar a origem do surfe. A teoria mais aceita é a de que esta atividade surgiu e evoluiu na Polinésia. Estes povos primitivos retratam a prática do surfe em sua cultura várias formas. Em algumas ilhas é como parte de rituais de agradecimento aos deuses e à fartura do mar. Noutras, há relatos culturais dos nativos dando conta de que a atividade foi desenvolvida para enfrentar os desafios da natureza. Estes faziam parte da educação das novas gerações. Um destes desafios consistia em colocar o nativo numa tábua de madeira (prancha primitiva) e incentivá-lo a ir ao mar deslizando sobre as ondas. Tal prática constituía um dos rituais de passagem para a vida adulta; e ainda, quando dois jovens disputavam a mesma mulher, a decisão era tomada nas ondas e ganhava quem se saísse melhor.

Já no Havaí, a prática é narrada como um esporte recreacional, elemento cultural importante, parte do processo de socialização das novas gerações, sendo praticado por crianças e jovens de ambos os sexos. Vale destacar o fato de que, no século XX, o surfe é apropriado e reinventado na Califórnia. Assim, de jogo ritual praticado pelos polinésios, transforma-se em atividade de lazer para os havaianos e posteriormente em esporte e modo de vida de milhares de pessoas.

O surfe é uma expressão singular da relação harmoniosa entre homem e natureza, este usando as energias das ondas com maestria, mediante movimentos corporais sincronizados com a prancha deslizando sobre as vagas. Em frações de segundo, o surfista vivencia sensações imensuráveis de energização da alma.

Grande parte dos estudiosos reconhece o fato que o surfe vai muito além de uma prática esportiva, pois nesta estão embutidos valores, crenças, rituais, enfim, processos de socialização milenares. O surfe se adapta muito bem ao estilo de vida juvenil. Com apoio nas redes de sociabilidades criadas no espaço da praia, os jovens estabelecem negociações e constroem relações de interação; socializam-se.

A socialização é o processo pelo qual alguém aprende modos de uma determinada sociedade ou um grupo para integrar-se ao meio social (ELKIN, 1968). Por conseguinte, é por via da socialização que um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria. É um processo contínuo, pois, nunca se dá por terminado, realizando-se através da comunicação e, especialmente, da educação, tendo no princípio a criança como principal sujeito da socialização. Tal percurso se inicia pela “imitação”, visando a torná-la um ser sociável.

Desse modo, o processo inicia-se, após o nascimento, e através primeiramente, da família ou de outros agentes próximos. A seguir, passa a ser realizada pela escola, igrejas, meios de comunicação e outros grupos de referência, compostos pelas bandas favoritas, atores, atletas, super-heróis.

Em resumo, a socialização é o processo mediante o qual o indivíduo se integra ao grupo em que nasceu, adquirindo os seus hábitos e valores característicos, sua cultura, e pode desenvolver a personalidade e ser admitido à sociedade. É, portanto, fundamental não apenas para a integração do indivíduo, mas, também, para a continuidade dos sistemas sociais.

À medida que ocorre a socialização, a criança e o jovem vão aprendendo que uma pessoa precisa adquirir normas e valores para se comportar de acordo com os padrões do meio em que

vive. Aprende também que o ser humano pode ter diversos papéis sociais relativos ao gênero, grupos e meios sociais a que pertence, o que varia conforme esteja entre seus pares, na família, na escola, na igreja, no lazer, no trabalho. De acordo com Elkin “*cada pessoa ocupa diversas posições que definem seu comportamento esperado em dadas situações*” (1968:18).

Estudos recentes acerca da formação da juventude mostram que, apesar dos limites impostos pela socialização da sociedade contemporânea o jovem constitui de fato um ator social que, no seu cotidiano, não apenas reelabora os saberes, adquiridos na prática escolar e social, mas, também, contribui na construção da sociedade, tendo em vista que buscam a mudança social.

As pesquisas focando a tematização social da juventude são realizadas a partir de duas vertentes principais: a “*corrente geracional*”; fundamentada no conceito de geração social, donde resulta o processo de continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais. Tal perspectiva, de acordo com Abramo (1997) é profundamente influenciada pela corrente da Sociologia Funcionalista, que toma como categoria de análise uma de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a uma etapa específica da socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos.

De acordo com a perspectiva funcionalista a juventude está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: *como disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social* (Abramo, 1997: 28).

Tal fato pode ocorrer por influência de vários fatores, seja porque o jovem se desvia do seu caminho em direção à integração

social, ainda, por problemas localizados no próprio indivíduo, ou também em razão das instituições encarregadas da formação não realizaram uma educação adequada ao momento vivido pelo jovem; e, principalmente por disfunção do sistema social. Para os funcionalistas esse conjunto de desajustes, por conseguinte, caracterizam a ótica do “problema social”, quer dizer, a juventude só se torna objeto de atenção porquanto representa uma ruptura com a continuidade social, portanto, ameaça para a sociedade (IBIDEM).

A abordagem da Sociologia Funcionalista no estudo da juventude tem seu ápice nos anos 1960, tendo como preocupação central pesquisar o jovem como fonte de problemas na realidade, alguns estudos na linha da teoria da socialização, reconhecem as atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade. Fala-se de *rupturas, conflitos ou crises intergeracionais*, quando as discontinuidades entre as gerações se traduzem por tensão ou confrontação.

De conformidade com Machado Pais (1996), a outra vertente teórica que aborda o tema em estudo é a “corrente classista”, na qual a juventude é considerada como um conjunto cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens de situações e ou meios sociais diferentes. Portanto, esta perspectiva, ao contrário da anterior, não aponta para a unidade e sim para a diversidade da juventude, a qual configura seu elemento central.

Outro aspecto relevante apontado pelas pesquisas é a confirmação de que, quanto maior a ausência do Estado, no que se refere à oferta de equipamentos destinados à participação, à cultura e ao lazer juvenil, tanto mais a rua adquire importância em suas dimensões socializadoras.

Tal resultado também é encontrado por Damasceno (2001) conforme a fala dos próprios jovens:

Eu acho que o jovem gosta de brincar, de se divertir e aqui tem muito pouco isso, ele tem a necessidade de ter isso aqui, e hoje não tem lazer, não tem praça. O único espaço que havia pro futebol que era pra molecada brincar foi privado. Resumindo a gente não tem lazer. A partir do momento que uma área não tem lazer a rapaziada tem com que se ocupar. Porque não tendo lazer não tem como ocupar o tempo, conseqüentemente tem que se ocupar com coisa ruim. O lazer hoje é mais a gente curtir um RAP. Ficar em casa ouvindo RAP ou mesmo dançar a noite. Então é mais ou menos isso. (GC MH<sub>2</sub>0/GC Cultura de Rua. In: DAMASCENO e outros, Relatório de Pesquisa, 2001).

Os aspectos destacados nas falas dos jovens constituem uma realidade observada com frequência nas diversas regiões metropolitanas estudadas, e que traduz a ausência de uma política social voltada para os reais interesses dos jovens, que expressem, em políticas sociais, culturais e educativas, projetos portadores de significado efetivo para juventude.

Via de regra, quando existe algo, é marcado pelo esvaziamento do seu sentido para os detentores principais. Por outro lado, o mundo do trabalho, quando é introduzido de maneira precoce no universo do jovem pobre, nem sempre contribui para estruturar sua identidade. Vale destacar com apoio em Spósito (1997) que a sociabilidade tecida pela mediação dos vínculos com o mundo do trabalho tende a exercer menor força na conformação da identidade do jovem. Nos moldes em que é realizado, o trabalho se torna mais fonte de renda, do que uma atividade que contribui para a realização pessoal e se constitua em princípio educativo.

Portanto, uma forma de explicar o problema da insatisfatória participação social da juventude no atual momento histórico consiste em reconhecer que o sistema social se revela incapaz de

considerar *efetivamente os jovens como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de seus direitos*. (ABRAMO, 1997: 28). De outra parte, é preciso deixar evidente que a sociedade vive um momento particularmente conflituoso e repleto de tensões e que os jovens as absorvem de forma visceral, pois este é o espelho da sociedade, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais do sistema social vigente (MELUCCI, 1991).

Um dos problemas recorrentes apontado pela maioria dos estudos reside na ausência ou mesmo na pouca eficácia das políticas públicas destinadas à juventude. Vale enfatizar o fato de que este quadro é gradativamente alterado com as ações desenvolvidas pelos governos na última década. Um exemplo é o Programa Segundo Tempo, ação do Governo Federal desenvolvido em parceria com estados e municípios, o qual tem como público-alvo crianças e adolescentes expostos a riscos sociais. Seu objetivo geral é o de democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de perigo social. Seus objetivos específicos são o de oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e jovens a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, bem como oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade.

O referido programa, portanto, põe em realce a importância da prática socioesportiva na socialização de crianças e jovens reconhecendo que atualmente o esporte se tornou uma das principais ferramentas de intervenção em políticas públicas para a juventude. É coerente com as justificativas das propostas e das práticas que se orientam, principalmente, pelos aspectos socioeducativos e apontam para a ordem moral ou de personalidade dos seus praticantes.

Vários estudiosos chamam atenção para o entendimento do esporte como antídoto ao tempo excessivamente livre, à ociosidade. Tal concepção indica, como expressa Melo (2005), a relação direta entre a falta de lazer e o mundo do crime. Ganha força em políticas públicas, parcerias público-privadas e organizações não governamentais um trabalho que busca retirar as crianças da rua, combater a criminalidade e a violência. As propostas comumente identificam uma sociedade que paulatinamente perde valores e uma juventude incapaz de ativismo e participação política.

Nota-se a emergência da vinculação entre as políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania ou de inclusão social. Outra tendência reside em considerar o esporte como importante mecanismo de controle social da juventude, visando apenas a dominar os impulsos violentos e produzir uma nova sociabilidade, capaz de gerar novas práticas que possam afastar os jovens de drogas e crimes, numa abordagem salvacionista (MELO, 2005, p. 80).

Assim, temos a passagem de um modelo de esporte que o entendia como um bem social, como um direito deste, para a ideia do esporte como um “direito do consumidor”. Nessa perspectiva, discute Mascarenhas (2006), o lazer vai aos poucos adquirindo a forma de mercadoria e, portanto, assume o caráter de coisa, determinado pelas necessidades econômicas, políticas, sociais e culturais do capitalismo.

Por conseguinte, o desafio atual consiste em tratar pedagogicamente o esporte como uma prática efetivamente educativa que estabelece relações com outras esferas sociais. Para Taffarel (2009), diversas são as tentativas de fundamentar a prática pedagógica da Educação Física ultrapassando a adaptação progressiva do corpo ao esforço, indo ao encontro de uma intervenção capaz de trabalhar o esporte de forma crítica, reflexiva e inserida nos projetos pedagógicos das instituições escolares.

Com efeito, é necessário elaborar propostas pedagógicas capazes, tanto de problematizar o lugar social do esporte, como de fortalecer seu papel como vetor para estabelecer-se uma sociedade justa e igualitária. Toma força a necessidade de tratar pedagogicamente o esporte para que esse atenda aos objetivos educacionais vinculados com princípios democráticos e cidadãos. No trabalho com o esporte, é preciso mobilizar um conjunto de conhecimentos que promovam práticas pedagógicas orientadas pelos princípios éticos da autonomia, responsabilidade, solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; dos princípios estéticos da sensibilidade, criatividade, ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. Não se trata, portanto, de uma discussão centrada na busca incessante pelo rendimento ininterrupto, mas sim da possibilidade de a prática educativa se tornar um vetor político e cultural de experiências positivas focadas na participação, no reconhecimento de potencialidades, no desenvolvimento de capacidades, na afirmação das diferenças e no fortalecimento de identidades.

Cada vez mais se afirma a concepção do esporte como promotor da cidadania e justiça social, que implica o reconhecimento do esporte como manifestação cultural o que nos permite utilizar a noção da cultura a serviço da justiça social (YÚDICE, 2004), e, portanto na perspectiva da transformação das atuais conjunturas geopolítica e socioeconômica, que tomem o jovem como sujeito político fundamental na tomada de decisões e implementos das ações.

Intervenções com tais características reconhecem o esporte como instrumento de crítica e ferramenta de participação efetiva, quando expressam que (1) as políticas públicas para o desen-

volvimento humano são também políticas de esporte. Como forma de combater processos históricos de marginalização e exclusão, a criação de possibilidades para a prática esportiva deve permitir o acesso de todos, independentemente de raça, classe, gênero, idade, necessidade especial; (2) o esporte como um bem cultural pode ser trabalhado na perspectiva do desenvolvimento humano, pela promoção de experiências focadas na participação, no processo, na formação de grupos heterogêneos, na cooperação, na convivência com o distinto e com o diverso; (3) o esporte é fruto de projetos e intencionalidades. O trabalho proposto e realizado pode se pautar em solidariedade, respeito ao próximo e valorização da pluralidade cultural e da vida saudável; (4) o esporte é uma ferramenta tornada indispensável para estabelecer oportunidades em que as pessoas são convidadas a participarem na condição de agentes; (5) o esporte pode ser praticado em diversos espaços, particularmente os públicos, o que exige uma qualificação desses espaços e dos profissionais que neles atuam; (6) a prática esportiva exige a capacitação de técnicos e professores, o incentivo à pesquisa, intercâmbios e cursos, clareza na gestão de recursos públicos, etc. abrindo espaços para a qualificação profissional oferecendo emprego e renda.

Efetivamente, alguns questionamentos são balizadores, tanto para políticas públicas como para futuras pesquisas empíricas: i) as ações assumem caráter coletivo, envolvendo os jovens no processo de gestão da prática esportiva?; ii) Assumem um caráter coletivo porque promovem o diálogo entre o esporte escolar e diversas outras instituições e dimensões do esporte e da comunidade?; iii) Tendem a criar vínculos de mediação e representação com o intuito de promover a expansão da prática esportiva na escola e fora dela?; iv) Possuem como foco a construção de experiências

positivas em situações esportivas? v) Abrem espaços para a discussão coletiva e apresentação de propostas?; vi) Abrem espaços para o trabalho com outras práticas corporais como a dança, a luta, a ginástica, a brincadeira etc.?; vii) Possibilitam o trato pedagógico com o esporte tomando por base diversos artefatos culturais - como a música, o cinema, o teatro, a televisão, a poesia, dentre outros?

As discussões sobre o papel do esporte em políticas públicas para a juventude invocam uma concepção de cultura e participação como aspectos indispensáveis para enfrentar o problema da desigualdade social. Com efeito, não é mais possível perceber o jovem como receptor de políticas públicas, mas como agente capaz de mobilização e intervenção social. Tal concepção está ancorada em perspectivas mais amplas, que procuram redefinir o próprio conceito de democracia pelo viés da participação social, constituição de uma democracia participativa.

A prática socioesportiva na última década no Brasil, aponta para esse marco. Um exemplo notório consiste na realização das Conferências Nacionais de Esporte, cuja organização busca envolver, ainda que de forma limitada, a população nas decisões governamentais.

De qualquer forma, os aspectos contraditórios e complexos que caracterizam o esporte tendem para intervenções que ora reforçam, ora enfraquecem conceitos como participação, cidadania, justiça social e democracia. Somente o esporte não é capaz de resolver o problema da desigualdade social, mas é fato que, se não o utilizarmos em função da melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a transformação dos modos de produção e reprodução da vida social, perderemos a oportunidade histórica de formar uma sociedade justa e igualitária.

*- Prática esportiva e socialização de crianças e jovens - análise de experiência.*

Visto que a experiência de desenvolvimento do surfe abordada neste texto integra o Programa Segundo, mantendo coerência, com referida ação de governo, esta definiu como principal propósito a utilização do esporte surfe como instrumento educacional de participação comunitária, privilegiando o resgate da cultura popular de utilização da praia por meio de um lazer ativo, intermediando o processo socioeducativo de caráter lúdico, através das áreas do desenvolvimento humano, sua relação e interação com o seu ambiente, contribuindo assim na sua formação cultural, educacional e para sua saúde; e, orientou-se por princípios como: oferta de práticas esportivas educacionais que estimulem às crianças e adolescentes a manterem interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, a incorporação de valores éticos, morais e socioafetivos aos participantes do projeto; oferta de condições didático-pedagógicas adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; fortalecimento do trabalho articulado com as escolas da área, aumentando o nível de escolaridade e participação esportiva de crianças, jovens e adolescentes da comunidade como ação preventiva ao uso de drogas e combate à violência.

Haja vista se tratar de uma experiência apoiada pelo Programa Segundo Tempo, do Ceará; cujo propósito fundamental reside em oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, jovens e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral incorporando valores éticos, morais e socioafetivos aos participantes do projeto.

Passamos agora, a discutir em linhas gerais como ocorreu a implementação da referida experiência e em que medida as

condições didático-pedagógicas oferecidas foram adequadas para a realização de uma prática esportiva educacional de qualidade. Para tanto, focamos alguns resultados especialmente a condução didático-pedagógica utilizada. As modalidades desenvolvidas no decorrer da experiência foram: surfe e xadrez. O processo didático-pedagógico envolveu um conjunto de temas e atividades, como aulas expositivas, vídeos de surfe, apresentação de *slides*, aulas teóricas e práticas, onde os conteúdos foram vivenciados de forma progressiva, facilitando, assim, o aprendizado. Outra preocupação é que foram criados jogos e atividades para que fossem vivenciados de forma lúdica.

Na modalidade de surfe destacaram-se: i) histórico sobre o surfe; ii) fatores ambientais importantes para a prática do surfe: os tipos de ondas, os ventos, os tipos de praias. iii) caracterização dos equipamentos e acessórios para o surf: Os tipos de pranchas e suas principais partes componentes; e acessórios importantes para a prática do surfe (*cordinha*, *leash*, *lycra*, *parafina*). iv) os fundamentos do surfe envolvem: remada de entrada no mar, remada de entrada na onda, sentar e girar na prancha e furar a onda. Tendo em vista a segurança dos participantes, as atividades foram desenvolvidas inicialmente no rio Pacotí. A seguir, os alunos foram aos poucos sendo introduzido no mar, tornando-se necessário uma série de cuidados para a adaptação ao meio, o mar.

Na praia, eles tiveram aulas sobre como as ondas são formadas, por que elas quebram, sobre as marés, o papel dos ventos e outros fatores que influenciam este ambiente. Foram ainda desenvolvidos fundamentos, tais como os de cavada e colocação da prancha de lado na espuma.

Na modalidade de xadrez, foram trabalhados: o histórico do xadrez; apresentação do tabuleiro e as peças - parte feita de forma lúdica e gradativa; apresentação dos movimentos das peças

e regras do xadrez. Cada peça era foi introduzida ao jogo na seguinte ordem os peões, a torre, o bispo, o cavalo, o rei e a rainha. Cada peça ia sendo introduzida mediante o emprego de jogos simples, para que estes movimentos fossem estimulados a serem aprendidos de forma lúdica.

Todas estas atividades foram desenvolvidas para trabalhar os alunos de forma holística, lidando com aspectos importantes e essenciais na descoberta no novo conteúdo, o reconhecimento da informação, o armazenamento ou a retenção da informação e, principalmente, a geração de dados, além da tomada de decisões e julgamento sobre estas situações propostas.

Para operacionalizar os conteúdos, foram realizadas atividades envolvendo os seguintes aspectos: quanto aos aspectos físico-motores, foram trabalhadas as noções de tempo-espaco com exercícios educativos, lúdicos e competitivos, exercitando os gestos técnicos básicos de modalidade desportiva. Desenvolvemos a velocidade de execução, força de MMSS e MMII, resistência muscular localizada, resistência aeróbica e flexibilidade, em atividades lúdicas na execução dos fundamentos do surfe; participando de jogos desportivos e pré-desportivos, coletivos e individuais, desenvolvendo os gestos técnicos, fundamentos adequados e combinação de movimentos.

No que diz respeito às dimensões cognitivas e socioafetivas foi elaborado um conjunto de práticas esportivas, com base no reconhecimento de si como parte de um grupo e do conhecimento do grupo ao qual pertence. Como suporte nessas atividades, os alunos foram capazes de reconhecer suas potencialidades a fraquezas, analisando as condições existentes, de modo a permanecerem ativos confiantes e interagindo com o grupo, envolvendo o ato de cuidar do equipamento de forma coletiva. Sabendo que a mesma prancha pode ser utilizada por um aluno em outra turma,

alguns têm a atitude de se preocupar em vir em grupo com os colegas que moram próximo a sua casa.

Vale salientar que foram identificados e trabalhados outros aspectos relevantes, como a cooperação, considerada elemento básico para o sucesso pessoal e do grupo e com isso, foi percebida a importância do surfe e o xadrez como fonte de cultura transformadora de sua realidade social; relevantes para ampliar as oportunidades em sua vida, seja na sua formação como pessoa, ou mesmo para qualificar o convívio com seus pares.

Durante o processo de realização da experiência, houve a preocupação de avaliar o trabalho. Na modalidade de surfe, os alunos obtiveram um desempenho muito bom, pois, realizaram as atividades de forma satisfatória, apresentando um bom nível de destreza e habilidade para a prática do surf.

Alguns mostraram um nível excelente de destreza, mostrando um talento enorme para a prática do surfe. Os alunos são avaliados individualmente, realizadas as correções na postura sobre a prancha em todos os fundamentos. A correção dos fundamentos é de grande importância para a prática correta da modalidade. Com a modalidade de xadrez, os alunos tiveram um aprendizado muito bom. No início, se assustaram, pois consideraram que o xadrez era difícil, mas, com a forma como foi apresentado aprenderam o jogo e hoje a maioria joga de modo correto e exprime um domínio sobre o jogo de forma geral.

Em relação aos aspectos socioafetivos, alguns alunos que, no decorrer do projeto, se mostraram mais preocupados com os outros passaram a reconhecer seu corpo como instrumento de vida e os benefícios advindos da prática dos exercícios e dos hábitos de higiene para sua saúde e de sua família, identificando os benefícios que podem ser alcançados mediante a prática esportiva para sua vida como ser humano, integrando-o junto ao seu con-

texto social. Em relação à assiduidade foi percebida uma crescente participação dos alunos, em relação ao mês inicial. Os participantes que, às vezes, chegavam atrasados, passaram a chegar cedo e, ainda, passar na casa do outro para chamar. Percebemos também que os alunos estão vindo em grupo para as atividades, e, alguns que não participavam estão participando à noite do grupo de jovens da comunidade fora do projeto, exibindo, portanto, típicos comportamentos de autoajuda, um dos elementos relevantes para a conquista da cidadania.

Os educadores sociais do Projeto avaliaram seus desempenhos de forma satisfatória - no que diz respeito à capacidade de elaboração e execução das atividades do Projeto, na autodisciplina e no companheirismo, divididos com os alunos e o monitor, para realização deste trabalho. Tais valores são vivenciados em função da forma como o projeto foi conduzido - adequando as potencialidades e possibilidades individuais na resolução dos problemas ocasionados pela própria atividade, trabalhando assim, de forma criativa e, principalmente, ativa; proporcionando experiência ímpar e necessária para a formação de um profissional de Educação Física.

A análise das atividades realizadas e as avaliações evidenciam que os objetivos do projeto foram alcançados de forma satisfatória. Significa dizer que os resultados mostram uma experiência exitosa de prática socioesportiva, atendendo as expectativas dos dirigentes do pessoal envolvido.

Os dados da experiência mostram a necessidade de as políticas públicas investirem e apoiarem projetos que possibilitem à pessoa atingir um desenvolvimento concernente aos valores sociais, a melhoria das capacidades físicas e motoras, a integração social, além de preservar crianças e adolescentes dos perigos sociais oriundos do meio onde vivem.

## **4 PEDAGOGIA PARA A EDUCAÇÃO DOS JOVENS RURAIS. REFLEXÕES E SUGESTÕES**

Maria Nobre Damasceno

### **4.1 Educação no campo, com suporte nos estudos realizados**

Nas últimas décadas, foi produzido um conjunto significativo de estudos focalizando a situação da área da Educação Rural no Ceará e no Brasil, os quais procuram dar conta das formas e condições da produção neste campo da investigação. Uma síntese dessas pesquisas encontra-se no artigo “Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas”

As informações sistematizadas mostram que as pesquisas realizadas conferem ênfase a algumas dimensões e vertentes principais, conforme especificação a seguir: a) a educação efetivada no âmbito dos movimentos sociais (inclusive do MST) e suas relações com o desenvolvimento social; b) o estudo da educação escolar, realizada ao nível do ensino fundamental no meio rural; e c) relações educação e meio social, privilegiando o entendimento entre educação, trabalho e cultura no meio rural<sup>11</sup>.

---

11. O referido estudo da autoria de Damasceno e Beserra, publicado na revista Educação e Pesquisa da USP, mapeia e discute o conhecimento produzido na área da Educação Rural, nas décadas de 1980 e 1990, com o objetivo de esboçar o “estado da arte” neste campo de investigação. Entre outros aspectos, apresenta e discute temáticas de estudo mais recorrentes, a organização

Os estudos que privilegiam a temática da Educação e Movimento Social no Campo entendem que a educação é expressa não apenas no espaço escolar, mas também nas diversas formas de manifestação dos movimentos sociais. Reconhecem, ainda, que esses movimentos criam condições de produção e apropriação do saber, objetivando uma compreensão mais adequada de sua realidade. Com efeito, a dimensão educativa aparece como importante objeto de investigação.

A análise da prática educativa embutida nos movimentos sociais compreende um tecido vasto e rico sob investigação, destacando-se como tópicos: a própria constituição desses movimentos, o estudo do conjunto das ações que seus agentes desenvolvem para a elaboração de sua identidade como sujeitos coletivos, assim como o saber da prática social gestado no cotidiano das lutas camponesas.

Em suma, essa vertente de pesquisa parte da premissa de que, no tocante a educação rural, é preciso considerar, no conjunto dos saberes historicamente produzidos, aquele proporcionado pelos atores sociais em sua prática produtiva e política, tendo em vista que este saber contém enorme valor social e educativo em virtude das diversificadas condições de vida e trabalho nele embutidas. Por conseguinte, diferentes formas de organização social e política criam variadas visões de mundo, nas quais há um rico tecido educativo sob permanente elaboração. As investigações constatarem recorrentemente ser de fundamental importância averiguar os condicionantes estruturais e conjunturais que produzem e reproduzem as ações educativas, bem como os agentes sociais das referidas práticas, com suas lutas, representações e identidade.

---

regional dessa produção e, ao final, as tendências atuais e as temáticas ainda não suficientemente exploradas.

A produção científica referente a esta temática ilustra o fato de que os movimentos sociais no campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), constituem espaços privilegiados de resistência, luta e organização de um saber que traduz a realidade de seus atores. Assim, o ato de repensar a educação deve necessariamente ser mediado pelos interesses do grupo a quem a atividade educacional se destina, especialmente por aqueles expressos pelo movimento social, haja vista ser esta a instância de entendimento e reelaboração do saber nas relações sociais de produção dos envolvidos.

Por seu turno, as pesquisas voltadas para o tema educação escolar, apesar de reconhecerem que a escola pública rural efetivamente existente é limitada e precária, consideram que essa instituição tem papel social fundamental, especialmente no que concerne à divulgação do saber universal para a população desfavorecida, devendo, por isso, ser avaliada e, sobretudo, ter sua função sócio pedagógica redefinida, para que, de fato, venha a atender aos reais interesses do grupo social na qual se insere e a quem se destina.

Os estudos envolvendo esse tema tencionam dar suporte científico, quer para a esfera da formulação de políticas educacionais destinadas ao setor público, quer para a implementação de programas educacionais adequados à realidade da população camponesa.

Assim, as pesquisas nessa área procuram contribuir para fundamentar a ação do Estado, como instância formuladora de políticas educativas, e analisar as reais condições da rede escolar e, ainda, reaver a ação pedagógica realizada nesse contexto, enfatizando a formação do professor, sua prática pedagógica e suas condições de vida e de trabalho.

No que tange às relações entre educação escolar e meio social, as pesquisas, mantendo coerência com a opinião das famílias rurais, reforçam a necessidade da melhoria da qualidade do ensino ministrado, explicitando que a prática escolar deve se harmonizar aos interesses dos educandos e à realidade do meio sócio cultural, refletindo a dinâmica das relações entre a escola e a prática produtiva, assumindo, portanto, a premissa do trabalho como princípio educativo. Apontam, por conseguinte, para a necessidade de superação da dicotomia entre a escola e o trabalho, vislumbrando mecanismos voltados para articulação entre a escola e os movimentos sociais.

Tais estudos evidenciam uma vertente deveras interessante e promissora, traduzida no processo gradativo de constituição de uma escola rural que nasce no seio dos movimentos sociais e procura atender ao princípio da adequação do ensino aos interesses das populações rurais. Conforme mostram os estudos que discutem o significado da escola rural para o camponês (DAMASCENO, 1995, 1998; BRANDÃO, 1997; CALDART, 1995). O movimento social do campo vem realizar ações com vistas ao estabelecimento de uma escola pública sintonizada com os interesses dos seus beneficiários - os camponeses. Na concretização desta escola, torna-se necessário deslocar radicalmente os sujeitos e os propósitos da educação escolar, colocando no centro os usuários e seus interesses. Isto significa, em última instância, que a luta pela escola do trabalhador rural está intimamente vinculada pela já superação das desigualdades sociais.

Desse modo, as pesquisas deixam claro também que, embora a realização do projeto político-pedagógico da escola do trabalhador rural, especialmente para os jovens, seja uma tarefa complexa, o próprio movimento popular historicamente atua na sua elaboração, em razão de esta nova escola se tornar cada vez

mais necessária, como instrumento de apoio técnico, intelectual e político nas lutas que os camponeses travam diariamente.

Isso significa um esforço para se buscar formas de integração entre o saber sistematizado pelas instâncias científicas, o chamado saber acadêmico, e aquele historicamente elaborado pelos agentes sociais nas suas práticas produtivas e políticas (DAMASCENO e THERRIEN 1993): Essa articulação constitui um caminho fecundo para a união trabalho-escola rural.

Convém ressaltar que essa vinculação entre trabalho e educação não tem neste contexto, primeiramente, o sentido didático, qual seja, aquele referente à utilização do trabalho como recurso pedagógico; também não se trata de um método para intensificar a produção social, mas sim o único método que permite produzir homens plenamente desenvolvidos. Quer dizer, para a concepção aqui adotada a união entre trabalho e ensino não se limita à mera caracterização pedagógico-didática, pois se identifica com a própria essência do homem. Entendemos, portanto, que a educação deve estar intimamente ligada às transformações das condições de vida e de trabalho do grupo social onde se encontra.

Com base nessas reflexões, observamos que a ação educativa numa sociedade marcadamente desigual como a nossa é visceralmente perpassada pelas contradições sociais de sorte que deve considerar a dupla perspectiva que a educação assume neste contexto: Por um lado, reconhecer que a educação funciona como importante instrumento de fortalecimento do poder dos grupos dominantes e, por outro, a clareza de que a transformação radical da sociedade não se produz espontaneamente, exigindo a participação da educação nas lutas diárias dos trabalhadores daí o papel da educação como arma na luta contra todas as formas de opressão, como instrumento moral e intelectual das classes dominadas.

A premissa fundamental implícita nessas elaborações é a possibilidade de que a educação tem de exercer um papel preponderante na criação de uma nova cultura, privilegiando uma educação que não seja mero instrumento de reprodução dos valores dominantes, mas que contenha o embrião de uma sociedade realmente democrática. Isso significa reconhecer a importante tarefa que a educação pode desempenhar no jogo de forças que tem lugar na sociedade civil.

#### **4.2 Elementos para uma pedagogia adequada ao ensino para os jovens do meio rural**

##### *- Reflexões acerca dos fundamentos dessa pedagogia*

A perspectiva adotada aponta para a necessidade de compreender a fundamental importância da vinculação orgânica entre a escola e a cultura, haja vista que esta instituição tem como finalidade precípua o saber. Vale ressaltar, então, a relevância de focar no cotidiano da escola pública essa articulação entre o “saber oficial” presidido pela racionalidade instrumental e o saber da prática social que se norteia pela racionalidade interativa (HABERMAS, 1988).

Um caminho possível para a gradativa articulação dos saberes diversos reside objetivamente no confronto do saber elaborado produzido por meio da atividade científica (conhecimento dito universal trabalhado pela escola) com aquele propiciado na atividade produtiva e política dos trabalhadores, da qual a juventude participa ativamente; considerar a contribuição do movimento social popular neste processo.

Com efeito, a estrutura socioeconômica não produz apenas a materialidade, mas também a subjetividade, “o modo capitalista de pensar”. Em contraposição, utilizando o instrumental da

dialética, há alguns anos, investigamos o saber que os próprios trabalhadores produzem no seu cotidiano: Nestes estudos, destacamos o *saber da prática social* elaborado no exercício produtivo e político dos agentes sociais, especialmente dos camponeses, com base no qual este transmite aos descendentes sua atividade produtiva, suas histórias de vida e de lutas, ensinando-os a interpretar e viver sua realidade e a exercer suas capacidades criativas (DAMASCENO, 1992, 1993, 1994, 1995).

A análise busca compreender esses movimentos objetivando captar e entender o significado político-pedagógico dessas lutas, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Noutros termos, tentamos neste estudo verificar como a práxis educa que tipo de pedagogia e de *saber da prática social* é reforçado ou criado na luta social do campo. Para tanto, torna-se necessário captar e interpretar o sentido que os próprios atores sociais, inclusive o segmento juvenil, têm de sua realidade, aprender como eles vivem como pensam como produzem suas concepções de mundo, sua cultura, desvelando assim sua mentalidade, suas novas direções e perspectivas.

Como decorrência dessa reflexão, o ensino para os jovens do meio rural deve trabalhar com teores ao mesmo tempo *diferenciados*, oriundos da vida cotidiana, enraizados na vida real dos sujeitos e universais propostos pelas diretrizes curriculares. A produção científica referente aos saberes das práticas sociais dos camponeses e das organizações juvenis revela que os movimentos sociais no campo constituem espaços privilegiados de resistência, luta e *produção de um saber* que traduz a realidade de seus agentes. Assim, o ato de repensar a educação e uma escola adequada aos interesses da juventude campesina deve, necessariamente, ser mediado pelos interesses do grupo a quem ele se destina, tentando dar resposta à indagação – que tipo de escola e ensino eles querem

e precisam? Haja vista ser esta a instância de compreensão e reelaboração do saber nas relações sociais de produção dos envolvidos.

Nossa opinião é de que as bases e os mecanismos práticos para uma educação enraizada na cultura e na realidade dos educandos se encontram formulados na Pedagogia de Freire, bem como daqueles que estudaram e aperfeiçoaram o pensamento e a prática pedagógica do referido Autor. Desde esta perspectiva, é possível distinguir no processo educativo dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: i) o instante da crítica, em relação às práticas vigentes, portanto, do tipo de ensino que de ordinário é realizado da escola rural, marcado pelo artificialismo e a inadequação à realidade dos destinatários; ii) e o momento proposição de uma educação popular adequada aos interesses dos jovens e suas famílias, como grupo social no qual esta prática se insere, o que significa trabalhar a partir da cultura, dos interesses, do *saber da prática social*, dos grupos específicos, mas articulando com formas de saber mais bem elaboradas.

A noção de saber social é delimitada como *o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta dos seus interesses*. (GRZYBOWSKI, 1982:50). Esta abordagem aproxima-se da concepção gramsciana, que entende o homem como sujeito de relações consigo mesmo (individualidade), com os outros seres humanos (sociabilidade) e com a natureza, numa interação criativa e construtiva (do real), de onde emerge uma consciência individual e social, crítica e transformadora de si e do meio, o que significa, em última análise, a gestação de um saber da prática social.

Por conseguinte, a categoria *saber da prática social* está sendo utilizada como conceito operacional com um conteúdo que permite apreender e explicar o saber engendrado na prática pro-

dutiva e política dos agentes sociais, mas também o conhecimento de que os grupos sociais se apropriam nas relações pedagógicas travadas com os vários agentes educacionais que atuam no meio físico e social (trabalhadores, professores, técnicos, agentes pastorais militantes de partidos políticos etc.). É importante deixar claro o caráter histórico deste saber, isto significando, que, o saber trazido pelos agentes educacionais se traduz em *saber da prática social*, à medida que é apropriado e incorporado pelo grupo social - em função da sua prática social, dos seus interesses, na qualidade de grupo social específico, caso concreto da juventude rural.

Nas pesquisas que desenvolvemos, envolvendo tanto os movimentos sociais do campo quanto escolas, nos centralizamos em dois objetivos principais: i) clarificar o saber produzido e/ou reelaborado na práxis cotidiana de grupos sociais específicos como expressão das atividades e dos movimentos realizados cotidianamente por esses grupos - que definimos como *saber da prática social*; ii) averiguar as formas de articulação entre este *saber da prática social* e o saber trabalhado pelas instituições educativas, com vista a contribuir com o processo formativo realizado pela educação popular, especialmente no meio rural. Nosso esforço se desenvolve no sentido de descobrir as formas e os mecanismos mediante os quais este saber gestado na prática social dos grupos específicos que interagem com a instituição escolar penetra a ação pedagógica desenvolvida pela escola. Noutros termos, significa averiguar em que medida a escola valoriza e trabalha com base na socialização vivenciada pelos jovens, ou seja, as experiências e saberes do seu meio social, de que maneira se preocupa em entender a lógica e o modo como esses educandos e suas famílias se expressam, as relações que estabelecem entre o conteúdo trabalhado e a vida cotidiana. Importa o fato de que, via de regra, este saber não é reconhecido, visto que ele se orienta por uma lógica,

uma racionalidade, um conjunto de princípios distintos daquele que preside a racionalidade técnica e científica.

É importante deixar evidente o caráter histórico deste saber. Isto significa que o saber trazido pelos agentes educacionais, se traduz em *saber da prática social*, à medida que é apropriado e incorporado pelo grupo social - em função da sua prática social, dos seus interesses, como grupo social específico. Com o propósito de deixar claro o conteúdo do *saber da prática social* explicitamos três dimensões que qualificam este tipo de saber: i) trata-se de um saber constituído coletivamente no processo de trabalho, nas práticas culturais, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política; ii) é um saber hierarquizado pela prática social do grupo, isto é, em função das prioridades da vida real, da luta cotidiana; iii) a força deste saber reside em ser o mesmo instrumento da prática social permitindo ao grupo inserir-se em determinadas relações econômicas, políticas e culturais.

Portanto, é um instrumento mediante o qual o grupo participa, integrando-se e/ou opondo-se, resistindo, lutando no contexto das referidas relações. Nosso interesse concentra-se no rico tecido da prática social de vários agentes sociais estudados (camponeses, educadores, juventude etc.), tendo em vista que este é o manancial de onde jorra o saber da prática social, um corpo vivo de relações entre seus integrantes, que, por sua vez, realimenta suas práticas. Tais relações são simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Nosso interesse é penetrar este emaranhado de interações para ver seu conteúdo, divisor a multiplicidade e a diversidade de relacionamentos que se desenvolvem entre as pessoas (homens, mulheres, jovens, adultos, velhos, crianças e entender as trocas que elas realizam entre si (envolvendo trabalho, serviços, significados ações solidárias, saberes).

Em suma é importante ter a evidência do papel da escola como instrumento concreto do desenvolvimento do homem e da sociedade civil. Esta visão está intimamente vinculada as possibilidades que a educação e escola têm, com vistas a contribuir para a formação da consciência, o desenvolvimento de valores que permitam a formação de uma sociedade mais justa e solidária. Resta evidente, portanto que advogamos um processo formativo constituído num movimento dialético de elaboração que parte da prática do grupo (sua cultura, seus saberes, seus valores), articula esta contribuição com os saberes sistematizados, ditos universais, e retorna à prática social dos participantes. Acredita que o ensino para a juventude rural deve seguir uma orientação pedagógica simultaneamente diferenciada (enraizada em seu meio e em seus interesses) e universalizada, que permita sua inserção na sociedade mais ampla.

#### *- Orientações pedagógicas e metodológicas para o ensino da juventude rural*

Incurtionando pelo interior da escola, é possível perceber alguns avanços na sua prática pedagógica. Em parte das escolas estudadas, um dos pilares do projeto pedagógico reside precisamente no trabalho de *socialização* dos educandos. O processo se inicia com o relato de algum acontecimento importante vivido pelos jovens na família, no assentamento, na comunidade ou nas organizações juvenis. Segue-se a discussão do significado socioexistencial do fato com a participação de todo o grupo. Posteriormente, é realizado o trabalho com a linguagem oral e escrita, culminando com a produção de pequenos textos e/ou a exploração do conteúdo de outras áreas curriculares (Ciências, Artes etc.).

Exemplifiquemos com as atividades desenvolvidas em torno do tema o *trabalho do agricultor*. Foi observado o esquema seguinte: a) a realidade do tema foi trazida até a sala através do depoimento de um agricultor da região; b) os jovens, com incentivo da professora, passaram a conversar sobre os diversos elementos componentes o assunto, um rico momento de troca de experiências e das visões que tinham sobre o assunto, além da riqueza de expressão oral, pois cada um queria contar sua história, e a professora estimulava no sentido de que o educando completasse a história que o colega havia iniciado; c) depois que o tema foi bastante explorado, os jovens receberam uma folha em branco e foram incentivados a passarem para o papel (expressão escrita) a sua versão da história, por via do desenho e da formulação de frases escritas. No momento, houve um clima de ajuda mútua, de troca, de intercâmbio de conhecimento.

Convém sublinhar o fato de que o trabalho da socialização envolve um conjunto de temas bastante diversificados, desde problemas sociais que povoam o dia a dia das famílias e da área, passando por aqueles que são objeto das lutas sociais dos moradores, como a peleja pela terra e por condições para produzir, exploração do produto gerado pelo camponês pelos grupos dominantes da sociedade, cidadania, geração de emprego e renda no meio rural; abrangendo, também, as formas de manifestação da cultura popular, como festas juninas, reisado, bumba -meu - boi, cantorias, literatura de cordel, folclore, entre outras.

A fala de uma das professoras revela como o grupo docente vê esse processo: *no momento que a gente começa a socializar, a discutir e resgatar as questões que interessam eles participam porque é a realidade deles que está sendo discutida vivenciada e até confrontada.*

Observamos, por outro lado, que, além da atividade realizada na sala de aula, a socialização envolve um momento de

culminância no espaço coletivo da escola (pátio), implica um caráter não apenas mais coletivo, mas também mais rico, onde os assuntos são retrabalhados por intermédio da dramatização e de outras formas de expressão artística. Tivemos a oportunidade de ver temas como família, participação dos jovens, cidadania e folclore sendo trabalhados mediante esta sistemática.

A pedagogia da alternância constitui opção viável para a educação rural. É adaptada e posta em prática em diferentes regiões brasileiras. Infelizmente, a implantação desta experiência é ainda bem reduzida, portanto, com resultados parciais. A importância maior da pedagogia da alternância reside no fato de que ela possui os princípios da pedagogia freireana, mas com uma metodologia já adaptada as condições dos jovens do meio rural, pois ela tem por eixo central a *relação trabalho-educação* que, no contexto do campo, é essencial e constitui o ponto de partida (já mencionado) para uma prática educativa enraizada na cultura, nos valores, nos saberes, nas práticas sociais (inclusive nas práticas produtivas) dos jovens camponeses.

A metodologia da Pedagogia da Alternância realiza-se no Brasil em duas vertentes principais: a das Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e a das Casas Familiares Rurais (CFR). A duração das atividades dessas experiências é de cerca de três anos, em regime de internato, com a adoção do método de alternância, sob o qual os jovens passam parte do tempo (uma ou duas semanas) na propriedade, no meio profissional rural e uma semana na escola (EFA ou CFR). Durante o tempo na propriedade ou no meio profissional, o jovem realiza um *Plano de Estudo*, discute sua realidade com a família, com os profissionais, e provoca reflexões, planejam soluções e realizam experiências apropriadas à sua realidade, disseminando assim novas técnicas nas comunidades; e, durante o tempo na “escola”, os jovens *colocam em comum*, com

ajuda dos monitores, os problemas, as situações levantadas na realidade, buscam conhecimentos para compreender e explicar os fenômenos científicos e oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permita atuar, no futuro, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercerem plenamente a cidadania.

*- Sugestões de uma educadora aos colegas que trabalham nas escolas rurais*

Prossigamos com algumas sugestões e diretrizes que julgamos importantes no que diz respeito ao trabalho nas escolas rurais e os obstáculos enfrentados por estes profissionais na sua ação educativa.

Em primeiro lugar, é fundamental que o projeto político-pedagógico que orienta e define as diretrizes à prática curricular (em suas grandes linhas) seja elaborado de forma conjunta, envolvendo o pessoal técnico, professores e comunidade (especialmente as famílias e os jovens). Na fala de um dos membros da direção da escola, este processo direcionado para a elaboração coletiva do currículo é ressaltado: *o currículo dessa escola foi muito discutido, a gente tentou ver quais eram as necessidades da comunidade e dos jovens, embora a gente tenha dificuldade em colocar totalmente em prática devido os recursos humanos.*

Dentre as sugestões e diretrizes que podem nortear o trabalho docente para um trabalho pedagógico com os jovens rural(IS), ressaltamos:

- uma ação docente que opere a efetiva articulação entre a prática pedagógica realizada pela escola e os interesses e a ação desses agentes sociais (bem como o saber resultante

dessa prática social), notadamente daqueles a quem se destina a escola que, no caso, são jovens filhos de camponeses e trabalhadores rurais. Este fato requer transformar a escola num instrumento que opere a *articulação* entre o *saber interativo* gestado na prática social com o *saber curricular* (dito universal). Os estudos realizados em torno desta temática (DAMASCENO, 1993), indicam que o saber da prática social se caracteriza, sobretudo, pela riqueza das interações dos seus integrantes, pela articulação entre seus componentes, revelando que ele possui suas formas sociais, as próprias estruturas e regras peculiares de organização e justificação da vida social;

- uma ação docente, envolvendo a união entre educador e jovem educando, que permita caracterizar a prática educativa como uma autêntica síntese cultural (P.Freire), resultante da integração entre a cultura mais elaborada e as culturas juvenis e a cultura popular: seu conteúdo é popular, porém sua forma deve estar de acordo com o pensamento avançado. Nosso pressuposto é a possibilidade que tem a educação (sentido amplo) de exercer um papel predominante na recriação da cultura, o que significa reconhecer o importante papel desempenhado pela educação no jogo de forças que tem lugar na sociedade civil (DAMASCENO, 1990)
- uma ação pedagógica direcionada pelo princípio da união educação e trabalho produtivo, que, no caso da juventude, é essencial, direcionado para a melhoria da qualidade de vida dos jovens produtores rurais, mediante a aplicação de novos conhecimentos técnico-científicos articulados com os conhecimentos familiares, o que pode ser concretizado nos moldes da pedagogia da alternância;

- uma ação pedagógica que estimule no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, e a consciência de que é possível, mediante técnicas de produção adequadas de transformação de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente, inclusive com o desenvolvimento de práticas capazes de organizar as ações de saúde de nutrição e cultural das comunidades.

Temos clareza de que estas diretrizes encontram sérias dificuldades de realização especialmente no Nordeste, onde tais obstáculos são reiterados em todos os estudos: precárias condições das escolas, formação insuficiente e inadequado dos professores, remuneração irrisória dos educadores, material didático insuficiente e inadequado, pobreza das famílias etc. Mesmo nas escolas de assentamento que estudamos, as observações mostram que a prática pedagógica nem sempre leva em conta o meio social, a riqueza das práticas educativas geradas nas lutas, significando que não há, ainda, uma adequada integração entre o trabalho da professora e a realidade cotidiana dos jovens e das famílias, com vistas a transformar a escola em elemento dinâmico e gerador de práticas novas e criativas.

Ante esta tendência, porém, e para a escola que nos interessa (re) construir, necessário se faz superá-la, no sentido de elaborar uma escola efetivamente comprometida com os interesses das camadas majoritárias da população.

Para rematar esta parte, reafirmamos que, nas áreas rurais, onde há um movimento social organizado, esta realidade sinaliza hora o fato de que mudar é possível, tendo em vista que se trata de grupos sociais nos quais predominam as relações primárias e diretas, onde os encontros informais são frequentes, e nestes,

quase sempre, ocorre a troca de informações sobre as questões da escola, e a vida do educando. Nos assentamentos, há um esforço para que a professora se identifique com a luta pela terra e que nas reuniões pedagógicas com os pais não sejam tratados apenas os assuntos referentes à rotina da escola, e sim que se tomem decisões coletivas, visando a reivindicar, junto ao Poder Público, a melhoria das condições da escola e do ensino.

### **4.3 O desenvolvimento socioeconômico e as tendências na educação do jovem rural**

Preliminarmente, julgamos interessante trazer alguns elementos acerca do perfil de desenvolvimento agropastoril no País e a seguir debatendo o estado da educação da juventude no contexto rural. Na sociedade rural brasileira atual, coabitam dois projetos principais de desenvolvimento agropastoril.

Um é aquele que usa a estratégia dos agronegócios, o qual, por se basear no uso da alta tecnologia, na elevada especialização produtiva do setor primário, só pode empregar pequena parcela do imenso excedente de força de trabalho. Isto significa que ampla parcela da mão de obra rural deixa de ser absorvida. Quer dizer, fica por conta dos outros setores da economia. Os próprios defensores do projeto de agronegócios estimam que cerca de 15% da população brasileira deverão sair do campo nas próximas décadas, significando que a competitividade do agronegócios não comporta a absorção de 18 milhões de camponeses que necessitam de ocupação nas atividades de seu segmento primário (segundo estudo do IBGE, 2008).

O outro projeto é o da agricultura familiar, que busca maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em um maior número possível das microrregiões rurais. Em vez da es-

pecialização devoradora de postos de trabalho, busca *diversificar as economias locais*, a começar pela própria agropecuária. Procura adotar um tipo de dinâmica rural resultante da diversidade multissetorial. Vale realçar o fato de ser no contexto da agricultura familiar que germina grande parte da pequena empresa de natureza comercial e artesanal, que diversifica as economias locais, notadamente àquelas implementadas pelos jovens. Estes estabelecimentos agrícolas de economia familiar multissetorial engendram altas densidades populacionais e dão flexibilidade ao mercado de trabalho, suavizando os impactos em períodos de desemprego.

Para se ter noção da importância da agricultura familiar, dados do IBGE (2008) evidenciam que ela está presente em 86% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros, embora ocupem apenas 30,5% da área total. Sua força econômica é traduzida no fato de representar 38% do Valor Bruto da Produção Nacional, sendo responsável pela produção de 84% da mandioca, 67% do feijão, 49% do milho, 31% do arroz e quantidades expressivas de soja, suínos, leite e outros produtos importantes para o abastecimento interno.

O desenvolvimento rural, no entanto, só poderá ocorrer com investimentos em áreas estratégicas, não apenas envolvendo o domínio de conhecimentos técnico-científicos que permitam a elevação da produtividade e a diversificação da produção e da comercialização, mas também a expansão de serviços públicos essenciais - saúde, educação, segurança e transporte - para possibilitar a prosperidade e a conquista da dignidade do homem e da mulher do campo.

Dentro desse quadro complexo, cabe examinar as mudanças ocorrentes na política educacional para o meio rural.

A primeira tendência é fruto da política estatal (nos âmbitos federal, estadual e municipal) visando a atender a Constituição de

1988, que determina a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças e igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola independentemente do local onde residam. O modelo adotado consiste na aglutinação das escolas, permitindo a *concentração* de alunos de uma dada área numa mesma escola de maior porte, um modelo similar ao grupo escolar urbano, que permite levar para o campo o ensino fundamental (em alguns casos com a extensão do ensino de quinta a oitava séries), que implica a eliminação gradativa das escolas isoladas e das classes multisseriadas.

Tal modelo é regido pelo princípio da eficiência e visa, sobretudo, a contribuir para a melhoria do aprendizado dos alunos e a superação da histórica deficiência da escola rural. Para que essas transformações ocorram, faz-se necessário um grande investimento em dois setores: na construção de escolas maiores, com várias salas de aula, para comportar os estudantes da microrregião e no transporte escolar, um serviço que os municípios implantam (de modo nem sempre satisfatório) para obrigatoriedade da escola para todos.

Os resultados da política estatal do ponto de vista quantitativo são positivos, pois é observado aumento significativo do acesso escolar no período. Segundo as estatísticas oficiais, mais de 90% da clientela do ensino fundamental têm acesso à escola (em torno de três anos de escolaridade), o que constitui, sem dúvida, um avanço. Por outro lado, o modelo implantado é predominantemente urbano, indicando ser ele inadequado à realidade camponesa, e, decerto, é, um tipo de educação que não concorre para modificar significativamente o atual perfil econômico do meio rural brasileiro.

Outro déficit diz respeito à situação dos adolescentes, jovens e adultos que não tiveram oportunidade de realizar a escolarização

na idade adequada. Para estes segmentos, os do tipo “supletivos” nem sempre garantem uma recuperação da escolaridade necessária, tampouco os conteúdos e práticas desenvolvidas são apropriadas aos interesses e necessidades dessa população.

Por outro lado, no âmbito do sistema de ensino público rural, o grande diferencial é representado pelo Programa Escola Ativa, apoiada pelo MEC/SEF/Fundescola e realizado pelos municípios. Este se iniciou pelo Nordeste (1997) e se expandiu para o Norte e o Centro-Oeste. A experiência abrange um contingente de escolas com trabalho voltado para a melhoria da qualidade do ensino. A ação pedagógica usa material didático elaborado para apoiar a atividade docente, centraliza-se na *socialização* dos educandos com arrimo em temas extraídos do cotidiano e do meio social dos alunos.

Cabe destacar, igualmente, opções que nascem no âmbito dos movimentos sociais do campo e procuram atender aos princípios básicos- da adequação do ensino aos interesses dos camponeses e da união escola e trabalho produtivo. Retornamos ao eixo que privilegia a importância e a força educativa traduzida pela participação efetiva do movimento popular, daí o papel importante exercido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quer na formulação, quer na prática de uma escola adequada aos interesses dos camponeses.

Conforme evidencia parte dos estudos realizados, focando o significado da escola rural para o camponês (DAMASCENO, 1995 e 1998; CALDART, 2000), o movimento social do campo, realiza ações com vistas à elaboração social de uma escola adequada aos camponeses; cabendo destacar o fato de que, na concretização desta escola, se torna necessário deslocar radicalmente os sujeitos e os propósitos da educação escolar, apondo no centro os usuários e seus interesses. Isto significa, em última instância,

que a luta pela escola do trabalhador rural deve estar intimamente vinculada à pejeira pela superação das desigualdades sociais.

As pesquisas mostram, também, que, embora a realização do projeto político-pedagógico da escola do trabalhador rural seja uma tarefa complexa, o próprio movimento popular, historicamente atua na sua elaboração, tendo em vista que esta nova escola se torna cada vez mais necessária, como instrumento de apoio técnico, intelectual e político nas lutas que os camponeses travam diariamente. O caminho apontado para se redimensionar a educação rural consiste em privilegiar a agricultura familiar e o produtor rural (como entidade coletiva na sua atividade real e nas suas lutas) como sujeito deste processo de recriação da educação e da escola, visando à recriação da cultura mediante a apropriação do saber e a reelaboração deste em função dos seus interesses, especialmente no caso da juventude.

É importante ressaltar que as famílias engajadas no movimento social do campo têm clareza quanto à função social desta nova escola: *A escola deveria preparar o aluno para não aceitar essa situação onde poucos têm muito e a maioria não tem tão pouco; penso que os professores e os trabalhadores juntos podiam fazer uma escola diferente.*

Esta atitude encontra apoio na proposta pedagógica do MST para as escolas de assentamentos, que se pauta pelos seguintes princípios: i) os assentados devem dominar coletivamente a base de conhecimentos científicos necessários ao avanço produtivo e organizativo dos assentamentos; ii) desenvolver uma proposta de educação que proporcione aos educandos experiências concretas de transformação da realidade; iii) ajudar na formação integral de novas personalidades capazes de incorporar, em todas as dimensões de sua vida cotidiana, valores que estão sendo criados pela prática da luta e iv) educar sujeitos com capacidade

e consciência organizativa e possuidores de uma visão de mundo refletida e que lhes dá cristalina compreensão de tudo o que ocorre ao seu redor, tanto na natureza como na vida social.

Em suma, na visão de parte do campesinato, está ilustrado que o eixo para se buscar transformar a educação reside em considerar o trabalho e, conseqüentemente, as relações de trabalho (incluindo a dimensão sociopolítica, representada pelas lutas sociais) como a matriz para se repensar a educação popular, como um todo, e o ensino para os jovens, em particular. Mantendo coerência com o projeto político-pedagógico delineado, as experiências direcionadas para o estabelecimento social da escola do trabalhador do campo privilegiam a gestão democrática da escola pública, envolvendo as dimensões política, administrativa e pedagógica. Convém lembrar que esta proposta se aproxima bastante da Pedagogia da Alternância, referida noutra passagem deste escrito, orientada pelos princípios da adequação à realidade rural e da união escola e trabalho produtivo. Com certeza, a transformação da educação rural constitui tarefa complexa que implica uma longa e árdua batalha a ser travada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, nº 5: 25-36. São Paulo: ANPED, 1997.

ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, M. Amália F. (orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. Petrópolis: Vozes; Instituto de Estudos Especiais da PUC, 2005.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

ANDRADE, M. A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 1998. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas: 1998.

ARROYO, M. "A escola e movimento social: relativizando a escola". *ANDE*, n12, S. Paulo: 1987.

AQUINO, Júlio, G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.

BESERRA, B.. A "Educação popular entre a ciência e a fé". *Educação em Debate*, v.16, n.27, Fortaleza: 1994.

BIANCHETTI, L. **Educação e trabalho no meio rural: o caso específico da orientação vocacional em escolas rurais do**

Rio Grande do Sul. 1982. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro: 1982.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOUFLEUR, J. Pedro. **Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas**. Ijuí: Ed, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, M. Alice. **Pierre Bourdieu, Escritos de educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Vértice, 1990.

BRANDÃO, M. de L. P. *Os saberes agrário-agrícolas no projeto formativo da Escola Rural: o currículo como uma política cultural*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 1997.

BRANDÃO, M. de L. P. “Pró-docente rural 10 anos de extensão”. *Educação em Debate*, Ano 13, n. 19-20, Fortaleza: 1990.

BRANDÃO, M. de L. P. Pró-docente uma extensão do saber fazer. Dissert. (Mestrado), FAGED, UFC. Fortaleza: 1980.

BRASIL, Ministério do Esporte. *Programa Segundo Tempo*. Material acessado na Página WEB do Ministério do Esporte, agosto de 2004.

CALAZANS, M. J. Educação no meio rural: para compreender a educação do Estado no meio rural. In: **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, R. S. “O currículo das escolas do MST”. *Rev. Movimento*. Niterói: v.3, 2001.

\_\_\_\_\_. “A escola do campo em movimento. Contexto e Educação”. v.15, Ijuí: 2000.

\_\_\_\_\_. *O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo*. In: **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projeto popular e escolas do campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Brasília: 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação em movimento: a formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. “Os movimentos sociais e a construção da escola (do sonho) possível”. *Contexto e Educação*. Ijuí: v. 41, 1996

\_\_\_\_\_. *Educação popular no meio rural: as experiências pedagógicas nas escolas do MST*. In: SILVA, L. H. da; AZEVEDO, C. de (Org.). **Reestruturação curricular**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Educação Rural Integrada a experiência de pesquisa e planejamento participativo no Ceará**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CANEVACCI, M. (Org.). **Dialética da Família**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COLEÇÃO: Filósofos que fizeram História – **SOCRÁTES**. S. Paulo: CT Editora, 2008.

COULON, A. **Etnometodologia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DE LA TAILLE, Yves. “Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003”. **Educação e Pesquisa**, S. Paulo: v.30, n.1, p. 91-108, jan/set.2004.

DAMASCENO, M. N. e BESERRA, B. “Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas”. **Educação e Pesquisa**, vol.30 n.1, Jan./Abril, São Paulo: 2004.

DAMASCENO, M. N. **Pedagogia do engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1990.

\_\_\_\_\_. "A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política". **Sociedade Civil e Educação**. Campinas: Papirus/CEDES /ANDES/ANPED, 1992. (Coletânea C.B.E)

\_\_\_\_\_. "Pedagogia do enfrentamento no cotidiano das lutas no campo". **Cadernos da ANPED**, n. 6, B. Horizonte: 1994.

\_\_\_\_\_. "O saber social e a construção da identidade". **Contexto e Educação**. n. 38, Ijuí: 1995.

\_\_\_\_\_. "Luta social e escola no campo". **Cadernos da Pós-Graduação em Educação**, v.1, n.1, Fortaleza: 1995.

\_\_\_\_\_. "A escola em assentamentos: um retrato em branco e preto". **Revista de Educação Pública**, v.07, n.11, Cuiabá: 1998.

DAMASCENO, M. N e THERRIEN, J. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.

\_\_\_\_\_. **Artesãos de um outro ofício: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar**. São Paulo: Annablume, 2000.

DAMASCENO & SALES (org.) **O caminho se faz ao caminhar**. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.

DAMASCENO & outros. **Trajetórias da Juventude**. Fortaleza: Editora da UFC, 2001.

\_\_\_\_\_. Relatório da Pesquisa: **Juventude, Sociedade e Cultura**. Fortaleza, CNPq/UFC, 2001.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DIÁRIO DO NORDESTE. "Deficiências no esgotamento sanitário em Fortaleza", 7/8/2008.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

ELKIN, Frederick. **Criança e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1968.

FAU, René. Características gerais do grupo durante a adolescência In: BRITO, S. (Org.) **Sociologia da Juventude** – vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Ilustrado, 10/03/2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, E. D. P. O estado da arte da educação rural no Brasil. FAO/UNESCO, Fortaleza: 2003. (Relatório de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no contexto das políticas públicas voltadas à sustentabilidade dos assentamentos rurais”. **Revista de Educação**. Maceió: 2002.

\_\_\_\_\_. “O que se sabe e o que se faz sobre educação no contexto dos assentamentos rurais: colocando gás na lamparina”. **Educação e Debate**, n. 38, Fortaleza: 2000.

\_\_\_\_\_. “A intervenção participativa dos atores: uma metodologia construída no contexto dos assentamentos rurais do Ceará”. **Educação em Debate**, n. 36, Fortaleza: 1998.

FURTADO, E. D. P.; SOUSA, J. R.F. A Intervenção Participativa dos Atores (INPA): uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável. Brasília: IICA, 2000.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

GIROUX, Henri. **Pedagogia Radical**. S. Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Teoria Crítica e Resistência em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOLDMAN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOKHALE, S.D. “A Família Desaparecerá?”. **Revista Debates Sociais** nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro: CBSSIS, 1980.

GRZYBOWSKI, C. “Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural”. **Contexto e Educação**, n. 4, p.49-58, Ijuí: 1982.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUARESCHI, N. M. F; BRUSCHI, M. E. **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUATTARI, F. & ROLINK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Accion Comunicativa**. Madrid: Ed. Taurus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento Pós-Metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOLANDA, M. I. M. **A construção da identidade coletiva dos sem-terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Fortaleza: 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNDA**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2008.

IBANEZ, Noemi.R. **Caminhos e Descaminhos na construção de uma práxis educativa entre pequenos produtores**

**rurais assentados e técnicos.** Dissertação (Mestrado). FAGED, UFC, Fortaleza: 1995.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

LOIOLA, Luís Palhano. **Coisas Difíceis de Dizer:** as manifestações homofóbicas do cotidiano dos jovens. Dissertação de Mestrado, FAGED/UFC, Fortaleza, 2001.

LONGAREZI, A. Maturano. Ética e Moral na Educação Escolar: aspectos valorativos e normativos da indisciplina na escola. In: CHAKUR, Cilene R. de Sá (org). **Problemas da Educação sob o Olhar da Psicologia.** Araraquara: FCL / Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001b, p.67-105.

LUKÁCS. G. **História e consciência de classe.** Porto: Escorpião, 1974.

KALOUSTIAN, S. M (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

MACEDO, Lino. **Cinco estudos de Educação Moral.** São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 1996.

MACHADO, Paes. **Culturas juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no Chão da Noite:** emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais do Campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K. & ENGELS, F. **Contribuição à crítica da economia política.** Lisboa: Estampa, 1971.

MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórico à sombra do lazer. IN: PADILHA, V. (org.). **Dialética do lazer.** São Paulo: Cortez, 2006.

MELO, M. Paula de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica Maré.** Campinas: Autores Associados, 2005.

MELUCCI, A. "Juventude tempo e movimentos sociais". **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 25-36, maio/dezembro de 1997.

METZ, C. **A Significação do Cinema**. S. Paulo, Perspectiva, 1972.

MINUCHIN, S. – **Famílias: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. Buenos Aires: Horme, 1972.

\_\_\_\_\_. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1978.

\_\_\_\_\_. **Psicoterapia de grupo e Psicodrama**. São Paulo: Mestre Jou, 1974

MORIN, V. **Cinema: estudos de semiótica**. Petrópolis: Vozes, 1973.

NERI, Marcelo. **Saneamento básico**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVA, J. C. G. O.; KAUCHAKJE, S. "As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direito: crianças e adolescentes". **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 23-31, janeiro/junho 2009.

PARANHOS, Adalberto. **Consciência de classe e consciência possível**. Petrópolis: Vozes, 1976.

PLATÃO. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEREIRA, Ivna, H. **De Jovens Figurantes a Jovens Protagonistas: a contribuição das ONG's que trabalham com a juventude**. Fortaleza, 2006 (tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação da UFC).

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PONTUAL, P. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de.; PAPA, E. de C. (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 95-114.

RAZETO, L. **Los caminos dela economia de solidariedade**. Santiago, Vivarium, 1993.

REIS, W. G. **Do Desespero à Esperança: a luta sócio-educativa dos professores municipais do interior do Ceará**. Dissertação (Mestrado). FAGED, UFC, Fortaleza: 1992.

RUBIO, Kátia. **Psicologia do Esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SALES, M. C. V. **Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**, Fortaleza, 2003 (tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação da UFC).

SALES, T. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 09, p. 26-37, 1994.

SARACENO, Chiara – **Sociologia da Família**, Lisboa: Estampa, 1997

SOUZA, M. da C. N. **Escola e trabalho no meio rural: uma análise do calendário do caju em Alagoinha, Mossoró, RN**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal: 1990.

SPÓSITO, Marília P. “Estudo sobre juventude em educação”. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5:35-52. São Paulo: ANPED, 1997.

SPÓSITO, Marília P. “Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade”. **Tempo Social**. USP, São Paulo, 5 (1-2): 161-178, 1994.

SPOSITO, M. **Trajetórias na constituição de políticas de juventude no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

STANHOPE, Marcia – *Teorias e Desenvolvimento Familiar*. In STANHOPE, M. LANCASTER, Jeanette – **Enferma-**

**gem Comunitária:** Promoção de Saúde de Grupos, Famílias e Indivíduos. Lisboa, Lusociência, 1999.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

TAFFAREL, C. Z. N. Desporto educacional: realidade e possibilidades das escolas políticas

públicas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas. In: STIGGER, M.P.; LOVISOLO, H. (orgs.). **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas: Autores Associados, 2009, p. 71-102.

THERRIEN, J. "A professora leiga e o saber social". **Cad. SENE/MEC**, Brasília: 1991.

\_\_\_\_\_. "Os movimentos sociais e a compreensão da escola no meio rural: um eixo de análise". **Educação e Debate**, jul/dez, Fortaleza: 1987.

\_\_\_\_\_. **Políticas de Educação para o meio rural:** o papel do Estado e a produção do saber, ANPED, Goiânia: 1986.

THOMPSON, . **A Formação da Classe Operária Indefesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Ed. UFMG, B. Horizonte: 2004.

ZALUAR, Alba. **A Máquina da revolta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

WHALEY, Lucille F; WONG, Donna L. **Enfermagem pediátrica:** elementos essenciais à intervenção efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

WILLS, Paul. **Aprendendo a Ser Trabalhador.** Porto Alegre: Artes Médica, 1991.

## ANEXO: FORMAÇÃO DA JUVENTUDE E VALORES

### Resultados da Pesquisa (direta) - TABELAS e GRAFICOS

#### Parte 01 situação socioeconômica das famílias

#### 1.1 Família e Moradia

Tabela 1 - Quantidade de pessoas que moram em sua casa

Moro Sozinho	0	0%
02 Pessoas	1	2%
3 a 5 Pessoas	33	64,71%
6 a 8 Pessoas	14	27,45%
Acima de 08 Pessoas	3	5,88%
Total	51	100,00%

Gráfico 01 - Quantidade de pessoas que moram em sua casa

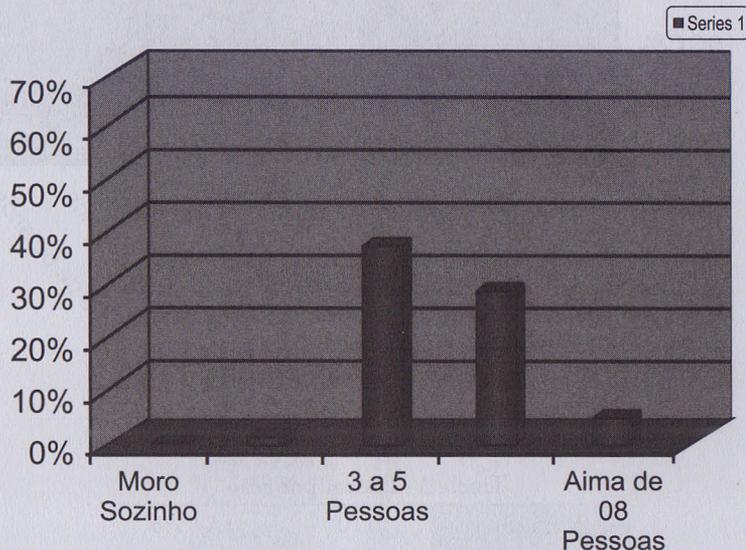


Tabela 2 - pessoas por Idade

01 a 05 anos	22	8,70%
06 a 10 anos	22	8,70%
11 a 14 anos	23	9,09%
15 a 19 anos	34	13,44%
20 a 25 anos	40	15,81%
26 a 30 anos	22	8,70%
31 a 40 anos	23	9,09%
41 a 55 anos	37	14,62%
51 a 60 anos	13	5,14%
Acima de 60 anos	17	6,72%

Gráfico 2 - pessoas por Idade

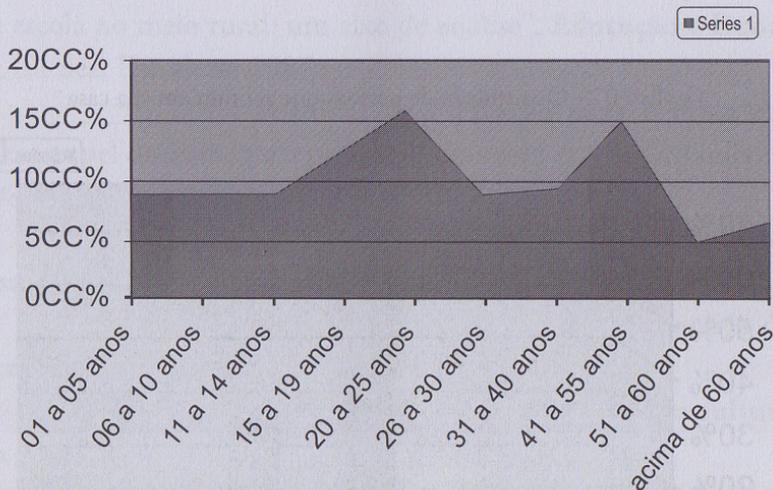


Tabela 3 - Pessoas por Sexo

Masculino	110	43,65%
Feminino	142	56,35%
Total	252	

Gráfico 3 - Pessoas por Estado Civil

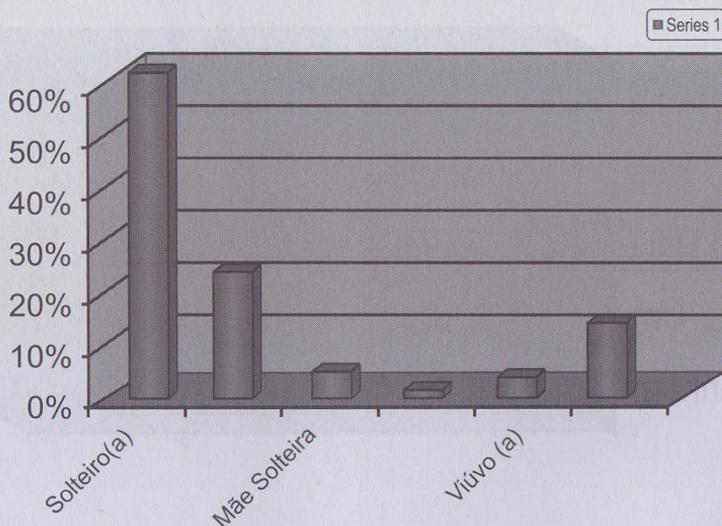


Tabela 4 - Pessoas por Estado Civil

Solteiro(a)	159	58,89%
Casado(a)	57	21,11%
Mãe Solteira	10	3,70%
Seperado(a), Divorciado(a), Desquitado(a)	5	1,8%
Viúvo(a)	9	3,33%
Outro	30	11,11%
Total	270	

Tabela 5- No. de filhos p/casa

nenhum	3	5,88%
um	16	31,37%
dois	16	31,37%
três	8	15,69%
Quatro +	8	15,69%
total	51	100%

Gráfico 4 - número de filhos por casa

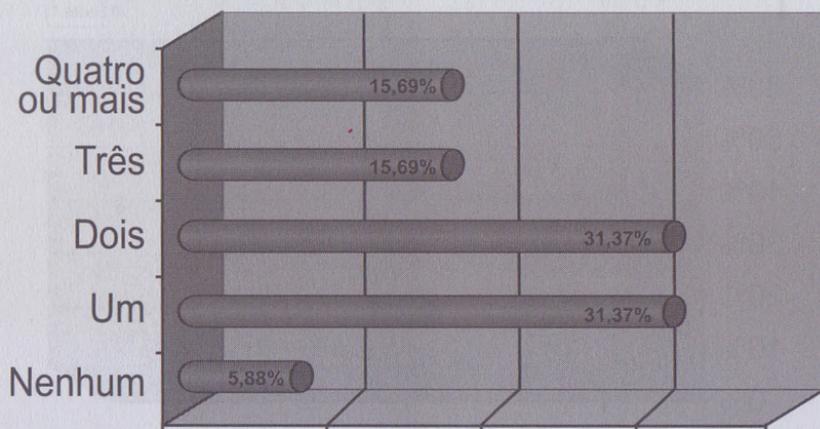


Tabela 06 - possui agregados

	Não		
	29	56,86%	
Um	8	15,69%	
Dois	5	9,80%	
Três ou Mais	9	17,65%	

## 1.2- Renda e situação social das famílias

Tabela - 7 Principal ocupação do responsável

Servidor Público	9	14,75%
Empregado de Empresa (comercio, indústria, serviços)	18	29,51%
Empregado de Sítio	1	1,64%
Empregado(a) Doméstico(a)	1	1,64%
Motorista	6	9,84%
Diarista	1	1,64%
Desempregado	0	0,00%
Outros (vigilante, servente, zelador, estivador, mecânico)	25	40,98%

Gráfico 5 - principal ocupação do responsável

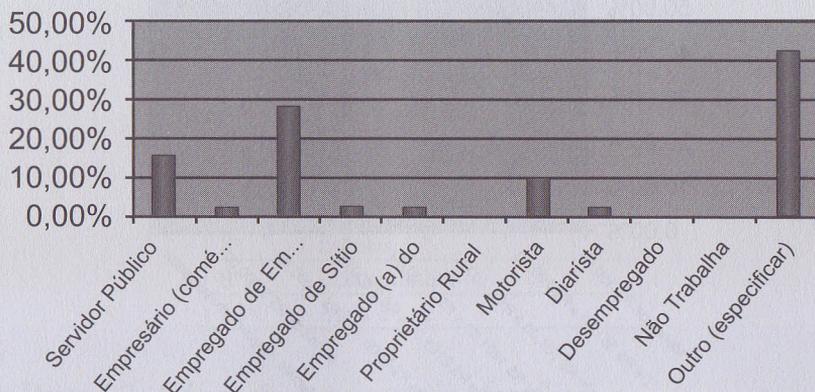


Tabela - 8 - Quantas pessoas recebem um tipo de renda

Só o(a) Chefe da Família	18	35,29%
Só uma pessoa que não é o(a) chefe	1	1,96%
Duas pessoas da Família	19	37,25%
Três pessoas	13	25,49%

Tabela 9 - Valor da Renda Familiar

Menos de R\$ 350,00	5	9,80%
De R\$ 351,00 a R\$ 700,00	28	54,90%
De R\$ 701,00 a R\$ 1400,00	15	29,41%
De R\$ 1401,00 a R\$ 2100,00	3	5,88%
De R\$ 2101,00 a R\$ 3500,00	0	0,00%
De R\$ 3500,00 a R\$ 5000,00	0	0,00%
Acima de R\$ 5000,00	0	0,00%
Na família ninguém possui renda	0	0,00%

Gráfico 06 - Valor da Renda Familiar

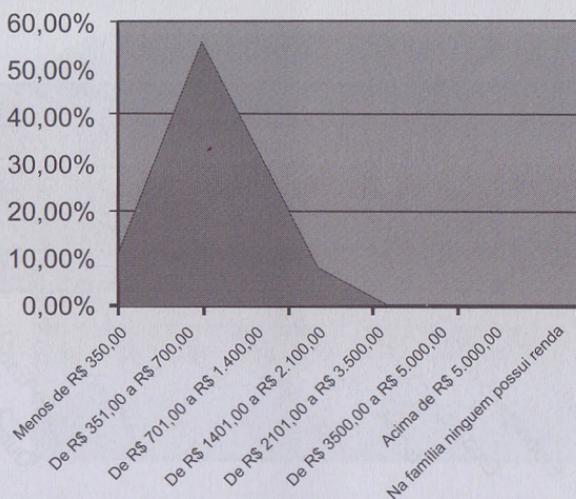
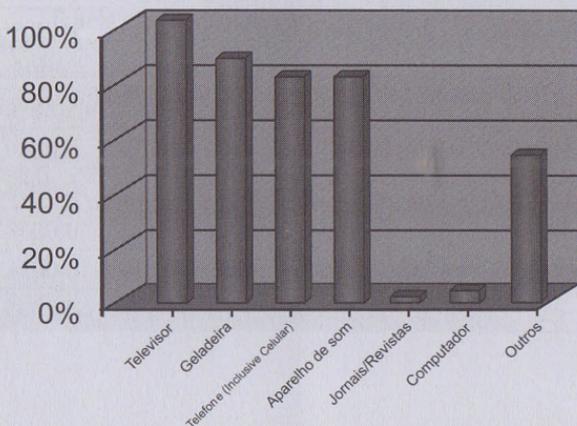


Tabela 10 - Quais Objetos tem em casa

Televisor	51	100%
Geladeira	46	88%
Telefone (Inclusive Celular)	40	78,43%
Aparelho de som	40	78,43%
Jornais/Revistas	0	0,00%
Computador	1	1,96%
Outros	23	45,10%
Número da amostra	51	

Gráfico 07 - Objetos tem em casa



Quadro 01

Serviços que não funcionam bem onde mora (do pior p/melhor)

1º.	Transporte
2º.	Pavimento das vias
3º.	Segurança
4º.	Saneamento
5º.	Formação Profissional
6º.	Esporte e Lazer
7º.	Posto de Saúde
8º.	Escolas
9º.	Coleta de lixo
10º.	Água e Luz

## Parte 02- Educação e cultura das famílias

### - Educação

Tabela 11 - Seus filhos costumam faltar a escola

Sempre	3	5,88%
Às vezes	25	49,02%
Raramente	16	31,37%
Nunca	3	5,88%
Não Tenho filho estudando	4	7,84%
n= 51		

Gráfico 08- filhos costumam faltar a escola

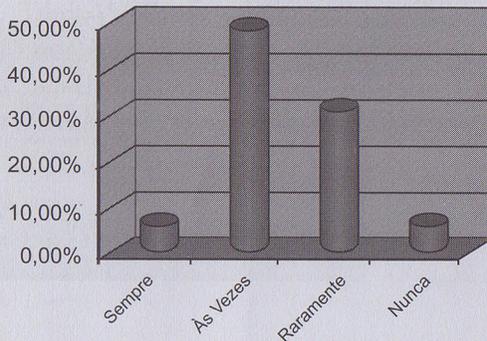


Tabela 12 - Motivo do seu filho faltar a escola

Não quer ir a escola	4	7,55%
Não fez o dever de casa	1	1,89%
Ficou doente	38	71,70%
Outros (quadro 2)	10	18,87%

Quadro 2 - Outros motivos das faltas

Porque é longe e tem preguiça

Falta de dinheiro para transporte

Em alguns casos precisou levar ao médico.

Quando precisa se apresentar na capoeira.

Quando eu ou eles acordamos tarde.

Porque precisou cuidar dos irmãos menores

Tabela 13 - Escolaridade dos Pais

Nível de Escolaridade dos Pais	MÃE		PAI	
Não tenho pai	0	0,00%	8	15,69%
Nenhuma escolaridade	3	5,88%	8	15,69%
Antigo primário ( 1ª a 4ª série ) Incompleto	13	25,49%	14	27,45%
Antigo primário ( 1ª a 4ª série ) Completo	8	15,69%	4	7,84%
Antigo Ginásio ( 5ª a 8ª série ) Incompleto	8	15,69%	6	11,76%
Antigo Ginásio ( 5ª a 8ª série ) Completo	4	7,84%	5	9,80%
Antigo 2º Grau (ensino médio) Incompleto	3	5,88%	2	3,92%
Antigo 2º Grau (ensino médio) Completo	8	15,69%	3	5,88%
Superior Incompleto	1	1,96%	0	0,00%
Superior Completo	1	1,96%	0	0,00%
Pós -Graduação	2	3,92%	0	0,00%

Gráfico 09- Nível de Escolaridade dos Pais

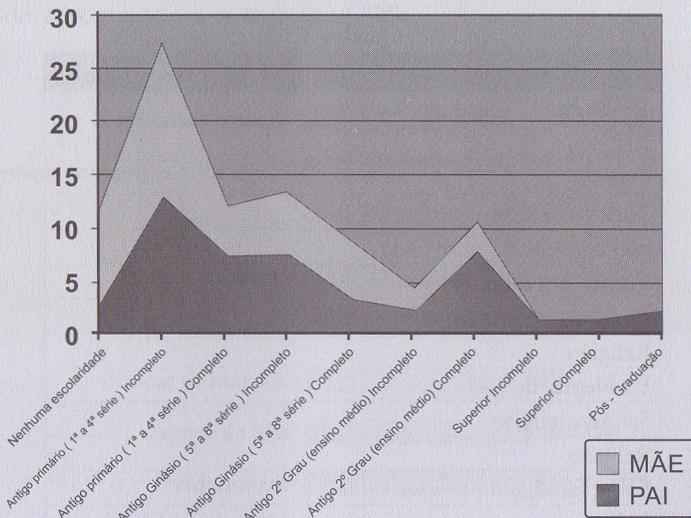


Tabela 14 - Tipo de escola os filhos cursaram o Ensino fundamental

Todo em escola Pública	34	85,00%
Parte em escola pública e parte em escola particular com bolsa de estudos	2	5,00%
Somente em escola particular com bolsa de estudos	0	0,00%
Somente em escola particular sem bolsa de estudos	3	7,50%
Parte em escola pública e parte em escola particular com bolsa de estudos	1	2,50%

Tabela 15 - Quantos ainda estudam (N=141)

Não estudam ainda	14	9,93%
Estudam na educação infantil	13	9,22%
Estudam no ensino fundamental	61	43,26%
Estudam no ensino Médio	19	13,48%
Estudam no EJA	13	9,22%
Estudam ensino superior	6	4,26%
Deixaram de estudar	15	10,64%

- *Cultura e valores*

Quadro 3

Assunto das conversas em família (ordem de frequência)
Violência
Religião
Família
Todos os assuntos de família
não conversam sobre nada
Futuro dos filhos
Escolha da profissão e Faculdade
Religião
Problemas de casa
Saúde e religião
Religião
Sobre família
Religião

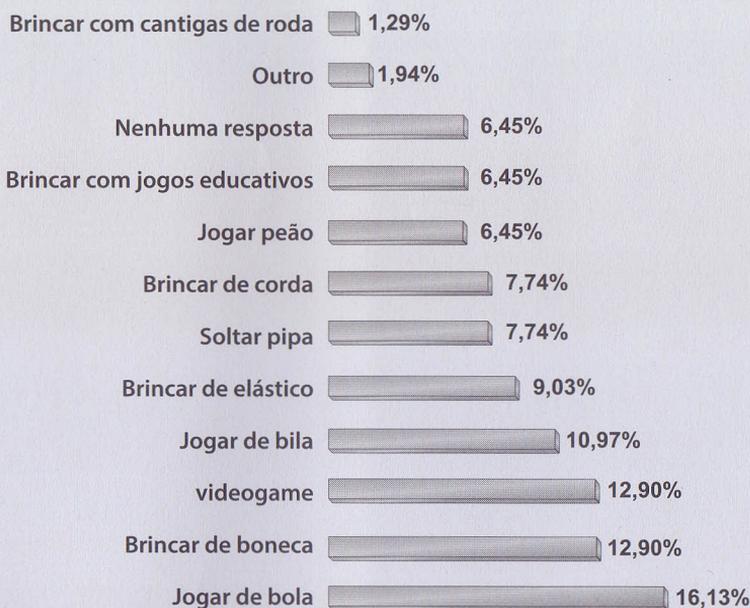
Quadro 4 Valores que praticam na família por ordem de importância

1º.	Respeito aos pais e aos mais velhos
2º.	Amizade na família e vizinhança
3º.	Ajuda ao Próximo
4º.	Formação religiosa de crianças e jovens
5º.	Luta contra preconceito
6º.	Cuidado com o meio ambiente
7º.	Ter Consciência dos direitos e deveres

Tabela 16 - O que os filhos usualmente fazem

Ajudam nas tarefas de casa	37	24,34%
Tem bom aproveitamento nos estudos	34	22,37%
Chega em casa no horário dado p/ pais	35	23,03%
Passa o tempo todo na televisão	21	13,82%
Passa o tempo todo ouvindo som	14	9,21%
Outros	11	7,24%

Gráfico 10 - Tipos de brincadeiras praticadas pelas crianças



Quadro 5 Outras atividades citadas, ordem de frequência

Ficar na internet.
Brincar de bonecas
Ler na biblioteca comunitária
Fazer trabalho voluntário
Estudar, Ler
Conversar

Tabela 17 - Local onde utiliza computador

Local onde utiliza computador	Quantidade	Porcentagem
Em Casa	2	4,88%
No Trabalho	9	21,95%
Em Casa e no trabalho	0	0,00%
Na Instituição de Ensino	1	2,44%
Em Bibliotecas fora da instituição	2	4,88%
Em Lan house	27	65,85%

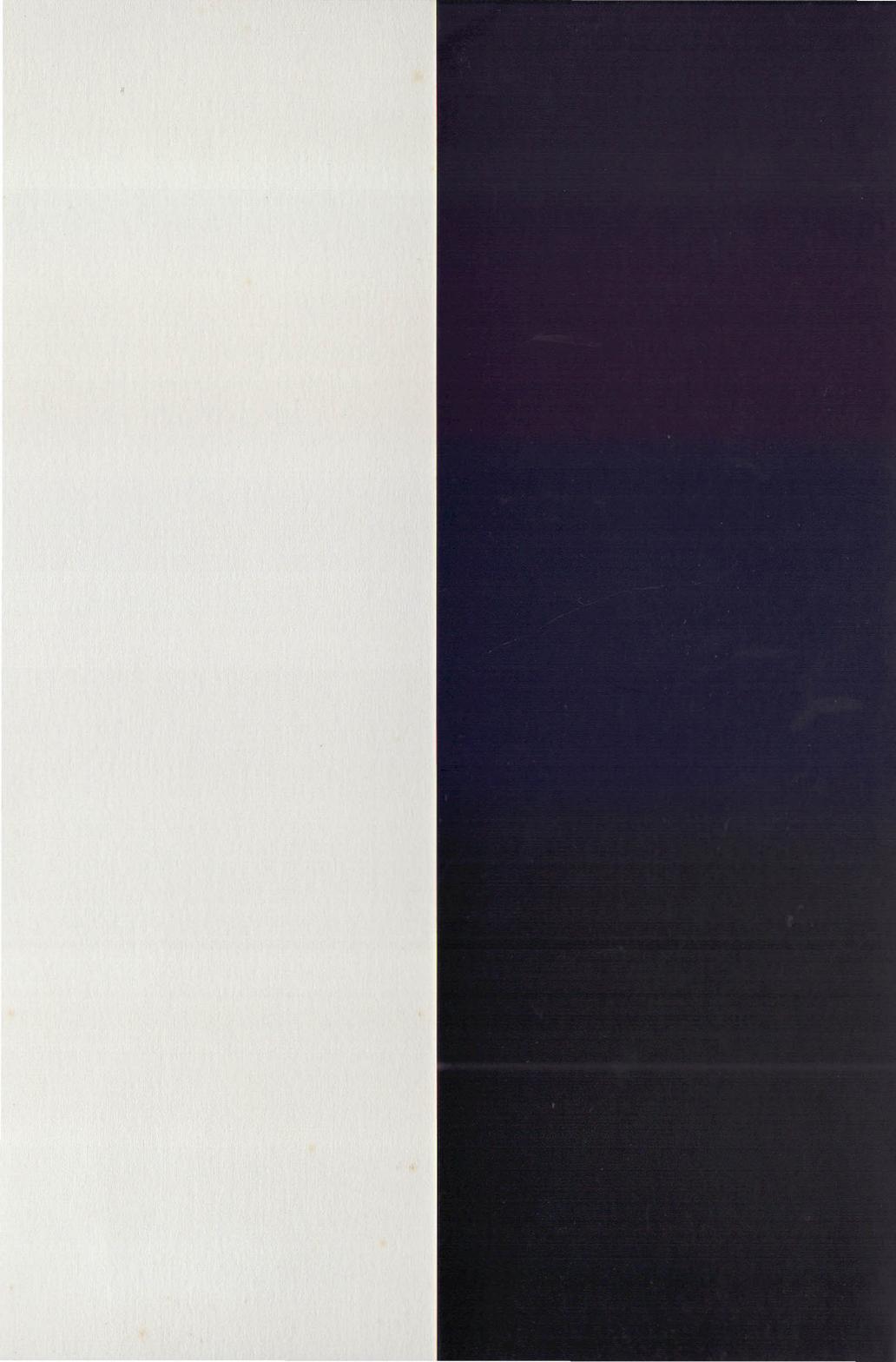


**EXPRESSÃO**  
GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285  
(85) 3464.2222 • Fortaleza-CE  
[www.expressaografica.com.br](http://www.expressaografica.com.br)

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO





# Juventude

FORMAÇÃO e VALORES

## Maria Nobre Damasceno

Maria Nobre Damasceno, Doutora em Educação; professora titular da UFC, pesquisadora do CNPq/UFC, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED, integrante do corpo de Assesores do CNPq – Área de Educação. Coordenadora de Grupos de Pesquisas. Com larga produção no campo da Educação, composta por vários livros e artigos.

A contribuição da autora é feita em três capítulos, cuja pesquisa, tem como base um projeto mais amplo, que estuda diferentes visões acerca das instâncias socioeducativas, que participam da formação da juventude, no campo e na cidade. O estudo procura compreender a socialização, os saberes, como esses sujeitos entendem e/ou elaboram e vivenciam os valores sociais; com ênfase especial na família nas organizações juvenis. Considerando, ainda, as transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, e, discutindo os impactos das mudanças na família, na formação da juventude e em seus valores.

## Esdras Barbosa Nobre

Esdras Barbosa Nobre, professor, formado em Educação Física, pós-graduado em Gestão e Marketing Esportivo; com experiência em ensino, coordenação de projetos sociais, especialmente na prática socioesportiva; integrou o grupo de pesquisa Juventude Sociedade e Cultura da UFC.

O texto exhibe um estudo que aborda a socialização de crianças e jovens, por meio da prática socioesportiva, tendo como instrumento uma experiência com o surfê. Para tanto, busca suporte teórico, tanto na compreensão do processo de socialização, quanto, na tematização social da juventude.

